



**Tribunal de Contas**



**Escola Superior Náutica**  
*Infante D. Henrique*



# **RELATÓRIO DE AUDITORIA N.º 17/2017**

## **2.<sup>a</sup> secção**

**EXERCÍCIO DE 2014  
PROC. N.º 30/2015**



## ÍNDICE

<b>Índice de tabelas</b> .....	<b>2</b>
<b>Índice de mapas</b> .....	<b>3</b>
<b>Relação de siglas</b> .....	<b>4</b>
<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	<b>5</b>
<b>PRINCIPAIS CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES DE AUDITORIA</b> .....	<b>5</b>
<b>RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>12</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1. NATUREZA E ÂMBITO .....	13
1.2. OBJETIVOS DA AUDITORIA .....	13
1.3. METODOLOGIA E AMOSTRA .....	13
1.4. COLABORAÇÃO DOS SERVIÇOS .....	14
1.5. EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO .....	14
<b>2. OBSERVAÇÕES DE AUDITORIA</b> .....	<b>15</b>
2.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE .....	15
2.1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL .....	15
2.1.2. ATIVIDADE E RECURSOS HUMANOS .....	18
2.1.3. SISTEMA CONTABILÍSTICO E DE INFORMAÇÃO .....	20
2.1.4. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS .....	22
2.2. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E DE RISCO .....	24
2.2.1. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI) .....	24
2.2.2. PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS .....	25
2.2.3. RELATÓRIOS DE ÓRGÃOS DE CONTROLO INTERNO .....	26
2.2.4. ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DE REPOSIÇÃO CONSTANTES DO RELATÓRIO DA IGEC .....	27
2.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....	28
2.4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA .....	29
2.4.1. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	29
2.4.2. IMOBILIZADO .....	30
2.4.3. DISPONIBILIDADES .....	33
2.4.4. DÍVIDAS DE E A TERCEIROS .....	35
2.5. VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL .....	41
2.5.1. RECEITA .....	41
2.5.2. DESPESA .....	42
2.6. DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA E JUÍZO SOBRE A CONTA .....	58
2.6.1. DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA .....	58
2.6.2. JUÍZO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	59
<b>3. VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO</b> .....	<b>59</b>
<b>4. DECISÃO</b> .....	<b>60</b>
<b>5. ANEXOS</b> .....	<b>61</b>
5.1. EMOLUMENTOS .....	61
5.2. RESPONSÁVEIS PELOS EXERCÍCIOS DE 2009 A 2014 .....	61



# Tribunal de Contas

---

5.3.	SITUAÇÃO DAS CONTAS ANTERIORES.....	61
5.4.	ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO .....	62
5.5.	FICHA TÉCNICA .....	62
5.6.	MAPAS DE APOIO AO RELATÓRIO .....	63

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – CONTAS BANCÁRIAS EM 31-12-2014 _____	33
TABELA 2 – DISPONIBILIDADES EM 31-12-2014 _____	33
TABELA 3 – CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE MANEIO 2014 _____	34
TABELA 4 – DÍVIDAS DE TERCEIROS 2013/2014 _____	36
TABELA 5 – DÍVIDAS DE TERCEIROS - ALUNOS C/C 2014 _____	36
TABELA 6 – DÍVIDAS DE ALUNOS COBRANÇA DUVIDOSA _____	36
TABELA 7 – DIVERGÊNCIA – DÍVIDAS DE ALUNOS C/C 2014 _____	37
TABELA 8 – DÍVIDAS DE TERCEIROS – CLIENTES C/C 2014 _____	39
TABELA 9 – DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO _____	40
TABELA 10 – PROTOCOLOS /RECEITA COBRADA 2014 _____	42
TABELA 11 – PAGAMENTOS A DOCENTES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA _____	50
TABELA 12 – PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO - AMOSTRA _____	56
TABELA 13 – DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA 2014 – 1.ª GERÊNCIA _____	58
TABELA 14 – DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA 2014 – 2.ª GERÊNCIA _____	58



## ÍNDICE DE MAPAS

MAPA I - AMOSTRA DA RECEITA	63
MAPA II - AMOSTRA DA DESPESA	63
MAPA III- ORGANOGRAMA DA ENIDH	63
MAPA IV – ÓRGÃOS COMPETÊNCIAS	64
MAPA V - DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	64
MAPA VI – OFERTAS FORMATIVAS	65
MAPA VII – ATIVIDADE CEFE	65
MAPA VIII – RECEITA E DESPESA SAS – 2014	66
MAPA IX – RECURSOS HUMANOS – 31-12-2014	66
MAPA X – CARACTERIZAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE EM 31-12-2014	66
MAPA XI – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	67
MAPA XII – RECOMENDAÇÕES FORMULADAS NO RELATÓRIO DE AUDITORIA DA IGEC	67
MAPA XIII – EVOLUÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (2013-2014)	68
MAPA XIV – EVOLUÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (2013-2014)	68
MAPA XV – BALANÇO (2013-2014)	68
MAPA XVI – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (2013-2014)	69
MAPA XVII – DESPESAS PAGAS POR FUNDO DE MANEIO EM 2014	69
MAPA XVIII – PROTOCOLOS GERADORES DE RECEITA EM 2014	70
MAPA XIX – PAGAMENTOS RELATIVOS A ALTERAÇÃO DO REGIME REMUNERATÓRIO	72
MAPA XX – RECLAMAÇÕES APRESENTADAS PELOS EX-ADMINISTRADORES	73
MAPA XXI – IMPUGNAÇÕES CONTENCIOSAS APRESENTADAS PELAS EX-ADMINISTRADORAS	74
MAPA XXII – CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL MINISTRADOS POR DOCENTES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA SUPOSTOS EM CONTRATOS OU PROTOCOLOS	75
MAPA XXIII – CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL MINISTRADOS POR DOCENTES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA REALIZADOS NO ÂMBITO DA OFERTA FORMATIVA DA ENIDH COM INSCRIÇÃO DIRETA DOS FORMANDOS	84
MAPA XXIV – TRABALHO SUPLEMENTAR	100
MAPA XXV – AMOSTRA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	101
MAPA XXVI – ADJUDICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS SEM PUBLICITAÇÃO NO PORTAL DOS CONTRATOS PÚBLICOS	106



# Tribunal de Contas

## RELAÇÃO DE SIGLAS

SIGLA	DESIGNAÇÃO
ANCP	AGÊNCIA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS
CCM	CONSELHO DE CERTIFICAÇÃO MARÍTIMA
CCP	CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS
CCPGR	CONSELHO CONSULTIVO DA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
CEFE	CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO ESPECIALIZADA DA ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D. HENRIQUE
CET	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA
CG	CONSELHO DE GESTÃO
CGD	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
CIBE	CADASTRO E INVENTÁRIO DOS BENS DO ESTADO
CNCP	CATÁLOGO NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS
CPA	CÓDIGO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
CPC	CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
DF	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DGAEP	DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO
DGRM	DIREÇÃO-GERAL DOS RECURSOS NATURAIS, SEGURANÇA E SERVIÇOS MARÍTIMOS
DGTF	DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS
DL	DECRETO-LEI
DR	DIÁRIO DA REPÚBLICA
DVIC	DEPARTAMENTO DE VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS
ECPDESP	ESTATUTO DA CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO
ENIDH	ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D. HENRIQUE
ESPAP	ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I. P.
ETRM	EXPLORAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MERCADORIAS
IES	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
IGCP	AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA
IGEC	INSPEÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
IGMCTES	INSPEÇÃO-GERAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
IMP	INSTITUTO MARÍTIMO-PORTUÁRIO
INTOSAI	INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS
IPTM	INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS
LCPA	LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO
LOPTC	LEI DE ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS
LTFP	LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS
MCTES	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
OE	ORÇAMENTO DO ESTADO
PA	PROGRAMA DE AUDITORIA
PGRICIC	PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
POC-Educação	PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA PARA O SETOR DA EDUCAÇÃO
RCTFP	REGIME DO CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS
RJIES	REGIME JURÍDICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
SAS	SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL
SCI	SISTEMA DE CONTROLO INTERNO
SEES	SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR
SGMCTES	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
SIC	SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA
SIGES	SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR
TdC	TRIBUNAL DE CONTAS



# Tribunal de Contas

---

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Em cumprimento do Programa de Fiscalização da 2.ª Secção do Tribunal de Contas (TdC) foi realizada uma auditoria financeira à Escola Superior Náutica Infante D. Henrique (ENIDH) com incidência no exercício de 2014.

No presente sumário executivo sintetizam-se as principais observações e conclusões da auditoria, bem como as inerentes recomendações, remetendo-se o seu desenvolvimento para os pontos subsequentes do presente relatório, no qual se referem os trabalhos realizados, metodologias utilizadas, apreciações efetuadas e conclusões extraídas.

## PRINCIPAIS CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES DE AUDITORIA

### **BREVE CARACTERIZAÇÃO (2.1)**

---

#### *ENQUADRAMENTO LEGAL (2.1.1)*

- A ENIDH é uma instituição de ensino superior politécnico de direito público dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, encontrando-se sob a tutela da Ministra do Mar em coordenação com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

#### Organização dos Serviços

- A ENIDH está organizada em Unidades Científico-Pedagógicas, Serviços de Apoio Técnico ou Administrativo e Serviços de Ação Social.
- Os serviços centrais que exercem a sua atividade no domínio da administração dos recursos humanos e materiais da ENIDH e na assessoria ao Presidente e demais órgãos institucionais são orientados e coordenados pelo Administrador.

#### Órgãos

- São órgãos da ENIDH o Conselho Geral, o Presidente, o Conselho de Gestão (CG), o Conselho Técnico – Científico, o Conselho Pedagógico, o Conselho de Certificação Marítima e o Conselho para a Avaliação e Qualidade.

#### Delegação e subdelegação de competências

- O Presidente da ENIDH dispõe de competência própria para autorizar despesas com locação de bens e serviços até ao montante de 199 519,16€ e de competência subdelegada pelo Secretário de Estado do Ensino Superior (SEES) até ao montante de 3 740 984€.
- Ao CG compete a gestão administrativa, patrimonial e financeira da ENIDH, na qual se inclui a autorização de pagamentos.

#### *ATIVIDADE E RECURSOS HUMANOS (2.1.2)*

##### Atividade desenvolvida

- Vocacionada para a formação e qualificação de oficiais da marinha mercante e de quadros superiores do setor marítimo-portuário nas áreas da intermodalidade, gestão e logística, a ENIDH lecionou em 2013/2014 e 2014/2015 5 cursos de 1.º ciclo (licenciatura), 4 de 2.º ciclo (mestrados) e 3 de especialização tecnológica (CET).



# Tribunal de Contas

---

- No ano letivo de 2014/2015 o número de estudantes inscritos em licenciatura (530) registou um aumento em 4%. Por sua vez o número de estudantes de mestrado (97) e de CET (82) registaram uma redução, em 17% e 19%, respetivamente.
- A ENIDH realizou, ainda, através do Centro de Estudos e Formação Especializada da ENIDH (CEFE) um conjunto de ações, designadamente cursos de certificação (50), cursos em parceria com outras instituições (6), cursos para empresas (6), prestação de serviços (3) e apoio técnico e estudos e projetos (2). De acordo com o relatório de atividades de 2014 do CEFE, no período 2008-2014 foram realizadas 412 ações de formação e obtida uma faturação de 915 759,60€.

## Recursos humanos

- Em 31 de dezembro de 2014, o total de trabalhadores ascendia a 96 dos quais 4 integravam a Direção da Escola, 68 o pessoal docente e 24 o pessoal não docente (4 técnicos superiores, 15 assistentes técnicos, 4 assistentes operacionais e 1 informático).

## *SISTEMA CONTABILÍSTICO E DE INFORMAÇÃO (2.1.3)*

- A ENIDH aplica o Plano de Contabilidade Pública para o sector da Educação (POC– Educação) na contabilização das suas operações.
- A Escola tem vindo a recorrer a consultoria externa, em particular nas áreas da contabilidade patrimonial/orçamental e gestão académica, sendo de salientar uma grande dependência dos Serviços Financeiro e Académico, de entidades externas.

## *DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (2.1.4)*

- Em 2014 a ENIDH efetuou a sua prestação de contas nos termos da Instrução n.º 1/04 do Tribunal de Contas, tendo as mesmas sido remetidas por via eletrónica.
- Verificaram-se, contudo, deficiências ao nível do preenchimento e elaboração de alguns documentos de prestação de contas (balanço, demonstração de resultados, mapas do controlo orçamental da receita e despesa, mapa da contratação administrativa, contabilidade analítica e ata de apreciação das contas).
- A ENIDH deverá remeter ao TdC, via plataforma eletrónica e no âmbito da última gerência de 2014, as demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) relativas ao exercício completo.

## *SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI) E DE RISCO (2.2)*

---

### *AVALIAÇÃO DO SCI (2.2.1)*

- Da avaliação efetuada conclui-se que o sistema de controlo interno é deficiente.

### *PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (PGRCIC) (2.2.2)*

- A ENIDH não elaborou os relatórios anuais sobre a execução do Plano.

### *ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DE REPOSIÇÃO CONSTANTES DO RELATÓRIO DA INSPEÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (IGEC) (2.2.4)*

- A ENIDH comprovou a reposição dos valores apurados pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) relativos à atribuição de abono de família a crianças e jovens bem como dos pagamentos indevidos efetuados a um docente no período de agosto de 2009 a janeiro de 2010, no valor de 2 212,52€ e de 4 073,30€, respetivamente.



# Tribunal de Contas

---

## **EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (2.3)**

---

### Receita

- A receita cobrada em 2014 ascendeu a 5 009 982,60€, verificando-se um ligeiro decréscimo relativamente ao ano anterior. As receitas próprias representaram 23,6% da receita cobrada em 2014 e resultam essencialmente de propinas de alunos (648 720,18€), da venda de bens e serviços correntes (498 939,58€) e de outras receitas correntes (34 532,63€).
- As vendas de bens e serviços correntes foram as receitas que registaram o crescimento mais significativo em 2014 (12,5%) face a 2013, ou seja, mais 55 419,98€, e onde se incluem as receitas provenientes da prestação de serviços no âmbito dos protocolos celebrados com várias entidades e particulares, as ações de formação, seminários e outros, serviços de alimentação e de alojamento.

### Despesa

- A despesa realizada em 2014 registou um valor de 3 901 78,70€, verificando-se um decréscimo de 2,0% comparativamente ao ano de 2013, em resultado, sobretudo, da diminuição das despesas com o pessoal (5,4%).
- Na estrutura dos pagamentos em 2014 ressaltam as despesas com a aquisição de bens e serviços correntes e de capital (29,7%), que ascenderam a 1 156 562,23€ e registaram um crescimento de 9,8% face a 2013.

## **ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA (2.4)**

---

### **BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (2.4.1)**

- O balanço da ENIDH, em 31 de dezembro de 2014, apresentava um ativo líquido de 2 495 940€. As disponibilidades representavam a maior componente do ativo total (48%), seguindo-se o imobilizado (34%) e as dívidas de terceiros (17%). Salienta-se ainda o facto do valor das imobilizações corpóreas se encontrar subavaliado por não ter sido contabilizado o terreno e os edifícios onde está instalada a Escola.
- Não é cumprido o princípio da especialização dos exercícios, designadamente no que se refere ao não diferimento das transferências e subsídios provenientes do Orçamento do Estado (OE) destinadas ao investimento em bens amortizáveis
- Os valores constantes do balancete geral divergem dos valores do balancete de terceiros e não existem balancetes de antiguidade de saldos das contas de terceiros.
- O Passivo ascendia a 857 009€, sendo constituído, exclusivamente, pelas contas de dívidas a terceiros (Fornecedores c/c e Estado) e de acréscimos e diferimentos, as quais representavam 3,3% e 31,1%, respetivamente, do total dos Fundos Próprios e do Passivo.
- Os Fundos Próprios totalizavam 1 638 931€, incorporando um resultado líquido negativo do ano no valor de 144 545€.
- Nos Proveitos e Ganhos, no montante de 3 855 808€, as principais contas são as Transferências do OE (72%) e as receitas próprias contabilizadas em “Impostos e taxas” (18%) e a “Venda e Prestação de Serviços” (7%);





# Tribunal de Contas

---

- Quanto aos Custos e Perdas, no valor de 4 000 353€, destacam-se, pela sua representatividade, os “custos com o pessoal” (69%) e os “fornecimentos e serviços externos” (24%).

## *IMOBILIZADO (2.4.2)*

- Os bens móveis da ENIDH encontram-se inventariados de acordo com o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) obedecendo as correspondentes fichas de identificação ao estipulado na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.
- Os bens imóveis pertencem ao domínio privado do Estado estando afetos à atividade da Escola. Contudo, a ENIDH não procedeu à sua regularização matricial e registral, remontando ao ano de 2013 as últimas diligências efetuadas, nem à sua valorização e respetiva relevação contabilística nas demonstrações financeiras.

## *DISPONIBILIDADES (PONTO 2.4.3)*

### *Contas bancárias/reconciliações (2.4.3.1)*

- Em 31 de dezembro de 2014, a ENIDH era titular de cinco contas bancárias, quatro das quais no Instituto de Gestão e Crédito Público (IGCP) e uma na Caixa Geral de Depósitos (CGD), tendo-se verificado, no âmbito da confirmação externa de bancos que todas as contas bancárias apuradas se encontravam refletidas contabilisticamente no seu Balanço.
- A Escola cumpriu o princípio da unidade de tesouraria, de acordo com o art.º 115 do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), uma vez que o valor em depósito no IGCP em 31 de dezembro de 2014 (154 003,94€) integra a totalidade do saldo transitado das dotações do OE (148 966,76€).

### *Fundos de maneo (2.4.3.2)*

- Em 2014, a ENIDH, constituiu um único fundo de maneo (500€), tendo sido realizadas despesas globais no montante de 4 820,96€.
- A constituição do fundo de maneo foi aprovada pela então Administradora a qual não detinha competência para o efeito por se tratar de competência originária do CG.
- Foram suportadas e pagas despesas enquadradas na classificação económica 02.02.25, não tendo esta sido incluída e autorizada na informação n.º 1/2014 relativa à constituição do Fundo de Maneo.
- O valor do fundo evidenciado no Mapa de Fundo de Maneo por Dotação Orçamental, nas rubricas de classificação económica 02.01.08, 02.01.18, 02.01.21, 02.02.11 e 02.02.25 é superior ao valor autorizado na constituição do “Fundo de maneo de Tesouraria para 2014” e não foram sujeitos à aprovação formal do Presidente da ENIDH nos termos do seu regulamento.

## *DÍVIDAS DE E A TERCEIROS (2.4.4)*

### *Dívidas de terceiros (2.4.4.1)*

- Quanto aos principais devedores da ENIDH destacam-se, pela sua natureza e pelos montantes envolvidos, as dívidas de alunos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 ascendia a 385 831,14€, ou seja, 86,9% do total dos créditos da ENIDH.



# Tribunal de Contas

---

- Verificou-se uma divergência de 288 600,04€ nos valores das dívidas de alunos c/c registados no balanço e os da aplicação informática utilizada pela divisão académica (DIGITALIS), pelo facto de não existir interligação entre o programa desta divisão e o programa da contabilidade. Acresce o facto de estas dívidas não se encontrarem relevadas no Mapa do Controlo Orçamental da Receita em 31 de dezembro de 2014.
- A não interligação destas aplicações não permite à ENIDH controlar ao longo do ano as dívidas efetivas dos alunos, sendo o valor registado, em 31 de dezembro de cada ano, com base numa estimativa. Acresce que a ENIDH não dispõe, na contabilidade, de contas correntes de alunos e de balancetes de antiguidade de saldos.
- Aos alunos que efetuaram o pagamento das suas propinas fora de prazo foram debitados juros legais dando a ENIDH cumprimento ao regulamento das propinas.
- O saldo de clientes c/c integra essencialmente dívidas em mora geradas em 2012 (48%) e em 2014 (45%) e respeita a 12 clientes, sendo que, à data de 31 de dezembro de 2015, já havia sido recebido pela Escola o valor de 31 397,00€. O valor em dívida em 30 de junho de 2016 ascendia a 29 379,67€.
- Com referência à data de 15 de março de 2017, a ENIDH informou que dos 97 231,10€ de dívidas de alunos constantes do relato de auditoria foram recuperados 52 057,09€, ou seja, 53,5% daquele valor.
- O saldo da conta de clientes c/c de cobrança duvidosa, à data de 31 dezembro de 2014 apresentava um valor de 105 007,06€, repartido por 8 clientes e corresponde ao valor da provisão constituída para dívidas em mora há mais de dois anos, verificando-se a realização de diligências pela ENIDH para cobrar aqueles valores.

## Dívidas a terceiros (2.4.4.2)

- A 31 de dezembro de 2014 as dívidas da ENIDH a fornecedores evidenciadas no balanço ascendiam a 9 294,24€, tendo registado uma diminuição de 93,8%, face a 2013. Para tal contribuíram, essencialmente, as dívidas a fornecedores de imobilizado, sendo que no ano de 2015 aquelas dívidas foram todas liquidadas.

## **VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL (2.5)**

---

### **RECEITAS (PONTO 2.5.1)**

- As receitas cobradas, analisadas no âmbito da amostra, são legais e regulares, e encontram-se corretamente registadas e contabilizadas em conformidade com o POC-Educação.
- A ENIDH, no âmbito das suas atribuições, celebrou protocolos e acordos com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, tendo sido identificados 38 em 2014.
- A receita cobrada no âmbito destes protocolos ascendeu, em 2014, a 294 468,97€ e respeitou ao aluguer de espaços, consumos de água e eletricidade (216 230,23€), prestação de serviços (63 825,68€), júris de exame (9 413,06€) e donativos (5 000,00€).
- Constatou-se a ausência de informação sistematizada sobre esta matéria, nomeadamente, designação da instituição, data da assinatura do protocolo, âmbito do protocolo, data de



# Tribunal de Contas

---

realização/conclusão, montantes envolvidos, a receita arrecadada e a despesa efetuada no âmbito da sua execução.

- Esta situação revela um insuficiente acompanhamento dos protocolos devido à inexistência de dados atuais que reflitam todos os aspetos associados à sua execução.

## *DESPESAS (PONTO 2.5.2)*

### *Regime Remuneratório do Administrador (2.5.2.1.1)*

- Desde julho de 2009 até dezembro de 2013, os titulares do cargo de Administrador da ENIDH foram abonados por referência ao estatuto remuneratório de subdiretor-geral.
- Na sequência da auditoria realizada pela IGEC e de Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (CCPGR) que clarificou o estatuto remuneratório do cargo de administrador da ENIDH no sentido da sua equiparação a diretor de serviços, o Presidente da Escola determinou a reposição dos abonos indevidamente pagos.
- Foram interpostos nos tribunais administrativos procedimentos cautelares julgados procedentes relativos ao estatuto remuneratório do administrador tendo, no âmbito de uma das ações administrativas principais, sido decidida a extinção da instância por inutilidade superveniente da lide, face à publicação do DL n.º 65/2016, de 21 de outubro, e valendo o decidido naquela sentença como autoridade de caso julgado.

### *Cursos de Formação Profissional organizados pelo CEFE (2.5.2.1.2)*

- Nos anos de 2009 a 2015, a ENIDH efetuou pagamentos, a título de colaboração técnica especializada, a docentes em regime de dedicação exclusiva, tendo-se verificado que os mesmos se reportam, essencialmente, a lecionação de cursos de formação profissional organizados pelo CEFE, sendo que:
  - a) Até setembro de 2011 verificaram-se pagamentos a docentes em regime de dedicação exclusiva por formação ministrada no âmbito da oferta formativa da ENIDH, mediante inscrição e pagamento direto dos formandos sem que tivesse sido celebrado qualquer instrumento contratual;
  - b) Nos anos seguintes estas ações de formação profissional passaram a ser ministradas por docentes em regime de tempo integral ou em regime de tempo parcial.
  - c) A participação de docentes, em regime de dedicação exclusiva, em ações de formação passou a estar suportada em contratos ou protocolos, sendo-lhes assim permitido o recebimento de outras remunerações, por atividades de formação profissional no quadro da própria instituição, para além das decorrentes da retribuição.

### *Trabalho suplementar (2.5.2.1.3)*

- No ano de 2014, a despesa realizada com a prestação de trabalho suplementar na ENIDH ascendeu a 2 261,48€, relativa a um universo de nove trabalhadores, tendo-se constatado que foram respeitados os limites de duração, a forma de cálculo e as percentagens aplicáveis aos períodos em que o trabalho foi executado.



# Tribunal de Contas

---

- Contudo, a sua prestação não foi objeto de autorização prévia, em desconformidade com a legislação aplicável, a qual faz depender a sua realização de ato autorizador prévio e expresso.

## Aquisição de bens e serviços e empreitadas - Contratação pública (2.5.2.2)

- Com exceção dos contratos mantidos com as empresas Four Window, Lda., para prestação de serviços de jardinagem e com a NCC - Facility Services para limpeza das instalações (situação, entretanto, regularizada), que foram objeto de sucessivas prorrogações, nos restantes contratos de execução continuada, verificou-se, que, em regra, foi respeitado o prazo de três anos de duração, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
- Foi realizado um elevado número de procedimentos, por ajuste direto simplificado, para aquisição de bens e serviços com objeto similar, cujas adjudicações ocorreram em datas muito próximas e aos mesmos fornecedores, o que evidencia deficiências ao nível do planeamento e do levantamento de necessidades.
- Como entidade vinculada, a ENIDH recorreu à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (eSPap) para adquirir bens e serviços disponibilizados por esta entidade, no âmbito dos acordos quadro, nomeadamente serviços de cópia e impressão, vigilância e segurança das instalações, bens de economato, produtos de higiene, fornecimento de refeições, mobiliário e serviços de limpeza.
- Nos casos em que os bens constantes do Catálogo Nacional das Compras Públicas (CNCP) não se adequavam às necessidades pretendidas, designadamente equipamento informático, a Escola apresentou à eSPap os pedidos de exceção de aquisição fora do âmbito dos acordos quadro.
- No âmbito da amostra selecionada, verificou-se que foram efetuadas 15 adjudicações de bens e serviços, por ajuste direto, no valor global de 227 249,73€, sem que se verificasse a respetiva publicitação no portal dos contratos públicos.

## DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA E JUÍZO SOBRE A CONTA (2.6)

---

- A apreciação final respeitante à fiabilidade da conta é favorável com reservas, no sentido a que a esta expressão é atribuído, no domínio da auditoria financeira, pelas normas de auditoria geralmente aceites.



## RECOMENDAÇÕES

Atentas as matérias tratadas e respetivas conclusões vertidas no presente relatório, recomenda-se ao Conselho de Gestão da ENIDH a adoção das seguintes medidas:

1. Cumprir o POC-Educação e as Instruções do Tribunal de Contas, no que respeita, respetivamente, à escrituração e elaboração das demonstrações financeiras e à instrução do processo de prestação de contas;
2. Melhorar os procedimentos do SCI, nomeadamente, no que se refere aos sistemas de informação, à receita própria e ao pessoal;
3. Elaborar anualmente os relatórios sobre a execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
4. Diligenciar no sentido da regularização da propriedade dos imóveis do domínio privado do Estado afetos ao desempenho das atribuições da ENIDH;
5. Diligenciar pela revisão do Regulamento Interno do Fundo de Maneio;
6. Prosseguir as diligências de cobrança dos valores em dívida de alunos.
7. Implementar procedimentos de acompanhamento e controlo dos protocolos celebrados pela Escola;
8. Observar, em matéria de pessoal, as disposições legais relativas à autorização prévia para a prestação de trabalho suplementar;
9. Respeitar as regras da contratação pública relativas à locação e/ou aquisição de bens e serviços, nomeadamente, no que se refere ao recurso ao ajuste direto, publicitação no portal dos contratos públicos e contratação centralizada de bens e serviços.



# Tribunal de Contas

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. NATUREZA E ÂMBITO

1. Em cumprimento do Programa de Fiscalização da 2.<sup>a</sup> Secção do TdC foi realizada uma auditoria financeira à ENIDH.
2. A ação de fiscalização incidiu no exercício de 2014, sem prejuízo de, nas situações consideradas pertinentes, se ter procedido ao alargamento do âmbito temporal a anos anteriores e/ou posteriores, tendo em vista a completa perceção dos processos analisados.
3. Centrou-se em determinadas áreas, concretamente, imobilizado, receitas provenientes de protocolos de colaboração, pessoal, prestação de serviços pelo CEFE, no âmbito dos cursos de formação profissional, aquisição de bens e serviços, e disponibilidades, nos termos do Programa de Auditoria (PA) aprovado, não abrangendo, por conseguinte, todo o universo organizacional. Assim, as conclusões expressas neste relatório visam apenas aquelas áreas, não devendo ser extrapoladas para as restantes.

### 1.2. OBJETIVOS DA AUDITORIA

4. De acordo com o disposto no art.º 54.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto<sup>1</sup>, os objetivos visados foram os seguintes:
  - a) Comprovar se os documentos da prestação de contas traduzem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a sua execução orçamental e patrimonial, bem como analisar a legalidade e regularidade das operações subjacentes, tendo em vista emitir um juízo sobre os mesmos;
  - b) Avaliar a fiabilidade do SCI;
  - c) Apreciar a legalidade e regularidade da criação/participação de entidades de direito privado;
  - d) Examinar se o registo, a inventariação e a valorização dos bens, bem como as respetivas amortizações respeitam o CIBE;
  - e) Aferir sobre o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro<sup>2</sup>, e DL n.º 127/2012, de 21 de junho<sup>3</sup>).

### 1.3. METODOLOGIA E AMOSTRA

5. A metodologia utilizada seguiu as orientações constantes do Manual de Auditoria e de Procedimentos do TdC e as normas da *International Organization of Supreme Audit Institutions* (INTOSAI), desenvolvendo-se nas seguintes fases: Planeamento, Execução, Avaliação dos Resultados/Relato e Anteprojeto de Relatório.
6. A verificação da documentação de suporte dos valores constantes nas Demonstrações Financeiras

<sup>1</sup> Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), alterada e republicada pelas Leis n.ºs 48/2006, de 29 de agosto, e 20/2015, de 9 de março.

<sup>2</sup> Alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março, ora em diante designado por LCPA.

<sup>3</sup> Alterado pelas Leis n.ºs 64/2012, de 20 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo DL n.º 99/2015, de 2 de junho.



# Tribunal de Contas

---

(DF) e respetivos registos contabilísticos foi efetuada por amostragem, selecionada com base em método não estatístico:

## **Despesa**

- a) Por censo as rubricas de pessoal relativas a órgãos sociais, pessoal aguardando aposentação, despesas de representação, suplementos e prémios e outros abonos variáveis ou eventuais;
- b) Por amostragem as rubricas de remunerações certas e permanentes e segurança social, aquisição de bens e serviços correntes e de capital e outras despesas correntes.

## **Receita**

- c) Por censo as rubricas de vendas de bens e serviços correntes e outras receitas correntes;
  - d) Por amostragem as rubricas de taxas, multas e penalidades;
  - e) Foi, ainda, confirmado o saldo da gerência anterior.
7. A representatividade da amostra da receita analisada foi de 36% (1 816 592,90€) do total da receita cobrada em 2014 (5 009 982,60, cfr. **Mapa I** do Anexo 5.6) e a da despesa de 57,8% (2 255 582,82€) do total da despesa realizada no ano de 2014 (3 901 768,70€, cfr. **Mapa II** do Anexo 5.6).

## **1.4. COLABORAÇÃO DOS SERVIÇOS**

---

8. Regista-se a boa colaboração prestada pelos dirigentes e colaboradores da ENIDH manifestada através da satisfação dos pedidos de elementos e esclarecimentos solicitados no decurso da ação.

## **1.5. EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO**

---

9. No âmbito do exercício do direito do contraditório, consagrado nas normas previstas no art.º 13.º e n.º 3 do art.º 87.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, foram instados os responsáveis identificados na Informação n.º 22/2017-DAV, de 15 de fevereiro<sup>4</sup>, para, querendo, se pronunciarem sobre os factos constantes do relato de auditoria.
10. Os responsáveis exerceram o direito do contraditório, com exceção de três membros do CG no período de 17 de julho de 2009 a 15 de janeiro de 2014<sup>5</sup>, bem como dois dos vice-presidentes que não integravam o CG<sup>6</sup>.
11. As referidas alegações foram, nas partes consideradas relevantes, transcritas na íntegra ou apresentadas em síntese, em itálico e de cor diferente, e consideradas na elaboração dos respetivos pontos do relatório.

---

<sup>4</sup> Responsáveis notificados:

a) O Conselho de Gestão em funções desde 16 de janeiro de 2014: Presidente, Luís Filipe Baptista, e membros, José Manuel Ferreira das Dores Costa, Ana Cristina de Almeida Pimentel e Cristina Maria Santos dos Santos;

b) O Conselho de Gestão em funções no período de 17 de julho de 2009 a 15 de janeiro de 2014: Presidente, Abel Viriato Conde de Amorim (que apresentou alegações no âmbito do contraditório) e os membros Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Eduardo da Silva Martins, Luís Manuel Fernandes Mendonça (que subscreveu, na íntegra a pronúncia apresentada pelo ex-Presidente do CG), Luís Manuel Lameiro Santos (que apresentou alegações no âmbito do contraditório), Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz e Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva (que apresentou alegações no âmbito do contraditório);

c) Dois Vice-Presidentes que não integravam os CG (cuja composição consta das anteriores alíneas): Victor Manuel Correia Franco e Victor Manuel Semedo Gonçalves.

<sup>5</sup> Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Eduardo da Silva Martins, Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz.

<sup>6</sup> Victor Manuel Semedo Gonçalves, Vice-Presidente no período de 17 de julho de 2009 a 15 de janeiro de 2014, e Victor Manuel Franco Correia, atual Vice-Presidente desde 16 de janeiro de 2014.



## 2. OBSERVAÇÕES DE AUDITORIA

### 2.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

#### 2.1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

12. A ENIDH<sup>7</sup>, de acordo com os n.ºs 1 e 2 do art.º 1.º dos seus estatutos, homologados pelo Despacho Normativo n.º 40/2008, de 7 de agosto<sup>8</sup>, é uma instituição de ensino superior politécnico de direito público dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, encontrando-se sob a tutela da Ministra do Mar em coordenação com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior<sup>9</sup>.

13. A instituição tem por missão<sup>10</sup>:

*[A] qualificação de alto nível dos seus estudantes, produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência, da tecnologia e das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental, tendo sempre presente a valorização económica do conhecimento científico bem como a satisfação das necessidades do País. Em particular, promove a educação, formação e qualificação, aos níveis mais exigentes e de acordo com os padrões internacionais, de oficiais da marinha mercante e de quadros superiores de transportes e logística, tendo em vista garantir uma elevada empregabilidade.*

14. São atribuições da ENIDH<sup>11</sup>, entre outras, as seguintes:

- Realizar cursos de formação de oficiais da marinha mercante e outros necessários para os sectores marítimo-portuário, logística, transportes e áreas afins, visando a atribuição de graus académicos ou de formação e certificação profissional;
- Realizar, em articulação com os sectores das atividades económicas, cursos de qualificação, especialização, atualização, reciclagem e reconversão profissional;
- Realizar, em articulação com os sectores empresariais, cursos de especialização tecnológica;
- Organizar ou cooperar em atividades de extensão de natureza cultural, científica ou técnica;
- Realizar investigação aplicada e de desenvolvimento experimental;
- Organizar ou cooperar, conjuntamente com instituições congéneres, cursos de pós-graduação, mestrados e doutoramentos;
- Organizar ou cooperar com a administração marítima em exames e outras formas de avaliação, para obtenção ou revalidação de certificados de competência e de qualificação para oficiais da marinha mercante;
- Organizar ou cooperar na organização de cursos de formação profissional relacionados com os seus domínios de atividade.

<sup>7</sup> Cfr. Decreto n.º 348/72 de 5 de setembro, que aprovou e pôs em execução o Regulamento da Escola Náutica do Infante D. Henrique (passou assim a ser designada a já existente Escola Náutica, instituição de ensino destinada à preparação de oficiais da marinha mercante, criada pelo Decreto n.º 10.084, de 24 de agosto de 1924).

<sup>8</sup> Publicados no DR, II Série, n.º 158, de 18 de agosto.

<sup>9</sup> De acordo com o n.º 11 do art.º 28.º do DL n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, que aprova o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucional. Na versão inicial dos Estatutos da ENIDH, o poder de tutela da Escola impedia sobre o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sendo que a competência relativa à definição das orientações estratégicas era exercida em articulação com o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

<sup>10</sup> Cfr. n.ºs 3 e 4 do art.º 1.º dos Estatutos.

<sup>11</sup> Cfr. art.º 5.º dos Estatutos.





# Tribunal de Contas

## Organização dos serviços

15. A ENIDH está organizada em Unidades Científico-Pedagógicas<sup>12</sup>, Serviços de Apoio Técnico ou Administrativo<sup>13</sup> e Serviços de Ação Social (cfr. **Mapa III** do Anexo 5.6).
16. Os serviços centrais, que exercem a sua atividade no domínio da administração dos recursos humanos e materiais da ENIDH e na assessoria ao Presidente e demais órgãos institucionais, são orientados e coordenados pelo Administrador<sup>14</sup> (art.º 85.º).

## Órgãos

17. São órgãos de governo da ENIDH o Conselho Geral, o Presidente e o CG (arts. 19.º a 47.º dos Estatutos). Nos termos dos art.ºs 48.º a 66.º, são, ainda, órgãos da ENIDH, o Conselho Técnico – Científico, o Conselho Pedagógico, o Conselho de Certificação Marítima e o Conselho para a Avaliação e Qualidade. As respetivas competências estão descritas no **Mapa IV** do Anexo 5.6.
18. Os estatutos preveem, ainda, um Provedor do Estudante e um Fiscal Único (cfr. n.º 3 do art.º 19.º e art.ºs 93.º e 108.º).

## Delegação e subdelegação de competências

19. Nos termos da alínea b) do n.º 1 do DL n.º 197/99<sup>15</sup>, de 8 de junho, o Presidente da ENIDH dispõe de competência própria para autorizar despesas até ao montante de 199 519,16€.
20. Através do Despacho n.º 3087/2014, de 14 de fevereiro<sup>16</sup>, o SEES subdelegou, com possibilidade de subdelegação, no Presidente da ENIDH, as competências que lhe foram delegadas, pelo Ministro da Educação e da Ciência, por via do Despacho n.º 10 368/2013, de 8 de agosto<sup>17</sup>, sendo de destacar as seguintes:
- Autorizar a contratação, o procedimento, a adjudicação e as despesas inerentes a empreitadas de obras públicas e locação e aquisição de bens e serviços cujo valor global não ultrapasse o limite de 3 740 984€, com exclusão da aprovação de programas preliminares e projetos de execução para empreitadas de valor superior a 2 500 000€;
  - Autorizar a contratação, o procedimento, a adjudicação e as despesas inerentes a empreitadas de obras públicas, relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados cujo valor global não ultrapasse o limite de 20 000 000€, com exclusão da aprovação de programas preliminares e projetos de execução.

<sup>12</sup> Departamento de Transportes e Logística (DTL), Departamento de Engenharia Marítima (DEM), Centro de Investigação e Desenvolvimento (CID) e Centro de Estudos e de Formação Especializada (CEFE).

<sup>13</sup> Secretariado do Presidente, Secretariado de Apoio aos órgãos consultivos, coordenação de cursos e unidades científico-pedagógicas, Serviço Académico, Serviço Financeiro, Serviço de Recursos Humanos, Serviço de Aprovisionamento e Património, Serviço Técnico, Serviço de Documentação e Material Didático, Serviço de Relações Públicas e Observatório Profissional e Serviço de Informática.

<sup>14</sup> Integra o CG, cfr. art.º 46.º dos Estatutos da ENIDH.

<sup>15</sup> O DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o CCP e revogou o DL n.º 197/99, de 8 de junho, manteve em vigor, por via da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º, os arts. 16.º a 22.º e 29.º deste último diploma, sendo que tais normas foram revogadas pelo DL n.º 40/2011, de 22 de março, que estabeleceu o regime da autorização da despesa inerente aos contratos públicos a celebrar pelo Estado, institutos públicos, autarquias locais, fundações públicas, associações públicas e empresas públicas e, posteriormente, ripristinadas pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril.

<sup>16</sup> Publicado no DR, II Série, de 24 de fevereiro.

<sup>17</sup> Ratificando-se todos os atos praticados pelo Presidente, desde 16 de janeiro de 2014.



# Tribunal de Contas

21. O Presidente da ENIDH, pelo Despacho n.º 6930/2014, de 3 de março<sup>18</sup>, delegou no Vice-presidente, Professor Doutor Victor Franco, a competência para orientar e superintender na gestão administrativa e financeira da Escola, assegurando a eficiência no emprego dos seus meios e recursos e, no mesmo titular e na Administradora, através dos despachos 11/PRES/2014, de 1 de julho e 15/PRES/2014, de 1 de julho<sup>19</sup>, a competência para autorizar «*despesas e pagamentos, bem como autorizar a aquisição de bens e serviços*», não tendo, contudo, sido fixado qualquer montante.
22. Não se verificou, porém, a publicação em DR dos dois últimos despachos referenciados, em desconformidade com o preceituado no n.º 2 do art.º 37.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA)<sup>20</sup>.
23. Em **sede de contraditório** o CG informou que: «*Entretanto já se procedeu à publicação em DR*».
24. Constatou-se, entretanto, a publicação das delegações de competências no Vice-Presidente e na Administradora, através, respetivamente, dos Despachos n.º 3404/2017, DR n.º 79/2017, Série II, de 2017-04-21<sup>21</sup>, e n.º 3462/2017, DR n.º 80/2017, Série II, de 2017-04-24<sup>22</sup>.
25. Conforme disposto no n.º 1 do art.º 95.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e n.º 1 do art.º 47.º dos Estatutos, ao CG da ENIDH, enquanto órgão colegial, compete a gestão administrativa, patrimonial e financeira da Escola<sup>23</sup>, que abrange a autorização de pagamentos.
26. Através da Deliberação n.º 1/2015, de 21 de janeiro<sup>24</sup>, o CG delegou no Presidente, no Vice-Presidente, Professor Doutor Victor Franco e na Administradora, competências para autorização de despesas e pagamentos inerentes a empreitadas de obras públicas e locação de bens e serviços, incluindo a aprovação de projetos de execução para empreitadas até ao montante de 200 000€<sup>25</sup>.
27. Salienta-se, no entanto, que o Presidente, para além da sua competência originária, enquanto órgão superior de governo da Escola<sup>26</sup>, para autorizar despesas até ao montante de 199 519,16€, detém, ainda competência subdelegada pelo SEES, nesta matéria, até ao valor de 3 740 984€ (cfr. parágrafo 20), pelo que o CG, ao ter procedido à delegação de competências naquele, até 200.000€, praticou um ato inútil. Com efeito, o CG apenas detém competência própria para autorizar despesas até 99 759,60€, atento o disposto no n.º 1 do art.º 95º do RJIES, conjugado com a al. a) do n.º 1 do art.º 17.º do DL n.º 197/99<sup>27</sup>.
28. No **Mapa V** do Anexo 5.6 identificam-se os despachos de delegação de competências produzidos.

<sup>18</sup> Publicado no DR, II Série, de 24 de fevereiro.

<sup>19</sup> Foram, ainda, ratificados todos os atos praticados pela Administradora desde o dia 3 de fevereiro (Despacho 11/PRES/2014) e pelo Vice-Presidente desde 17 de janeiro.

<sup>20</sup> DL n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado e republicado pelo DL n.º 6/96, de 31 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, ora revogado, mas aplicável à data dos factos. O Novo Código de Procedimento Administrativo aprovado pelo DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, dispõe, de igual forma, relativamente à obrigatoriedade de publicação no DR dos atos de delegação ou subdelegação de poderes, nos termos conjugados do n.º 2 dos Art.ºs 47.º e 159.º.

<sup>21</sup> Com ratificação de todos os atos praticados no âmbito das matérias delegadas, desde o dia 17 de janeiro de 2014.

<sup>22</sup> Com ratificação de todos os atos praticados no âmbito das matérias delegadas, desde o dia 1 de fevereiro de 2014.

<sup>23</sup> Com possibilidade de delegação, nos termos do n.º 3 do art.º 47.º dos Estatutos.

<sup>24</sup> Publicada no DR, II Série, de 18 de maio, sob o n.º 853/2016.

<sup>25</sup> Ratificando todos os atos praticados, desde 17 de janeiro de 2014, pelo Presidente e Vice-Presidente e desde 1 de fevereiro, pela Administradora.

<sup>26</sup> Cfr. art.º 38.º dos Estatutos.

<sup>27</sup> Nos termos legais (n.º 1 do art.º 95.º do RJIES) é aplicável ao CG a legislação em vigor para os organismos públicos dotados de autonomia administrativa, não podendo, assim, o n.º 1 do art.º 47.º do Estatutos contrariar aquele normativo legal.



# Tribunal de Contas

## 2.1.2. ATIVIDADE E RECURSOS HUMANOS

### *Atividade desenvolvida*

#### A. Ofertas formativas

29. Vocacionada para a formação e qualificação de oficiais da marinha mercante e de quadros superiores do setor marítimo-portuário nas áreas da intermodalidade, gestão e logística, no ano de 2014, a ENIDH lecionou cursos de 1.º ciclo (licenciatura)<sup>28</sup>, de 2.º ciclo (mestrados)<sup>29</sup> e de especialização tecnológica (CET)<sup>30</sup>.

30. No **Mapa VI** do Anexo 5.6 são apresentados, a título informativo, a evolução dos principais indicadores de ofertas formativas, sendo de salientar o seguinte:

- a) Um ligeiro decréscimo (5%) no número total de alunos no ano letivo de 2014/2015 (744 alunos) face a 2013/2014 (785), em resultado da não abertura de duas ofertas formativas (mestrado em Gestão Portuária e CET-ETRM);
- b) Um crescimento do número de diplomados, 61%, nos anos letivos de 2011/2012 a 2014/2015;
- c) Um aumento de 4% do número de estudantes inscritos em licenciatura (530), uma redução de 17% no número de estudantes de mestrado (97) e de 19% no número de alunos de CET (82) em 2014/2015 face a 2013/2014;
- d) Forte aumento no número de diplomados dos CET (175%) e do número de diplomados com o grau de licenciado (68%) e uma significativa diminuição do número de diplomados com o grau de mestre (36%) no ano letivo de 2014/2015, face ao ano letivo de 2011/2012.

#### B. Outros Cursos de Qualificação e Especialização

31. A ENIDH realizou, ainda, através de uma das suas unidades científico-pedagógicas (CEFE) um conjunto de ações, designadamente cursos de certificação (50)<sup>31</sup>, cursos em parceria com outras instituições (6), cursos para empresas (6), prestação de serviços (3), apoio técnico e estudos e projetos (2).

32. De acordo com o relatório de atividades de 2014 do CEFE, no período 2008-2014 foram realizadas 412 ações de formação e obtida uma faturação de 915 759,60€ (cfr. **Mapa VII** do Anexo 5.6), sendo de destacar o seguinte:

- a) Uma redução significativa do número de ações realizadas (20%) e da faturação emitida no ano de 2014 (59%) face ao ano de 2008. Para tal contribuiu o relatório da Inspeção Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (IGMCTES) de setembro de 2011 que recomendou a cessação imediata da participação dos docentes em regime de dedicação exclusiva nos cursos do CEFE da ENIDH.

<sup>28</sup> Pilotagem; Engenharia de Máquinas Marítimas; Engenharia de Sistemas Eletrónicos Marítimos; Gestão de Transportes e Logística; Gestão Portuária.

<sup>29</sup> Pilotagem; Engenharia de Máquinas Marítimas; Sistemas Eletrónicos Marítimos; Gestão Portuária.

<sup>30</sup> Manutenção de Mecânica Naval; Eletrónica e Automação Naval; Exploração do Transporte Rodoviário de Mercadorias (ETRM).

<sup>31</sup> Ministrados de acordo com a convenção STCW 78 e Emendas.



# Tribunal de Contas

---

b) Um aumento considerável, em 2014 face a 2013, do número de ações (103%)<sup>32</sup> e do número de formandos (165%)<sup>33</sup>, bem como da receita cobrada (63%)<sup>34</sup>, em resultado da introdução dos novos cursos de "Sensibilização para a Proteção" e "Qualificação para o Exercício de Funções Específicas de Proteção", dos cursos realizados para a Universidade de Cabo Verde, bem como, dos cursos realizados ao abrigo de protocolos com empresas, entre outros. De acordo com o relatório de atividades do CEFE tal aumento só foi possível devido ao facto dos docentes em regime de dedicação exclusiva terem aceite a não percepção de remuneração pela realização destas ações de formação, em contrapartida do apoio à frequência de programas de formação contínua, cursos não conferentes de grau, programas de intercâmbio e experiências, participação em seminários destinados à divulgação de conhecimentos e aquisição de materiais para o desempenho na ENIDH.

## C. Ação Social

33. De acordo com os arts. 87.º a 90.º dos Estatutos, as funções de ação social são asseguradas pelo Serviço de Ação Social (SAS), dotado de autonomia administrativa e financeira e sujeito à fiscalização exercida pelo Fiscal Único.

34. Constatou-se, no entanto, no decurso do trabalho de campo<sup>35</sup> que o SAS não dispõe de autonomia administrativa e financeira, dependendo do orçamento da ENIDH.

35. Questionada a entidade sobre esta matéria, a Administradora informou<sup>36</sup> que:

*Os estatutos da ENIDH foram elaborados sob o acompanhamento da Secretaria Geral do MCTES. As versões desses Estatutos, das Escolas Superiores não integradas, foram corrigidas pela Secretaria Geral, com a informação de que os Serviços da Ação Social teriam que constar como dotados de autonomia administrativa e financeira. A ENIDH não possui nem recursos humanos nem financeiros para tratar dos Serviços da Ação Social como entidade autónoma.*

36. O SAS concede apoios diretos, designadamente bolsas de estudo, e indiretos, como o acesso à alimentação, ao alojamento, a serviços de saúde e apoio em atividades culturais e desportivas e outros.

37. No ano 2014 foram atualizados o Regulamento Geral da Residência, homologado por despacho do Presidente em 1 de julho, e o Regulamento Interno da Residência, aprovado a 13 de outubro, sobre o respetivo funcionamento e que ainda se encontra em vigor<sup>37</sup>.

38. Em 2014 a receita com a ação social ascendeu a 115 189€ e a despesa a 252 367€, apurando-se assim um saldo negativo de 137 178€, o qual foi suportado através do orçamento de receita própria da ENIDH (cfr. **Mapa VIII** do Anexo 5.6).

---

<sup>32</sup> O número de ações em 2013 foi de 33 e em 2014 de 67.

<sup>33</sup> O número de formandos aumentou de 282 para 746.

<sup>34</sup> A receita faturada em 2013 foi de 57 119€ e em 2014 de 93 035€.

<sup>35</sup> Como aliás, foi evidenciado nos Relatório de Gestão e Relatório de Atividades de 2014: «A Ação Social (...) desenvolve-se através dos seus Serviços de Ação Social que, sem autonomia administrativa e financeira, e, portanto, sem orçamento próprio, dependem do orçamento da ENIDH».

<sup>36</sup> Resposta ao pedido de esclarecimentos da equipa enviado ao Presidente da ENIDH de 23 de maio.

<sup>37</sup> O Regulamento Geral da Residência foi já objeto de ulterior atualização, para o ano 2015/2016, tendo sido homologado pelo Presidente em 24 de junho de 2015 e publicado na página da ENIDH na internet, onde também se encontram disponíveis o citado Regulamento Interno da Residência e, ainda, o Despacho sobre mensalidades dos alojamentos da Residência para 2015/2016.



# Tribunal de Contas

---

## Recursos Humanos

39. Em 31 de dezembro de 2014, o total de trabalhadores ascendia a 96, dos quais 4 integravam a Direção da Escola, 68 o pessoal docente e 24 o pessoal não docente (4 técnicos superiores, 15 assistentes técnicos, 4 assistentes operacionais e 1 informático) conforme se discrimina no **Mapa IX** do Anexo 5.6.
40. De realçar que, do total daqueles trabalhadores, 54,2% detém contratos de trabalho a termo resolutivo certo e 45,8% contratos de trabalho por tempo indeterminado.
41. Relativamente aos 68 docentes, em 31 de dezembro de 2014, 36,8% encontravam-se em regime de dedicação exclusiva, 54,4% em tempo parcial e 8,8% em tempo integral (cfr. **Mapa X** do Anexo 5.6).

### 2.1.3. SISTEMA CONTABILÍSTICO E DE INFORMAÇÃO

42. Todo o processamento contabilístico é efetuado através do programa designado “SIAG-AP”. Trata-se de uma aplicação para a área orçamental e patrimonial da Administração Pública que permite à ENIDH registar os seus dados contabilísticos de acordo com o POC-Educação e o CIBE. Integra os seguintes módulos: Vendas e receita; Tesouraria; Compras; Gestão de imobilizado; Recursos Humanos e Contabilidade.
43. Na área académica e de gestão de alunos, é utilizado o *software* “Digitalis” que engloba diversas aplicações respeitantes à gestão do corpo discente e docente e que não se encontra interligada com a aplicação “SIAG-AP”.
44. O CG, em **sede de contraditório**, informou que *«A Escola continua a desenvolver diligências no sentido da interligação entre as duas aplicações, Digitalis e SIAG-AP, a qual depende fortemente do trabalho conjunto destas duas empresas e se encontra em fase de desenvolvimento»*.
45. Complementarmente é utilizado o “SIC - Sistema de Informação Contabilística” para a elaboração dos Pedidos de Libertação de Créditos, relativos a verbas do OE.
46. Por fim, refira-se que a ENIDH tem vindo a recorrer a consultoria externa efetuada pelas empresas a seguir mencionadas e cujos trabalhos desenvolvidos incluem:

#### A) SIAG

- Apoio no decorrer do ano 2014, à execução da contabilidade orçamental, patrimonial e analítica de acordo com o POC-Educação, designadamente, validação periódica das operações contabilísticas e o apoio ao encerramento e prestação de contas de acordo com a legislação em vigor.
- Apoio e acompanhamento na exploração do sistema na área de recursos humanos durante o ano 2014 por forma a cumprir as obrigações legais nesta matéria.
- Auditoria mensal aos registos da base de dados por forma a verificar a coerência da informação registada e das parametrizações efetuadas na contabilidade orçamental e na contabilidade patrimonial.
- Apoio ao encerramento e à prestação de contas do período de 1 de janeiro a 31 de dezembro



# Tribunal de Contas

---

de 2014, o qual incluiu a validação e apresentação à ENIDH dos mapas obrigatórios para a prestação de contas obtidos através do SIAG-AP, nos termos das Instruções do TdC, incluindo a submissão da conta de gerência eletrónica.

e. Apoio aos utilizadores na validação e controlo dos dados registados.

## **B) GESBANHA<sup>38</sup>**

- a. Processamento da contabilidade geral, patrimonial e orçamental.
- b. Apoio no tratamento dos aspetos administrativos ligados ao serviço de contabilidade e resposta atempada às solicitações oficiais.
- c. Elaboração das reconciliações das contas bancárias e de contas de terceiros.
- d. Elaboração dos documentos de Prestação de Contas mensais e anuais, nomeadamente: Balanço e Demonstração dos Resultados por Natureza e por Funções; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.
- e. Reuniões e esclarecimentos solicitados pela Senhora Administradora.
- f. Apoio na preparação de documentação, reuniões e esclarecimentos solicitados por Auditores e/ou Revisores de Contas.

## **C) INSERMARGEM**

Controlo, inventário, reconciliação contabilística de bens de imobilizado e respetiva atualização e inserção na plataforma SIAG.

## **D) DIGITALIS**

Prestação de serviços de manutenção e atualização do sistema de gestão escolar (SIGES), designadamente, nos seguintes módulos: CSS - Controlo Sistema de Seriação; CSS net - Candidaturas Online; CSE - Controlo Sistema de Ensino; CXA - Controlo de propinas e Emolumentos; CSD - Controlo Sistema de Docentes; CSH - Gestão de Horários; NetP@ v11 - Posto de Atendimento Virtual; SIAnet - Sistema de inscrições automáticas; LNDnet - Lançamento de Notas pelo Docente; SMDnet - Sumários de Docentes; CXAnet - Controlo de propinas e Emolumentos; SIEnet - Inscrições a Exames online; RAIDES - IS; CME - Controlo Módulo de Estatística; SAS - Integração Serviço Ação Social.

## **E) M. RODRIGUES E ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS RL**

Serviços jurídicos especializados de assessoria jurídica nas áreas do direito administrativo, nomeadamente, contratação pública e emprego público.

47. É de salientar a dependência, em particular dos Serviços Financeiros e Académicos, em relação a entidades externas, nomeadamente, SIAG, DIGITALIS e GESBANHA. Acresce referir que no âmbito da execução da presente auditoria foi necessário recorrer ao apoio destas empresas para obtenção de algumas listagens ou explicações sobre registos contabilísticos importantes.

---

<sup>38</sup> Ano de 2015.



# Tribunal de Contas

## 2.1.4. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

48. Enquanto organismo tutelado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), a ENIDH aplica o POC-Educação aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro, na contabilização das suas operações, efetuando a prestação de contas ao TdC nos termos da Instrução n.º 1/2004 – 2.ª Secção, publicada no DR, II Série, de 14 de fevereiro.

49. No exercício de 2014, a ENIDH apresentou duas contas de gerência<sup>39</sup>, que não respeitaram integralmente as Instruções do TdC e a normalização contabilística definida no POC-Educação, conforme se indica seguidamente:

### a) *Balanço/Demonstração de Resultados – Gerências Partidas*

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados na 2.ª gerência de 2014<sup>40</sup> reportam-se ao período de 16 de janeiro a 31 de dezembro e não à posição financeira anual da ENIDH a 31/12/2014, situação que torna incomparável este balanço com o de 2013 por se reportarem a períodos distintos<sup>41</sup> e que gera divergências quanto ao resultado líquido apurado a 31/12/2014 nestes documentos e o resultado líquido gerado no ano de 2014 pela entidade.

Contudo, a apresentação das demonstrações financeiras referidas (Balanço e Demonstração de Resultados) deve ser novamente submetida na plataforma eletrónica de contas, devendo ser considerada a posição económico-financeira do exercício completo.

### b) *Mapa de fluxos de caixa – Operações de Tesouraria*

Os saldos da gerência de Operações de Tesouraria incluem valores negativos relativos a descontos sobre vencimentos. Sendo a existência destes valores inconsistente com o preconizado no POC-Educação, deveria esta informação adicional constar de uma nota explicativa ao mapa de fluxos de caixa (cfr. ponto 2.6.1).

### c) *Mapa do Controlo Orçamental da Receita-Despesa de 2014*

Os valores constantes dos Mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa correspondentes ao encerramento das contas de 2014 diferem dos valores apresentados na Conta Geral do Estado, em virtude de a ENIDH ter procedido ao corte dos valores da execução orçamental relativamente aos períodos de 1 a 15 de janeiro (1.ª gerência) e de 16 de janeiro a 31 de dezembro de 2014 (2.ª gerência).

### d) *Mapa da Contratação Administrativa*

Os Mapas da Contratação Administrativa (Situação dos contratos e Formas de Adjudicação) não refletem o número correto de adjudicações realizadas bem como o procedimento aquisitivo efetivamente adotado.

### e) *Contabilidade analítica*

A ENIDH não dispõe de um sistema de contabilidade analítica, contrariando o disposto no ponto

<sup>39</sup> De 1 a 15 de janeiro de 2014 e de 16 a 31 de dezembro de 2014.

<sup>40</sup> No formulário específico da plataforma de prestação de contas eletrónica ao TdC.

<sup>41</sup> E, pelo mesmo motivo, não permite a comparação dos períodos no balanço 2015.



# Tribunal de Contas

---

2.8.1 do POC-Educação, que impõe a sua obrigatoriedade.

f) *Ata de apreciação das contas*

Ambas as contas foram instruídas com uma ata do Conselho Geral, de 27/05/2015, cujo conteúdo não obedece ao disposto na alínea a) – IV da Instrução n.º 1/2004, do TdC, por ser omissa quanto aos fluxos, que deve identificar.

Atendendo a que, nos termos do disposto no art.º 47º dos estatutos, o órgão com competência em matéria de gestão administrativa e financeira é o Conselho de Gestão, compete-lhe a elaboração da conta anual e a sua remessa ao TdC, acompanhada da respetiva ata deste órgão.

50. Em **sede de contraditório**, o CG informou que:

a) *O Balanço e a Demonstração de Resultados da 2.ª conta de gerência de 2014 já foram remetidos ao TdC na plataforma eletrónica de prestação de contas.*

b) *Os Mapas da Contratação Administrativa, enviados ao TdC, no encerramento das contas, estão a ser analisados de forma a refletirem o número correto de adjudicações bem como o procedimento adotado. No encerramento de contas referente ao ano 2016 serão lançadas todas as adjudicações realizadas.*

c) *Sabendo que a implementação de um sistema de contabilidade analítica será demorada, considerando a recente contratação de um técnico superior que iniciou as suas funções na área financeira no passado dia 1 de março, o Conselho de Gestão vai ponderar um arranque faseado de uma Contabilidade Analítica na Escola.*

d) *A ata do Conselho de Gestão, relativa ao encerramento das contas, será elaborada de acordo com as instruções do TdC (...).*

51. Em face do exposto, é de realçar a realização de diligências pelo CG da ENIDH no sentido de uma parte das situações detetadas terem já sido sanadas.

52. Contudo é de referir que, consultada a plataforma de prestação de contas, constatou-se que o Balanço e a Demonstração de Resultados da última gerência de 2014, não foram corrigidos de acordo com o mencionado na alínea a) do parágrafo 49, pelo que deverá a ENIDH diligenciar pela sua remessa<sup>42</sup>.

53. Relativamente às outras situações que ainda não se encontram corrigidas deve aquele órgão adotar as medidas adequadas a fim de dar cumprimento integral às Instruções do TdC e à normalização contabilística definida no POC-Educação.

54. As contas da ENIDH referentes ao exercício de 2014 foram objeto de certificação legal de contas por parte da empresa (“Horwath & Associados SROC, Lda”)<sup>43</sup> que exerce as funções de fiscal único da ENIDH, tendo sido elaborado um relatório com uma reserva, relacionada com a não relevação dos edifícios e terreno onde a ENIDH se encontra instalada (cfr. **Mapa XV** do Anexo 5.6).

55. Constatou-se ainda o cumprimento do disposto no art.º 109.º dos seus Estatutos e art.º 118.º do RJIES, que determina a obrigatoriedade de realização de auditorias externas de dois em dois anos, devendo uma delas reportar-se à primeira metade do mandato do Presidente e a seguinte preceder, em três meses, o final do mandato correspondente. Assim, nos termos daquela disposição legal, as contas da ENIDH relativas ao exercício em 2013 e ao final de mandato do anterior Presidente foram objeto de auditoria externa por parte da empresa “Horwath&Associados SROC, Lda.”.

---

<sup>42</sup> Bem como pela correção e submissão do Balanço e da Demonstração de Resultados de 2015, uma vez que na coluna do comparativo com o ano anterior os valores estão igualmente incorretos.

<sup>43</sup> Nomeado, nos termos do RJIES e dos seus Estatutos, por Despacho Conjunto do Ministro das Finanças e Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de 4 de novembro de 2010, publicado no DR, II Série, de 25 de fevereiro de 2011.





4

# Tribunal de Contas

## 2.2. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E DE RISCO

### 2.2.1. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI)

56. No âmbito do levantamento do sistema de controlo interno existente na ENIDH, foram realizados testes de controlo descrevendo-se, em seguida e em termos genéricos, os principais pontos fortes e os que carecem de melhoria identificados nas diferentes áreas:

AVALIAÇÃO DO SCI	
ORGANIZAÇÃO GERAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS	
<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Existência de:<ul style="list-style-type: none"><li>a) Manual de Controlo Interno aplicável às áreas da receita, recursos humanos, aprovisionamento e património, tesouraria, sistemas de informação e gestão.</li><li>b) Manual de Gestão da Qualidade e de definição de funções aplicável aos seguintes serviços: Secretariado do Presidente; Administradora; Secretariado de apoio aos órgãos consultivos, coordenação de cursos e unidades científico-pedagógicas; Serviço Académico; Serviço Financeiro; Serviço de Recursos Humanos; Serviço de Aprovisionamento e Património; Serviço Técnico; Biblioteca; Serviço de Relações Públicas e Observatório; Serviço de Informática; Serviço de Ação Social; Gestão Documental; Gestão dos Sistemas de Informação; Ação Social.</li><li>c) Regulamentos de forma avulsa aplicáveis às áreas dos alunos, docentes e prestação de serviços.</li></ul></li></ul>
<b>ASPETOS A MELHORAR</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Não são elaborados relatórios anuais sobre a execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;</li><li>Existência de sistemas de informação não integrados entre si (serviço académico, tesouraria e contabilidade) o que implica a realização de numerosos procedimentos manuais, possibilitando a ocorrência de erros e omissões, a duplicação de tarefas e os esforços de conciliação/análise de diferenças.</li><li>As competências previstas para o Serviço Financeiro – Contabilidade na Tabela de Funções são exercidas por empresas de consultoria contratadas para o efeito.</li><li>Registo da correspondência da ENIDH em livros de entrada e saída manual;</li><li>Não se encontra implementado um sistema de contabilidade analítica nos termos do POC-Educação.</li></ul>
RECEITA	
<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Existência de uma tabela de preços para a venda de bens e prestação de serviços ao exterior.</li><li>Realização de diligências junto dos alunos, clientes e outros devedores para efeitos de cobrança dos valores em dívida.</li></ul>
<b>ASPETOS A MELHORAR</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Não existe uma adequada segregação de funções entre a tesouraria e a contabilidade na prestação de serviços ao exterior, uma vez que é a própria tesoureira que emite a fatura, recebe o dinheiro e controla as contas correntes.</li><li>Ausência de arquivo documental sistematizado e organizado dos protocolos geradores de receita celebrados pela ENIDH.</li><li>As dívidas de alunos são contabilizadas no final do ano com base em estimativas.</li><li>Deficiente controlo sobre os saldos de clientes na medida em que não existem contas correntes de clientes nem balancetes por antiguidade de saldos, sendo o controlo das dívidas efetuado pelos serviços académicos.</li></ul>
DISPONIBILIDADES	
<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Não existem cheques assinados em branco.</li><li>Reconciliações bancárias mensais elaboradas pela GESBANHA, garantindo-se a segregação de funções entre quem efetua os recebimentos e pagamentos e quem concilia e supervisiona as contas bancárias e os valores levantados e depositados.</li><li>A constituição de fundos de maneo, o respetivo valor, a indicação dos seus responsáveis, bem como as regras referentes à atribuição, reposição e liquidação dos fundos de maneo constam de um regulamento.</li></ul>
<b>ASPETOS A MELHORAR</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Ausência de contagens periódicas, por pessoas alheias às funções de tesouraria dos registos da receita.</li><li>As receitas cobradas não são depositadas diária e integralmente, verificando-se a existência de elevados valores em cofre.</li><li>Não são efetuados balanços à tesouraria.</li></ul>
DESPESAS COM O PESSOAL	
<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Segregação de funções entre a inserção de dados dos funcionários, o processamento e liquidação, a autorização de pagamento e o pagamento.</li><li>Para cada funcionário existe um processo individual, atualizado sempre que ocorrem alterações na carreira e dados pessoais.</li><li>Controlo do regime de dedicação exclusiva dos docentes e investigadores, traduzido no pedido e análise das declarações anuais de IRS.</li></ul>



4

# Tribunal de Contas

<b>ASPETOS A MELHORAR</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Deficiente controlo da assiduidade dos docentes, feito através de registo manual, o que não garante a fiabilidade do sistema.</li><li>▪ Deficiente controlo da atribuição do subsídio de refeição com o processamento de despesas da mesma natureza no âmbito de eventos ocorridos em representação da Escola.</li><li>▪ Inexistência de procedimentos de controlo efetivos que assegurem que os abonos e descontos processados mensalmente não apresentam erro.</li></ul>
<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Segregação de funções entre a proposta de aquisição, a informação e cabimento, a autorização da despesa, a requisição e o pagamento.</li></ul>
<b>ASPETOS A MELHORAR</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Ausência de um sistema de informação relativo ao registo dos contratos de aquisições de bens e serviços celebrados, incluindo o montante global de cada contrato, suas alterações, escalonamento e pagamentos efetuados.</li><li>▪ Os processos de contratação de bens e serviços estão deficientemente organizados e, em alguns casos, com falta de fundamentação e documentação de suporte.</li><li>▪ Existência de cabimentos e autorizações de despesas com datas posteriores às das respetivas faturas.</li></ul>
<b>PATRIMÓNIO</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Existem normas definidas relativamente aos procedimentos de aquisição, alienação, transferência, utilização, cedência e abates de bens.</li></ul>
<b>ASPETOS A MELHORAR</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Inexistência de um inventário atualizado de todos os bens imóveis;</li><li>▪ Não atualização, na ficha dos bens móveis, da sua localização;</li><li>▪ Ausência de verificações físicas periódicas para confirmar a existência dos bens e aferir do seu estado de funcionamento.</li></ul>

57. Face aos pontos fracos evidenciados, conclui-se que o SCI da ENIDH no que respeita às áreas da organização geral e prestação de contas, receita, disponibilidades, pessoal, aquisição de bens e serviços e património é deficiente<sup>44</sup>.

58. Em **sede de contraditório**, o CG informou que *«está atento aos aspetos em que existe oportunidade para melhorar e, na medida das disponibilidades de meios humanos e financeiros irá dar a devida atenção aos aspetos assinalados»*.

59. Em face do exposto, recomenda-se àquele órgão que adote as medidas adequadas a colmatar os aspetos a melhorar identificados no SCI, nomeadamente no que se refere aos sistemas de informação, à receita própria e ao pessoal.

## 2.2.2. PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

60. Por deliberação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de Julho de 2009<sup>45</sup>, foi recomendado aos órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos que procedessem à elaboração do PGRIC.

61. Nos termos da mencionada Recomendação, os PGRIC devem também incluir uma definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direção do órgão dirigente máximo e prever a elaboração anual de um relatório sobre a sua execução a remeter ao CPC, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo.

62. Por sua vez, a Recomendação n.º 1/2010 de, 7 de abril, veio estabelecer, para as entidades gestoras de dinheiros públicos<sup>46</sup>, o dever de publicitação do PGRIC *«no sítio da respetiva entidade na internet»*.

<sup>44</sup> Nos termos do manual de auditoria e de procedimentos do TdC, o SCI pode ser bom, regular ou deficiente.

<sup>45</sup> Recomendação n.º 1/2009 do CPC.

<sup>46</sup> *«Entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, seja qual for a sua natureza, administrativa ou empresarial, de direito público ou de direito privado (...)»*



# Tribunal de Contas

---

63. No seguimento destas recomendações, a ENIDH procedeu à elaboração daquele plano o qual incluiu os riscos de ocorrências detetados no âmbito do controlo interno, nas áreas consideradas sensíveis, designadamente recursos humanos, estudantes, contratação pública, património e receita, tendo definido procedimentos preventivos para cada risco identificado.
64. Foram, ainda, estabelecidas as estruturas de apoio à implementação do Plano, a obrigatoriedade de elaboração de relatórios anuais sobre a respetiva execução e prevista a criação de uma área na página da ENIDH na internet para divulgação do mesmo<sup>47</sup>.
65. Não obstante o referido, a ENIDH não elaborou os relatórios anuais sobre a execução do Plano nem procedeu à publicitação do PGRCIC no respetivo sítio na Internet.
66. Contudo, em **sede de contraditório**, o CG informou que «*O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas já está publicado no site da ENIDH, sem prejuízo das eventuais necessidades de atualização do mesmo*» e que o «*relatório anual sobre a execução do plano está a ser elaborado*».
67. A publicação do PGRCIC foi efetuada no sítio da ENIDH na Internet no classificador Informação Institucional, devendo a Escola implementar procedimentos que permitam a elaboração e comunicação ao CPC do relatório sobre a execução deste Plano.

## 2.2.3. RELATÓRIOS DE ÓRGÃOS DE CONTROLO INTERNO

68. Em 2011, a ENIDH foi objeto de uma auditoria realizada pela IGEC<sup>48</sup>, com referência ao exercício de 2010<sup>49</sup>, cujos objetivos:
- [A]ssentaram fundamentalmente na apreciação sobre o funcionamento dos órgãos da ENIDH, dos sistemas de informação e dos procedimentos de controlo interno, do cumprimento das normas que lhe são aplicáveis e das obrigações legais a que a ENIDH está sujeita, face ao seu regime orçamental/patrimonial, com vista a verificar a sua adequação e operacionalidade, visando, igualmente, a formulação de recomendações que visem suprir eventuais fragilidades, irregularidades ou ilegalidades.*
69. De entre as áreas onde a avaliação realizada foi mais crítica, destacam-se as seguintes: sistema de informação, de controlo e de reporte, aplicação do POC-Educação, receita, despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas e gestão do serviço docente. No **Mapa XII** do Anexo 5.6 sintetizam-se as recomendações e procede-se à avaliação do seu acolhimento, pela equipa de auditoria do TdC, com indicação dos pontos do presente relatório onde as matérias são analisadas.
70. O relatório conclui por situações de reposição de dinheiros públicos, ao abrigo do disposto no art.º 36.º e seguintes do DL n.º 155/92, de 28 de Julho, que estabelece o Regime da Administração

---

<sup>47</sup> Que divulgará, de idêntica forma, a principal legislação e outros documentos sobre a matéria da prevenção da corrupção e riscos conexos como «ações previstas e efetuadas, relatórios produzidos, as questões mais frequentes sobre estes temas (FAQs), um endereço para esclarecimentos de dúvidas e ligações para sítios da internet com relevância para o tema.».

<sup>48</sup> A auditoria em referência foi realizada pela Inspeção-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino (IGMCTES). Em 2011, na sequência da fusão do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, fundiram-se também as respetivas estruturas inspetivas dando lugar à Inspeção-Geral da Educação e Ciência, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro, de acordo com Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) cujas linhas gerais foram determinadas no âmbito do Compromisso Eficiência do XIX Governo Constitucional.

<sup>49</sup> Sem prejuízo de alargamento «(...) a outros anos económicos, para as matérias que, pela sua significância, ou pela sua extensão ao longo de outros períodos, mereceram uma análise plurianual) bem como, numa perspetiva de análise da gestão dos recursos humanos associados à docência, o ano letivo de 2009/2010».



# Tribunal de Contas

Financeira do Estado, no domínio dos recursos humanos, remetendo-se a sua análise para o ponto 2.2.4.

71. Na sequência de despachos de concordância do Conselheiro da Área, exarados em informações do Departamento de Verificação Interna de Contas (DVIC)<sup>50</sup>, o relatório foi remetido ao Núcleo do Ministério Público, tendo sido arquivado, por despachos do Procurador-Geral Adjunto de 2 de dezembro de 2015, por não ter sido realizado o contraditório pessoal e omitida, assim, uma formalidade essencial imposta pelos arts. 12.º e 13.º da LOPTC.

## 2.2.4. ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DE REPOSIÇÃO CONSTANTES DO RELATÓRIO DA IGEC

### ATRIBUIÇÃO DE ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS

72. O relatório da IGEC reportou quanto a três trabalhadores o «*abono indevido deste subsídio, uma vez que, da leitura articulada do disposto nos artigos 9.º e 14.º do DL n.º 176/2003, de 2 de Agosto, na sua atual redação, não se verifica legalmente o direito à [sua] atribuição*»<sup>51 52</sup> e recomendou a respetiva reposição, no montante global de 2 343,80€, nos cofres do Estado, nos termos do art.º 36.º e seguintes do DL n.º 155/92, de 28 de Julho.

73. A ENIDH, apresentou os documentos comprovativos que evidenciaram uma reposição parcelar dos valores em referência, no valor de 2 212,52 €<sup>53</sup>.

74. A diferença existente, de 131,28€ em relação ao valor total a repor é justificada<sup>54</sup> como dizendo respeito:

*[A]o montante de abono de família recebido indevidamente por um dos docentes durante o ano 2008. Em março de 2014 enviámos um ofício a solicitar a reposição referente aos 3 anos – 2008, 2009 e 2010. Em abril de 2014 reiterámos o pedido. O Sr. Professor, em maio desse ano, fez a reposição das guias referentes a 2009 e 2010 alegando verbalmente, na Tesouraria, que não pagava a guia respeitante a 2008 por a considerar prescrita.»*

75. Tal fundamentação é justificável uma vez que, nos termos do disposto no art.º 40.º do DL n.º 155/92, de 28 de julho, «*a obrigatoriedade de reposição das quantias recebidas prescreve decorridos cinco anos após o seu recebimento*», ou seja, quando foi emitida a guia de reposição, em março de 2014, a obrigação de repor a quantia relativa ao ano de 2008, havia já prescrito.

### PAGAMENTO ILEGAL A DOCENTE

76. Foi ainda identificado, no citado relatório, o pagamento a um docente, no valor de 4 073,30€, respeitante a um contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, cujo termo havia ocorrido em 31 de julho de 2009, e que «*por lapso dos serviços, continuou a gerar pagamento de remunerações até janeiro de 2010*», tendo sido disponibilizados os documentos probatórios que evidenciam a reposição integral de tal montante<sup>55</sup>.

<sup>50</sup> Informação n.º 236/2015 - DVIC.1 Administração Central, de 21 de dezembro de 2015.

<sup>51</sup> Diploma aplicável à data dos factos.

<sup>52</sup> Professores Joaquim Henrique de Almeida Oliveira, Vítor Semedo Gonçalves e João Manuel Lopes de Carvalho Dias.

<sup>53</sup> Cf. Documentos de processamento da receita (Reposições não abatidas aos pagamentos), extratos do IGCP e cópias de cheques que comprovam a reposição integral por parte dos Prof. João Dias (982,72€) e Vítor Gonçalves, (982,72€) e a reposição parcial por parte do Prof. Joaquim Oliveira (247,08€).

<sup>54</sup> Cf. Informação da Administradora, em e-mail de 21 de novembro, em resposta a pedido de 28 de outubro de 2016.

<sup>55</sup> Extratos do IGCP que comprovam as transferências efetuadas nos meses de agosto (1 073,30€), setembro, outubro e novembro (1 000€ em cada mês).



# Tribunal de Contas

## 2.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### *Receita – Evolução e execução orçamental*

77. Da análise da evolução e da execução orçamental da receita da ENIDH, no período 2013 a 2014, tendo por base o **Mapa XIII** constante do Anexo 5.6, salienta-se o seguinte:

- a) Em 2014 as previsões corrigidas da receita atingiram o valor de 5 045 658€ tendo a execução sido de 5 009 982,60€ (99,29%), ou seja, inferior, em relação ao ano de 2013, em 11 636,65€;
- b) No total das receitas cobradas em 2014 assumem maior peso as receitas provenientes de “Transferências Correntes” do OE (2 767 875€ - 55,6%) e o “Saldo da gerência anterior” (1 059 669€ - 21,3%);
- c) As receitas próprias representaram 23,6% (1 182 192€) da receita cobrada em 2014 e resultam essencialmente de propinas de alunos (648 720,18€), da venda de bens e serviços correntes (498 939,58€) e de outras receitas correntes (34 532,63€);
- d) As vendas de bens e serviços correntes foram as receitas que registaram o crescimento mais significativo em 2014 (12,5%) face a 2013, ou seja, mais 55 419,98€, e onde se incluem as receitas provenientes da prestação de serviços no âmbito dos protocolos celebrados com várias entidades e pessoas singulares, das ações de formação, seminários e outros, dos serviços de alimentação e de alojamento.

### *Despesa – Evolução e execução orçamental*

78. A evolução e execução orçamental das despesas da ENIDH, no período de 2013 a 2014, são evidenciadas no **Mapa XIV** (cf. Anexo 5.6), sendo de destacar o seguinte:

- a) Em termos de despesa global em 2014, o grau de execução foi de 79% ao qual corresponde um valor de 3 901 768,70€ verificando-se um decréscimo de 2,02% comparativamente ao ano de 2013, em resultado, sobretudo, da diminuição das despesas com o pessoal (5,4%). As despesas com a aquisição de bens de capital foram as que registaram o menor grau de execução situando-se nos 29%.
- b) A diminuição das despesas com o pessoal em 2014 está relacionada não só com o facto de a Direção da Escola ter acolhido as orientações da IGEC relativamente às remunerações do Presidente, dos Vice-Presidentes e da Administradora, mas também com a redução no número de ofertas formativas que provocou uma diminuição na contratação de docentes convidados, e, ainda, com a saída de trabalhadores não docentes (4), que não foram totalmente compensadas com entradas de novos recursos.
- c) Na estrutura dos pagamentos em 2014 ressaltam as despesas com a aquisição de bens e serviços correntes e de capital (29,65%), que ascenderam a 1 156 562,23€, e registaram um crescimento de 9,8% face a 2013.



# Tribunal de Contas

## 2.4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 2.4.1. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

#### *Análise Financeira - Balanço*

79. Relativamente ao período de 2013 a 2014, a situação financeira da ENIDH, refletida nos respetivos balanços, encontram-se retratados no **Mapa XV** do Anexo 5.6<sup>56</sup>. Da análise sumária a estes elementos conclui-se que:

- a) O ativo líquido total da ENIDH, no valor de 2 495 940€, registou um decréscimo (8,9%) no período 2013/2014 que ficou a dever-se, essencialmente, a uma diminuição no imobilizado (6,1%), nas dívidas de terceiros de curto prazo - clientes (59,1%) e nas disponibilidades (8,3%), não compensado pelo aumento dos acréscimos e diferimentos (3%);
- b) Em 2014 as disponibilidades representam a maior componente do ativo total (48%), seguindo-se o imobilizado (34%) e as dívidas de terceiros (17%);
- c) O terreno onde se situa o campus da ENIDH, bem como os edifícios adstritos, não se encontram relevados nas suas demonstrações financeiras (cfr. ponto 2.6.1)<sup>57/58</sup>.
- d) O valor das Dívidas de Terceiros a curto prazo – Alunos C/C registaram um ligeiro acréscimo (1%) e ascendiam a 385 831€, em 31 de dezembro de 2014. Nesta matéria é de salientar que os registos na contabilidade relativos às dívidas de alunos apenas são efetuados no final do ano, assentam em estimativas e não se encontram suportados de forma adequada.
- e) O passivo, no montante de 857 009€, é constituído, exclusivamente, pelas contas de dívidas a terceiros (Fornecedores c/c e Estado) e de acréscimos e diferimentos, as quais representavam 3,3% e 31,1% respetivamente, do total dos Fundos Próprios e do Passivo;
- f) As Dívidas a Fornecedores c/c registaram em 2014, um decréscimo significativo (62,6%) e ascendiam a 9 294€ em 31 de dezembro;
- g) Os acréscimos e diferimentos incluem os valores de acréscimo de custos, relativos, entre outros, às férias dos colaboradores referentes a 2014 que serão pagas em 2015 (388 326€), e o valor dos proveitos diferidos (380 160€), que correspondem, essencialmente, às propinas faturadas em 2014, mas respeitantes ao exercício de 2015. Contudo, não é cumprido o princípio da especialização dos exercícios, designadamente no que se refere ao não diferimento das transferências e subsídios provenientes do OE, destinadas ao investimento em bens amortizáveis.
- h) Os fundos próprios ascendiam a 1 638 931€ sendo constituídos pelo património (1 724 823€), pelos resultados transitados (58 653€) e o resultado líquido negativo (144 545€).
- i) Os valores constantes do balancete geral divergem dos valores do balancete de terceiros e não existem balancetes de antiguidade de saldos das contas de terceiros.

<sup>56</sup> Considera todo o ano de 2014 (cfr. documentos de prestação de contas certificados pelo Fiscal Único) e não os valores constantes do balanço remetido ao TdC no âmbito da prestação de contas (2.ª gerência).

<sup>57</sup> Cfr. Anexo às DF em 31 de dezembro de 2014.

<sup>58</sup> Conforme se menciona no ponto 2.5.1, decorre desde 2012 o processo de regularização do património da ENIDH, tendo a Escola, a pedido da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), procedido à compilação de todos os documentos arquitetónicos existentes, a novas medições, bem como ao preenchimento das fichas do IMI.



# Tribunal de Contas

80. Relativamente ao princípio da especialização dos exercícios, o CG informou, no âmbito do **contraditório**, o seguinte:

*A Escola reconhece que não tem aplicado o princípio da especialização dos exercícios no tratamento dos subsídios ao investimento. Não obstante o seu impacto nas contas não deverá ser expressivo uma vez que a ENIDH tem tido como princípio adquirir bens de imobilizado com recurso essencialmente a receitas próprias.*

*De qualquer forma, em 2016, será corrigido este procedimento para os bens de imobilizado adquiridos no ano que tenham sido subsidiados.*

81. De realçar a realização de diligências no sentido de ultrapassar as insuficiências/deficiências apontadas e, deste modo, obter demonstrações financeiras que traduzam, de forma verdadeira e apropriada, a situação económico-financeira da ENIDH a partir de 2016.

## **Análise económica - Demonstração de Resultados**

82. Relativamente à situação económica da ENIDH, no período 2013 a 2014 (cfr. **Mapa XVI** do Anexo 5.6), são de realçar os seguintes aspetos:

- a) Em 2014 o total dos proveitos (3 855 808€) registou um acréscimo de 1,4% (54 349€) enquanto que o total dos custos (4 000 353€) se reduziu em 2,4% (98 795€);
- b) As duas principais contas que mais contribuem para a formação dos proveitos totais da ENIDH são as Transferências do OE (72%) e as receitas próprias contabilizadas em “Impostos e taxas” (18%) e a “Venda e Prestação de Serviços” (7%);
- c) O aumento significativo registado em “Vendas e Prestações de Serviços” (50%) decorreu do relançamento em 2014 da maioria dos cursos da responsabilidade do CEFE que no ano anterior estiveram suspensos, devido a dúvidas relacionadas com a participação dos docentes em regime de exclusividade nos cursos do CEFE, conforme se referiu anteriormente;
- d) A diminuição dos custos totais em 2014, deveu-se essencialmente ao decréscimo dos custos com o pessoal (7,7% - 229 184€) não obstante o aumento verificado na conta de fornecimentos e serviços externos (13,4% - 111 363€). Estas duas contas são as que maior peso, apresentam no total dos custos da ENIDH, 69% e 24%, respetivamente;
- e) O resultado líquido negativo do exercício apurado para 2014 foi de 144 545€, registando uma ligeira melhoria face ao valor negativo de 2013 que foi de 297 690€.

## **2.4.2. IMOBILIZADO**

83. Os bens móveis da ENIDH encontram-se inventariados de acordo com o CIBE, obedecendo as correspondentes fichas de identificação ao estipulado na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

84. Quanto aos bens imóveis, foi recomendado à Escola, no já referenciado Relatório da auditoria realizada pela IGEC, «a regularização das situações relativas ao [seu] património promovendo o registo predial e cadastral do Imobiliário (...) bem como a necessária relevação contabilística dos valores que lhe estão associados nas demonstrações financeiras»;

85. Em resposta a tal recomendação<sup>59</sup>, a ENIDH informou estar a aguardar resposta da Direção- Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e, entretanto, a proceder ao “levantamento dos elementos de que

<sup>59</sup> Constante do ofício n.º 100, de 5 de março de 2015, dirigido à IGEC.



# Tribunal de Contas

*dispõe para depois programar a regularização, designadamente matricial e registral, do seu património imobiliário”.*

86. Refira-se que, já em 8 de março de 2010, foi constituído procurador, pelo Presidente da ENIDH, um solicitador<sup>60</sup> para *“perante qualquer Serviço de Finanças, requerer avaliações e inscrições matriciais, reclamar graciosamente, recorrer hierarquicamente, reclamar administrativamente, bem como informar-se da situação matricial dos prédios da Escola”* e que, em 2015, o Conselho de Gestão deliberou<sup>61</sup> mandar um advogado<sup>62</sup>, *«para, a partir das diligências já anteriormente efetuadas concluir o processo em curso»* de *«regularização matricial e registral do património imobiliário da ENIDH»*, tendo a sociedade de advogados a que o causídico pertence (M. Rodrigues & Associados)<sup>63</sup> identificado, nos documentos descritivos dos serviços jurídicos prestados à ENIDH<sup>64</sup>, o tratamento de questões como *«Património»* e *«Regularização registral e matricial do património imobiliário da Escola (...) ao longo do mês de junho»*.

87. A ENIDH foi, ainda, notificada pelo Serviço de Finanças de Oeiras<sup>65</sup> para disponibilizar os documentos exigíveis nos termos dos art.º 1.º, 3.º e 37.º do Código do IMI.

88. Não se encontrando no decurso do trabalho de campo evidência das diligências efetivamente realizadas pelos prestadores de serviços supracitados e o resultado delas decorrente, nem tão pouco conhecida a resposta à solicitação do Serviço de Finanças de Oeiras, foi a entidade questionada sobre estas matérias<sup>66</sup>.

89. Em resposta a tal solicitação<sup>67</sup>, remeteu a Administradora uma nota<sup>68</sup> que esclarece:

*«A Escola não possui imóveis registados em seu nome. Estão-lhe afetos 7 edifícios, mas integrados no domínio privado do Estado e no âmbito da Direção-Geral do Património do Estado.»* e que *«A escola desenvolveu diligências várias relativas à titularidade de tais imóveis (...) por um lado [para] dar cumprimento (...) ao chamado RIAP (Recenseamento dos imóveis da Administração Pública) desenhado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2004 e depois continuado por outros diplomas legais, em que ressaltam a Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2006 e o DL n.º 280/2007, de 7 de agosto; tais diligências culminam no ofício n.º 00053, de 22.2.2013, enviado ao Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, remetendo todos os elementos que foi possível recolher sobre a situação registral e cadastral e sobre a caracterização de tais edifícios. Tal ofício ainda aguarda resposta. Por outro lado, dando seguimento ao regime da sua autonomia patrimonial estabelecido no artigo 109.º do RJIES (...) pelo ofício n.º 00579, de 23.11.2007, dirigido ao então Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicita a transferência do património imobiliário que lhe está afeto (...) [aguardando-se] ainda, resposta»*<sup>69 70</sup>.

<sup>60</sup> José Carlos A. C. Carvalho

<sup>61</sup> Conforme Ata Nº 3/2015, de 27 de fevereiro.

<sup>62</sup> Dr. Manuel Rodrigues

<sup>63</sup> Que celebrou com a ENIDH, em 2014, um contrato de *“prestação de serviços jurídicos especializados de assessoria jurídica nas áreas do direito administrativo em geral e, especificamente do emprego público e da contratação pública/ contratos públicos e do emprego”*.

<sup>64</sup> Anexos às faturas relativas aos meses de fevereiro e junho de 2015.

<sup>65</sup> Pelo ofício 695, de 11 de agosto de 2010.

<sup>66</sup> Pedido de elementos, enviado por correio eletrónico, em 23 de maio.

<sup>67</sup> Resposta ao pedido de elementos, enviada por correio eletrónico, em 9 de junho.

<sup>68</sup> Documento elaborado pelo jurista contratado pela Escola, Dr. Manuel Rodrigues.

<sup>69</sup> Através do ofício n.º 53, de 22 de fevereiro de 2013, dirigido ao Diretor-geral do Tesouro e das Finanças, remeteram-se, em formato digital, os elementos disponíveis relativos ao campus da ENIDH, *«bem como fichas IMI preenchidas de acordo com a informação encontrada»*, que consta essencialmente de áreas de construção, cujos valores foram recolhidos de documentos internos e sujeitas a confirmação, relativas aos seis imóveis integrantes (Edifício internato, Edifício do ITN, Edifício Principal, Oficinas e Laboratórios, Pavilhão Desportivo e Piscina).

<sup>70</sup> A anterior correspondência dirigida à Direção-Geral do Tesouro e das Finanças (Ofícios N.º 219, de 16 de agosto de 2011, e N.º 213, de 22 de julho de 2011) versa o pedido de autorização feito pela ENIDH para a cedência de utilização de espaços *«que se encontram em processo de registo em nome da mesma»* a outras entidades, mediante contrapartidas financeiras, nos termos do disposto nos arts. 53.º e seguintes do DL n.º 280/2007, de 7 de agosto.





# Tribunal de Contas

---

90. Acrescentou a mesma responsável que «Desde o último ofício, em 2013, dirigido ao Sr. Diretor Geral do Tesouro e Finanças nada mais foi efetuado pela Escola. Iremos desenvolver todos os esforços para conseguir dar continuidade a este assunto.»
91. Saliente-se, ainda, que, no período de novembro de 2007 a fevereiro de 2009, a Escola diligenciou junto da tutela no sentido da transferência «do complexo de parcelas de terrenos pertencentes ao Património do Estado (...) cedidas a título precário para o funcionamento e desenvolvimento das suas atividades estatutárias» para o património da ENIDH, tendo, inclusivamente, a Secretaria-Geral do Ministério mediado o processo junto da DGTF sem contudo se obter a regularização pretendida<sup>71</sup>.
92. Relativamente ao reporte a efetuar à DGTF, em cumprimento das obrigações decorrentes do art.º 113.º- A conjugado com o art.º 118.º do DL n.º 280/2007, de 7 de agosto, no âmbito do Programa de Gestão do Património Imobiliário Público, designadamente a informação necessária à regularização registral e matricial dos imóveis do domínio privado do Estado que lhes estão afetos, até 30 de Março de cada ano e informação relativa às regularizações matriciais e registrais dos seus imóveis próprios (os regularizados e os que se encontram por regularizar) no final dos semestres de cada ano civil, o CG, **no âmbito do contraditório**, remeteu os registos efetuados no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado da DGTF.
93. Informou, ainda, que «*falta a regularização na matriz e no registo predial para que possa ser feita a transferência para a ENIDH; tal regularização está hoje dependente, por um lado, da verificação das áreas de implantação dos edifícios e das de construção de cada um deles e, por outro, da definição da área que ficará afeta à DGMR (Ex-Instituto Português e dos Transportes Marítimos - IPTM) implantado no campus da ENIDH e o respetivo acesso à via pública*».
94. Constatando-se que o património imobiliário da ENIDH, edifícios e terreno onde a Escola está instalada, se encontra ainda pendente de inscrição na matriz e de registo predial, nos termos legais, a que acresce o período alargado de tempo em que se verifica a pendência de tal situação, deverá a ENIDH insistir junto das entidades competentes no sentido da respetiva regularização e, ainda, em sede de acolhimento de recomendações, remeter documentação probatória sobre:
- Os resultados alcançados no âmbito do grupo de trabalho constituído na Secretaria-Geral da Educação e Ciência para, em articulação com a DGTF, auxiliar a resolver as situações ainda pendentes relativas à regularização do património das IES, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 175.º do RJIES;
  - A regularização do património que vier a ser efetuada, ao abrigo do DL n.º 51/2017, de 25 de maio, que cria o regime extraordinário de regularização matricial e registral dos bens imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado e de outras entidades públicas.

---

<sup>71</sup> Cf. Ofícios n.º 00579, de 23.11.2007, e n.º 586, de 10 de novembro de 2008, da ENIDH dirigido à Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SGMCTES); Ofício n.º 2008/3/DSJC, de 2 de janeiro, Fax n.º Ref. 2008/2050/DSJC, de 8 de julho, e Ofício 2008/3328/DSJC, de 4 de novembro, da SGMCTES, dirigidos ao Presidente do Conselho Diretivo da Escola e Ofício DSGP/DAP, de 28 de janeiro de 2008, da DGTF para a ENIDH.



# Tribunal de Contas

## 2.4.3. DISPONIBILIDADES

### 2.4.3.1. CONTAS BANCÁRIAS/RECONCILIAÇÕES

95. No exercício de 2014 constatou-se que a ENIDH era titular de cinco contas bancárias, quatro das quais no IGCP, IP e uma na CGD, conforme se evidencia na Tabela seguinte:

**Tabela 1 – Contas Bancárias em 31-12-2014**

Unidade: Euro

Instituição bancária		Saldo em 31-12-2014		Fins a que se destina
Banco	Número de conta	Instituição Bancária	Contabilístico	
1 - Caixa Geral de Depósitos	05755000191530	617.327,61	1.035.617,70	Propinas/ Prestação de serviços
2 - Instituto Gestão do Crédito Público	1120011327	279.139,61	54.524,63	OE-Funcionamento
3 - Instituto Gestão do Crédito Público	4012	216.886,58	83,00	Propinas/Alojamento de Alunos
4 - Instituto Gestão do Crédito Público	4013	261.749,83	0,00	Aluguer Pavilhão, ITN/AEMAR
5 - Instituto Gestão do Crédito Público	4014	99.068,44	0,00	Cursos CEFE
<b>Total</b>		<b>1.474.172,07</b>	<b>1.090.225,33</b>	

Fonte: Síntese das Reconciliações Bancárias e Confirmação Externa de Bancos

96. No âmbito da confirmação externa de bancos<sup>72</sup> efetuada, com referência à data de 31 de dezembro 2014, verificou-se que todas as contas bancárias apuradas encontravam-se refletidas contabilisticamente no Balanço da ENIDH.

97. Foram, ainda, analisadas e verificadas as divergências entre os saldos bancários e os contabilísticos a 31 de dezembro de 2014, evidenciados nas reconciliações bancárias constantes da prestação de contas apresentada ao TdC em 2014, tendo-se constatado que os valores em trânsito, no montante global de 383 946,74€, foram todos regularizados entre janeiro e julho de 2015.

98. No ano de 2014, a Escola cumpriu o princípio da unidade de tesouraria, nos termos do art.º 115 do RJIES, uma vez que o valor em depósito no IGCP em 31 de dezembro de 2014, integra a totalidade do saldo transitado das dotações do OE (148 966,76€), conforme se evidencia na Tabela seguinte:

**Tabela 2 – Disponibilidades em 31-12-2014**

Unidade: Euro

Conta no Tesouro / Depósitos em Instituições financeiras	2014	
	Valor	%
Conta no Tesouro	154.003,94	12,95%
Depósitos em instituições financeiras	1.035.617,70	87,05%
<b>Total</b>	<b>1.189.621,64</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balanço em 31/12/2014

### 2.4.3.2. FUNDO DE MANEIO

99. Em 30 maio de 2011 foi aprovado, pela Administradora, o Regulamento Interno do Fundo de Maneio da ENIDH, o qual estabelece um conjunto de princípios relativos à sua autorização, constituição, reconstituição e liquidação, tendo sido homologado pelo Presidente em 1 de junho de 2011.

<sup>72</sup> Foram efetuados 15 pedidos de confirmação de saldos



# Tribunal de Contas

100. No ano de 2014, a ENIDH constituiu um único fundo de maneiio, conforme se discrimina:

**Tabela 3 – Constituição do Fundo de maneiio 2014**

Unidade: Euro

Documento	Autorização		Período	RESPONSÁVEL PELO FUNDO	SERVIÇO	RCE - Designação	Valor	
	Responsável	Data						
Informação n.º 1/2014, de 15 de janeiro de 2014	Patrícia Brás (ex-administradora)	06-01-2012	01-01-2014 a 31-12-2014	Odília Santos	Tesouraria	020102	Combustíveis e Lubrificantes	100,00
						020108	Material de Escritório	10,00
						020117	Ferramentas e Utensílios	80,00
						020118	Livros e documentação Técnica	30,00
						020121	Outros bens	80,00
						020209	Comunicações - Outras	100,00
						020211	Representação dos Serviços	50,00
						020213	Deslocações e Estadas	50,00
<b>Total</b>							<b>500,00</b>	

101. De acordo com o citado Regulamento Interno do Fundo de Maneio da ENIDH:

- a) O Serviço Financeiro - Contabilidade, após informação de Constituição do Fundo de Maneio, com a autorização exarada pelo Presidente da ENIDH, emite o Pedido de Autorização de Pagamento à Ordem do Responsável do Fundo de Maneio;
- b) Os reforços, através da autorização das reconstituições dos fundos de maneiio, estão sujeitos à aprovação formal do Presidente da ENIDH.
- c) O Fundo de Maneio só poderá ser utilizado para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis;
- d) As despesas efetuadas pelo Fundo de Maneio estão sujeitas ao regime jurídico da realização de despesas públicas;
- e) As unidades requisitantes deverão preencher a Requisição do Fundo de Maneio e respeitar as necessárias fases e autorizações aí requeridas;
- f) Não é permitido o recurso ao Fundo de Maneio para despesas de capital e de bens considerados de imobilizado.
- g) É vedada a aquisição de bens e serviços cuja classificação económica difira da autorizada no documento de constituição do Fundo;
- h) O valor em numerário existente no Fundo de Maneio somado ao valor em documentos válidos por este pagos tem de ser igual ao montante da sua constituição, podendo ser efetuadas diversas contagens durante o ano.

102. Da análise da documentação relacionada com os pagamentos através do fundo de maneiio, no montante global de 4 820,96€<sup>73</sup> (cfr. **Mapa XVII** do Anexo 5.6), constatou-se que, com exceção dos procedimentos enunciados nas alíneas a), b) e g) acima, em regra, foram cumpridos todos os procedimentos administrativos e contabilísticos, relacionados com a sua utilização, reconstituição e liquidação.

103. Com efeito, verificou-se que:

- a) A informação de constituição do fundo de maneiio, no montante de 500,00€, não se encontra autorizada pelo CG nos termos do n.º 1 do art.º 95.º do RJIES, conjugado com o art.º 47.º dos Estatutos, uma vez que foi autorizada pela ex-Administradora. Acresce que o n.º 2 do art.º 4.º do Regulamento Interno do Fundo de Maneio da ENIDH atribui ao Presidente a

<sup>73</sup> Verificação a 100%.



# Tribunal de Contas

- competência para a respetiva constituição, revelando-se desconforme às disposições referenciadas, pelo que deverá ser revisto por forma a sanar a ilegalidade de que enferma.
- b) Foram pagas despesas por fundo de maneiio cuja classificação económica (02.02.25) não foi autorizada na informação n.º 1/2014, relativa à constituição do Fundo de maneiio de Tesouraria para 2014;
  - c) O valor do fundo evidenciado no Mapa de Fundo de Maneiio por Dotação Orçamental (Modelo de acordo com a Instrução n.º 1/2014 do Tribunal de Contas) difere do valor autorizado na informação n.º 1/2014, supracitada, nas rubricas de classificação económica 02.01.08, 02.01.18, 02.01.21, 02.02.11 e 02.02.25. Acresce que estes reforços não foram sujeitos à aprovação formal do Presidente da ENIDH nos termos do seu regulamento;
  - d) Nas despesas pagas através do fundo maneiio os registos são efetuados em nome do responsável pelo fundo de maneiio ao invés de ser identificado o fornecedor.

104. Questionados os serviços da ENIDH informaram<sup>74</sup>:

*Tendo em atenção que as despesas pagas por fundo de maneiio na classificação económica 02.02.25 dizem respeito apenas a três pagamentos efetuados ao longo do ano 2014, não foi devidamente acautelada esta situação, pelo que iremos desenvolver todos os esforços para que, situações idênticas, não voltem a acontecer.*

*A 28 de maio de 2014, em reunião de Conselho de Gestão, foi decidido alterar o valor do Fundo de Maneiio. Essa alteração não acompanhou uma alteração à informação n.º 1/2014. Será efetuada uma nova informação corrigindo a falha detetada.*

*Em anexo, Requisição de Fundo de Maneiio. Neste modelo não está previsto a identificação do nome do Fornecedor. A fatura fica em anexo a esta requisição, e a identificação é feita de quem recebe o valor.*

105. Relativamente à identificação do fornecedor, não obstante as razões invocadas, entende-se que os documentos devem ser registados contabilisticamente em nome do fornecedor ao invés do nome do responsável pelo Fundo de Maneiio, permitindo assim, em qualquer momento, a identificação dos montantes pagos a cada fornecedor, pelo que deverá a ENIDH ponderar esta forma de contabilização.
106. Por fim, refira-se que relativamente ao exercício de 2014, o fundo de maneiio utilizado foi repostado até ao dia 9 de janeiro de 2015, de acordo com o n.º 3 do art.º 14º do DL n.º 52/2014, de 7 de abril.
107. Atento o exposto, recomenda-se à ENIDH que diligencie pela alteração do Regulamento Interno do Fundo de Maneiio.

## 2.4.4. DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

### 2.4.4.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

108. As dívidas de terceiros à ENIDH, no período 2013/2014, apresentaram uma evolução decrescente, conforme se evidencia na Tabela seguinte:

<sup>74</sup> Resposta ao pedido de 23 de maio de 2016.



# Tribunal de Contas

**Tabela 4 – Dívidas de Terceiros 2013/2014**

Unidade: Euro

Dívidas de terceiros	2013		2014		Var. (%)
	Valor	%	Valor	%	
2.1.1 - Clientes c/c	142.228,73	27,01%	58.119,82	13,09%	-59,1
2.1.2 - Alunos c/c	381.616,34	72,47%	385.831,14	86,91%	1,1
2.4 - Estado e outros entes públicos	2.752,42	0,52%	0,00	0,00%	-100,0
2.6 - Outros devedores	30,72	0,01%	0,00	0,00%	-100,0
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>526.597,49</b>	<b>100%</b>	<b>443.950,96</b>	<b>100%</b>	<b>-15,7</b>

Fonte: Balanços 2013/2014 em 31 de dezembro

## ALUNOS C/C

109. Quanto aos principais devedores da ENIDH destacam-se, pela sua natureza e pelos montantes envolvidos, as dívidas de alunos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 ascendia a 385 831,14€, ou seja, 86,9% do total dos créditos da ENIDH.
110. O saldo da conta de Alunos c/c no balanço evidencia as dívidas de propinas de licenciatura, mestrados e CET, conforme se indica na tabela seguinte:

**Tabela 5 – Dívidas de Terceiros - Alunos c/c 2014**

Unidade: Euro

ANO LETIVO	SALDO EM 31/12/2014	
	Valor	%
2012/2013	26.472,30	7%
2013/2014	23.383,80	6%
2014/2015	335.975,04	87%
<b>Total</b>	<b>385.831,14</b>	<b>100%</b>

Fonte: ENIDH

111. A dívida de alunos em 31 de dezembro de 2014 respeita, essencialmente, ao ano letivo de 2014/2015 (87%).
112. Por sua vez o saldo da conta de Alunos de Cobrança Duvidosa, em 31 de dezembro de 2014, no valor de 82 868,35€<sup>75</sup>, refere-se às propinas de alunos com uma antiguidade superior a 24 meses, conforme se apresenta, sendo a taxa de provisão considerada de 100%:

**Tabela 6 – Dívidas de Alunos Cobrança Duvidosa**

Unidade: Euro

ANO LETIVO	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 SALDO	
	Valor	%
2008/2009	16.860,00	20%
2009/2010	20.192,00	24%
2010/2011	20.660,00	25%
2011/2012	25.156,35	30%
<b>Total</b>	<b>82.868,35</b>	<b>100%</b>

Fonte: ENIDH

113. No âmbito dos trabalhos efetuados identificámos uma divergência de 288 600,04€ nos valores das dívidas de alunos c/c registados no balanço e os da aplicação informática utilizada pela divisão académica (DIGITALIS) conforme se apresenta:

<sup>75</sup> A dívida de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa ascende a 187.875,41€ dos quais 82.868,35€ relativa a alunos e 105.007,06€ a clientes.



# Tribunal de Contas

Tabela 7 – Divergência – Dívidas de alunos c/c 2014

Unidade: Euro

SERVIÇOS ACADÉMICOS				CONTABILIDADE		DIVERGÊNCIA
Em 31/12/2014		Em 15/03/2017 <sup>76</sup>		Em 31/12/2014		
Ano Letivo	Valor	Valor Recuperado	Saldo em Dívida	Ano Letivo	Valor	
2012/2013	26.472,30	7 832,86	18.639,44	201213	26.472,30	-
2013/2014	23.383,80	11 884,65	11.499,15	201314	23.383,80	-
2014/2015	47.375,00	32 339,58	15.035,42	201415	335.975,04	288 600,04
<b>Total</b>	<b>97.231,10</b>	<b>52 057,09</b>	<b>45 174,01</b>	<b>Total</b>	<b>385.831,14</b>	<b>288 600,04</b>

114. Questionados os serviços da ENIDH, estes informaram<sup>77</sup>:

*O ficheiro enviado em resposta do pedido inicial traduz a listagem de dívidas de alunos, retirada diretamente do sistema académico Digitalis.*

*No entanto o sistema Digitalis, ao extrair a informação sobre a dívida de alunos, não evidencia o total de propinas por pagar dos alunos mas sim apenas as propinas cujo prazo de pagamento já se encontra vencido.*

*No caso concreto, quando a inscrição de um aluno, a propina era paga em 4 prestações (1ª prestação no ato da matrícula, 2ª prestação até final de Janeiro, 3ª prestação até final de Março e 4ª prestação até final de Maio) o que significa que a referida lista de dívidas retirada do sistema com data de 31 de Dezembro de 2014 apenas evidencia o valor por arrecadar respeitante à primeira prestação.*

*Sendo assim, no sentido de determinar o valor total da dívida de alunos com base na informação disponível, recorre-se a uma estimativa calculada (...) para se evidenciar de forma mais fiável a realidade da dívida por cobrar da ENIDH, razão primordial pela qual os valores constantes no ficheiro não se reconciliam linearmente com os valores apresentados em Balanço.*

*Mais se informa que os referidos cálculos são acompanhados e validados pelo nosso fiscal único que certifica as contas de gerência da ENIDH.*

*No que respeita ao ano letivo de 2014/2015, tendo em conta a limitação existente na informação extraída do sistema Digitalis, procede-se ao cálculo de uma estimativa do montante de propinas a receber referente à totalidade do ano letivo, sendo que, de forma resumida, a principal equação usada é a seguinte: N° de Alunos x Propina - Recebimentos = Dívida Global.*

115. Desta forma conclui-se que, pelo facto de não existir uma interligação entre o programa da divisão académica e o programa da contabilidade, não é possível à ENIDH ao longo do ano controlar as dívidas efetivas dos alunos, sendo o valor registado, em 31 de dezembro de cada ano, com base numa estimativa. Também, pelo facto de não ser possível a integração das duas aplicações não existem na ENIDH nem contas correntes de alunos na contabilidade nem balancetes de antiguidade de saldos.

116. Esta situação, para além de potenciar a ocorrência de erros na contabilização das dívidas de alunos, tem implicações sobre o controlo e salvaguarda dos ativos e controlo dos proveitos da ENIDH uma vez que não garante um conhecimento rápido e fiável dos montantes em dívida em qualquer data.

117. De salientar, ainda, que de acordo com os regulamentos de propinas aprovados para cada ano letivo pelo Presidente da ENIDH, o não pagamento das propinas nos prazos estabelecidos implica o pagamento das importâncias devidas acrescidas dos respetivos juros legais, de acordo com o art.º 29.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto<sup>78</sup>.

118. Da análise das contas correntes dos alunos e de uma amostra de documentos de receita constatou-se que aos alunos que efetuaram o pagamento das suas propinas fora de prazo foram debitados juros, pelo atraso no cumprimento do seu dever, concluindo-se que a ENIDH tem vindo a dar cumprimento ao referido regulamento.

<sup>76</sup> Valores reportados no âmbito do contraditório.

<sup>77</sup> Pedido de elementos de 22 de junho de 2016.

<sup>78</sup> Lei de bases do financiamento do ensino superior, alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto.



## Tribunal de Contas

119. Solicitados esclarecimentos à ENIDH sobre as diligências realizadas para efeitos de cobrança das dívidas de alunos, referiu que<sup>79</sup>:

*Aos alunos para os quais já tínhamos enviado ofícios a solicitar o pagamento, e depois da elaboração do documento de certidão de dívida a enviar à Autoridade Tributária (em anexo), vamos iniciar o envio das mesmas para a repartição de finanças de Paço de Arcos.*

*Aos que ainda não enviámos estamos neste momento a identifica-los para poderem seguir pelo correio, registado, os ofícios a solicitar o pagamento.*

120. No âmbito do contraditório, sobre a situação atual das dívidas de alunos identificadas na **Tabela 6**, bem como sobre os valores entretanto recuperados, o CG informou o seguinte:

*As dívidas dos alunos estão a ser tratadas através do envio de ofícios aos alunos devedores, e paralelamente, aos que já foram notificados sem que tivessem vindo pagar, do envio das respetivas certidões de dívida às finanças.*

*Os valores em dívida em 15.03.2017 eram os seguintes:*

*Ano letivo 2012/2013: 18.639,44€, tendo já sido recuperados 7.832,86€;*

*Ano letivo 2013/2014: 11.499,15€, tendo já sido recuperados 11.884,65€;*

*Ano letivo 2014/2015: 15.035,42€, tendo já sido recuperados 32.339,58€.*

*Assim, em termos globais, dos 97.231,10€ de dívidas constantes do Relato já foram recuperados 52.057,09€, a que corresponde uma percentagem de 53,5% do valor total da dívida.*

121. Acrescentam, também, que:

*A aplicação Digitalis apenas fornece informação sobre a dívida vencida dos alunos. Ora, o que deve constar na contabilidade é a dívida global do aluno que inclui, quer a dívida vencida, quer a dívida vincenda. É por esta razão que a informação da Digitalis não é suficiente para suportar os saldos da dívida dos alunos relativas ao ano letivo mais recente, ou seja, aquele que esteja em curso no final de cada ano (no caso concreto, "2014/2015").*

*Assim, a divergência de 288.600,04€ decorre da correção que foi deliberadamente efetuada na dívida de alunos do ano letivo 2014/2015, para que esta inclua também a dívida vincenda que, conforme referido, não consta da listagem de dívidas extraída da Digitalis.*

*Acresce que, previamente ao cálculo da especialização das propinas e da correção da dívida dos alunos, efetuado no final do ano, as propinas encontram-se registadas numa base de caixa. Assim, antes de qualquer lançamento, e por forma a assegurar a integridade da informação contabilística, a Escola procede sempre à reconciliação dos proveitos reconhecidos na contabilidade (base de caixa) com os recebimentos dos alunos até à data (informação da Digitalis), analisa as eventuais divergências e efetua as correções que se venham a revelar necessárias. Só se prossegue com os restantes cálculos depois das bases estarem devidamente reconciliadas e de se estar convicto de que os ficheiros são fiáveis.*

*Merece ainda referência o facto de a informação sobre o n.º de alunos, usada para o cálculo da correspondente dívida global, resultar de listagens extraídas da Digitalis, com o detalhe por cursos e com a discriminação dos alunos inscritos.*

*Tendo em conta as limitações deste sistema já referidas no Relato e o balanceamento custo-benefício que deve nortear as decisões da gestão, parece-nos que a solução adotada, embora não sendo perfeita, poderá ser considerada razoavelmente adequada.*

122. Atento o exposto, deverá a ENIDH prosseguir as diligências de cobrança dos valores em dívida de alunos e colmatar as deficiências existentes ao nível dos sistemas de informação de modo a garantir um conhecimento rápido e fiável dos montantes em dívida em qualquer data.

123. Observou-se ainda uma divergência entre a receita por cobrar em 31 de dezembro de 2014 no Mapa do Controlo Orçamental da Receita e no saldo de clientes (conta 2.1) no Balanço, tendo a ENIDH informado que tal divergência «*tem origem nos acréscimos de saldo lançados manualmente na conta 2.1 por conta das propinas a cobrar no ano letivo seguinte, dando cumprimento às recomendações efetuadas pelo nosso fiscal único em exercícios anteriores*»<sup>80</sup>.

<sup>79</sup> Resposta ao pedido de 22 de junho de 2016.

<sup>80</sup> Resposta ao pedido de 23 de maio de 2016.



# Tribunal de Contas

124. Mais acrescentou que<sup>81</sup>:

*No mapa de controlo orçamental da receita, as dívidas de alunos não eram lançadas, uma vez que não existia o procedimento de elaborar as faturas no momento da inscrição do aluno. A Receita só era registada quando cobrada (pela emissão de recibo).*

*A partir de março de 2016, a receita começou a ter um tratamento diferente do efetuado até à data. No momento da inscrição é efetuada uma fatura pelo montante global, registada na receita liquidada e, quando é efetuado o pagamento, registamos na receita cobrada.*

*Assim, no final do ano, passará a existir um registo das dívidas de alunos no mapa de controlo orçamental.*

125. No âmbito do contraditório, o CG informou que «A alteração da informação no Mapa de Controlo Orçamental só será possível com a integração dos sistemas Digitalis e SIAG-AP. Já foram feitas reuniões com as duas empresas».

## CLIENTES

126. As dívidas de clientes c/c, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 representava 13,09% do total dos créditos da ENIDH, apresentavam a seguinte decomposição:

**Tabela 8 – Dívidas de terceiros – Clientes c/c 2014**

Unidade: Euro

Descrição	Valor
Dívidas de clientes c/c	<b>60.776,67</b>
2011 (7%)	4.260,00
2012 (48%)	28.920,00
2013 (1%)	433,20
2014 (45%)	27.163,47
Contas de Clientes com saldos credores	<b>-1.059,87</b>
Diferença entre balancete geral e balancete de terceiros	<b>-1.596,98</b>
Saldo Balanço em 31/12/2014	<b>58.119,82</b>

127. Da sua análise destaca-se o seguinte:

- O saldo de clientes c/c integra essencialmente dívidas em mora geradas em 2012 (48%) e em 2014 (45%) e respeita a 12 clientes, sendo que à data de 31 de dezembro de 2015 já havia sido recebido pela Escola o valor de 31 397,00€. O valor em dívida em 30 de junho de 2016 ascendia a 29 379,67€.
- As dívidas de clientes c/c efetivas são de 60 776,67€ já que o saldo apresentado nas demonstrações financeiras inclui os valores de 1 059,87€ de saldos credores e 1 596,98€ relativos a uma diferença entre o balancete geral e o balancete de terceiros.

128. O saldo da conta de clientes c/c de cobrança duvidosa, à data de 31 dezembro de 2014, ascendia a 105 007,06€, repartida por 8 clientes, e corresponde ao valor da provisão para dívidas em mora há mais de dois anos<sup>82</sup>.

129. Sobre as diligências desenvolvidas pela ENIDH para cobrar aquelas dívidas foi informado que<sup>83</sup>:

*Em relação às dívidas de clientes, a Dra. Ana Cristina Pimentel, vogal do Conselho de Gestão, está a elaborar uma minuta de ofício a enviar aos clientes que mantêm dívidas para com a escola.*

*Um dos clientes, a Consulmar<sup>84</sup>, pagou à escola quase a totalidade da dívida através de um acordo extra judicial elaborado pela já referida docente.*

*Em relação à dívida da Aqua Clube de Portugal, a Escola recebeu a decisão do Tribunal, que junto em anexo<sup>85</sup>.*

<sup>81</sup> Resposta ao pedido de 22 de junho de 2016.

<sup>82</sup> Referem-se aos anos de 2009 (59 006,83€), 2010 (9 939,74€) e 2011 (36 060,49€).

<sup>83</sup> Cfr. pedido de elementos de 22 de junho de 2016.

<sup>84</sup> De acordo com as últimas diligências efetuadas, em 5 de fevereiro de 2016, foi a Consulmar informada de que caso o pagamento não fosse efetuado no prazo máximo de 8 dias, a ENIDH iria recorrer á via judicial.

<sup>85</sup> Nos termos da Sentença do Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste, de 23 de fevereiro de 2016, foram condenadas:





# Tribunal de Contas

130. No que se refere à diferença existente entre o balancete geral e balancete de terceiros, a ENIDH esclareceu que:

*Não é possível, nesta data, identificar o que deu origem à divergência de 1.596,98€ entre o balancete geral e o de terceiros na conta 211-Clientes C/C.*

*Foram identificados pela Horwath, e a nosso pedido, alguns problemas que dizem respeito às gerências anteriores, traduzidos no relatório que V.Exas tiveram acesso, e que, por decisão do Conselho de Gestão, aproveitando a obrigatoriedade de efetuar uma auditoria externa aos dois primeiros anos do mandato do Sr. Presidente, foi adjudicado um serviço à empresa Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, SROC, Lda., onde expressamente foi solicitado a identificação das várias divergências, bem como propostas de solução.*

131. No âmbito do contraditório, o CG informou que as «diferenças existentes entre o balancete geral e o balancete de terceiros serão regularizadas na entrega da conta de gerência referente a 2016».

132. Esta situação deverá continuar a ser objeto de diligências por parte da ENIDH que, em sede de acolhimento de recomendações, deverá enviar documentação probatória da resolução daquelas divergências.

133. No âmbito dos trabalhos de auditoria foram, ainda, efetuados 15 pedidos de confirmação de saldos<sup>86</sup>, não se tendo verificado divergências entre os valores existentes nas contas da ENIDH e os valores reportados pelos clientes.

## 2.4.4.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

134. A evolução das dívidas a fornecedores, registadas no Balanço pela ENIDH, nos anos de 2013 e de 2014, é evidenciada na Tabela seguinte:

**Tabela 9 – Dívidas a terceiros de curto prazo**

Unidade: Euro

DÍVIDAS A TERCEIROS	2013		2014		VAR. (%)
	Valor	%	Valor	%	
2.2.1 Fornecedores c/c	24.860,17	16,70%	9.294,24	100,00%	-62,6
2.6.1 Fornecedores imobilizado	123.997,22	83,30%	0,00	0,00%	-100,0
TOTAL	148.857,39	100%	9.294,24	100%	-93,8

Fonte: Balanço: 2014

135. Da sua análise conclui-se que no período em análise as dívidas a fornecedores tiveram uma acentuada diminuição de 93,8%. Para tal contribuiu, essencialmente, a liquidação das dívidas a fornecedores de imobilizado.

136. Para efeitos de validação daqueles valores, procedeu-se à confirmação externa de 37 fornecedores<sup>87</sup>, cujas transações ou saldos no final do ano eram significativos, não tendo sido apuradas divergências entre os montantes relevados pelos fornecedores e os registos contabilísticos da ENIDH.

a) A Aqua Clube de Portugal a pagar à ENIDH a quantia de 53.744,79€, acrescida de juros de mora, à taxa anual de 4%, desde a data de vencimento das faturas, até integral pagamento;

b) A ENIDH a pagar o montante que se vier a liquidar, correspondente à ocupação da piscina e pavilhão por terceiras entidades, nos períodos temporais afetos à Aqua Clube de Portugal, de janeiro de 2010 a julho de 2011, inclusive, até ao montante máximo de € 101.885, acrescida dos juros de mora, à taxa anual de 4%, a partir da data que vier a ser fixada.

<sup>86</sup> Foram recebidas 13 respostas (87%).

<sup>87</sup> Foram recebidas 34 respostas (92%).



# Tribunal de Contas

---

137. Os procedimentos de auditoria executados incluíram, ainda, a consulta direta dos processos mantidos no “Gabinete Jurídico” da ENIDH e o envio de pedidos de confirmação direta aos advogados<sup>88</sup> identificados pela ENIDH, referenciando a seguinte informação:

- a) Litígios mencionando importâncias envolvidas e posição atual de cada processo;
- b) Contingências ou reclamações de que possam resultar eventuais encargos para o Instituto;
- c) Reclamações fiscais e outras, indicando a sua natureza e, se possível, estimativa das importâncias envolvidas.

138. Considerando o estágio em que se encontram as ações judiciais informadas e a incerteza em torno do seu desfecho, não é possível prever os eventuais valores a suportar pela ENIDH, pelo que não foram constituídas provisões para riscos e encargos.

139. No âmbito do **contraditório**, o CG, remeteu informação atualizada sobre os processos de contencioso em curso (11), verificando-se que apenas num caso é apresentada uma estimativa de encargos (no limite, nada provável), no valor de 14 705,28€.

## 2.5. VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL

---

### 2.5.1. RECEITA

140. As receitas cobradas, constantes da amostra, são legais e regulares, e encontram-se corretamente registadas e contabilizadas em conformidade com o POC-Educação.

141. De salientar que a ENIDH, no âmbito das suas atribuições, celebrou protocolos e acordos com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, tendo sido identificados, em 2014, 38, de acordo com os elementos fornecidos pela Escola, e cujo objeto se indica a título meramente exemplificativo

- Serviço docente;
- Cursos e certificação;
- Prestação de serviços, seminários e outros;
- Estudos e projetos de investigação;
- Estágios, programas de formação e intercâmbios de alunos;
- Aluguer de espaços, consumos de água e eletricidade.

142. Em regra, a concretização de cada protocolo, em função da especificidade de cada ação, plano ou projeto, é definida caso a caso, através de contratos de prestação de serviços, acordos específicos ou de simples troca de correspondência entre os responsáveis das instituições, onde são definidos os objetivos específicos, os meios a disponibilizar e os recursos financeiros necessários.

143. A receita cobrada no âmbito dos protocolos identificados no **Mapa XVIII** do Anexo 5.6 ascendeu a 294 468,97€ conforme se sintetiza:

---

<sup>88</sup> Foram recebidas as respostas das duas empresas circularizadas.



# Tribunal de Contas

Tabela 10 – Protocolos /Receita cobrada 2014

Unidade: Euro

DESCRIÇÃO	VALOR
Aluguer espaços, consumo de água e eletricidade	216 230,23
Prestação de serviços	63 825,68
Júris de Exame	9 413,06
Donativo	5 000,00
Total Geral	294 8,97

144. Constatou-se a ausência de informação sistematizada sobre esta matéria, nomeadamente, no que respeita à designação da instituição, data da assinatura do protocolo, âmbito do protocolo, data de conclusão, montantes envolvidos, a receita arrecadada e a despesa realizada no âmbito da sua execução.
145. Esta factualidade revela um insuficiente acompanhamento e atualização dos protocolos vigentes, tendo o CG informado, em **sede de contraditório**, que: *«Estão a ser dados os primeiros passos na construção de uma base de dados onde serão atualizados os protocolos vigentes, nomeadamente os que originam receita e despesa»*.

## 2.5.2. DESPESA

### 2.5.2.1. DESPESAS COM O PESSOAL

#### 2.5.2.1.1. REGIME REMUNERATÓRIO DO ADMINISTRADOR

146. Os administradores da ENIDH, em funções no período de julho de 2009 até ao início de 2014<sup>89</sup>, foram remunerados de acordo com o estatuto remuneratório de subdiretor-geral, por via da aplicação do nº 1 do art.º 1.º do DL n.º 129/97, de 24 de Maio<sup>90</sup>.
147. A atribuição do referido estatuto remuneratório ao Administrador da ENIDH foi deliberada em reunião do CG, de 30 de setembro de 2009, com base na informação n.º 6/ADM/2009<sup>91</sup>, sob a epígrafe *«Administrador-Regime de nomeação e remuneração»*, que conclui pelo seguinte:
- a) *Aplicação do regime remuneratório do cargo de direção superior de 2.º grau, Subdiretor-geral, ao cargo de Administrador da ENIDH;*
  - b) *O cargo de Secretário da ENIDH é equiparado para todos os efeitos legais, ao de Administrador, nos termos do DL n.º 129/97, de 24 de Maio. Visto que a remuneração do cargo de Secretário da ENIDH estava incorretamente equiparado ao de Director de Serviços, deverá ser calculada a diferença entre as duas remunerações, ressarcindo o titular que ocupou esse cargo.*<sup>92</sup>
148. Esta matéria foi objeto de tratamento pela IGEC, na auditoria que efetuou à ENIDH<sup>93</sup>, tendo aquela Inspeção-Geral concluído por pagamentos:

<sup>89</sup> Luís Manuel Lameiro Santos (em funções na ENIDH, como Secretário desde 23-7-2008 e, posteriormente, como administrador, desde 23-7-2009 até 17-5-2010, tendo sido abonado, com referência ao estatuto de subdiretor-geral, no período compreendido entre julho de 2009 e maio de 2010), Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves (em funções, na ENIDH, como Administradora em dois períodos: de 18-5-2010 a 30-11-2011 e de 5-8-2013 a 31-1-2014, sendo, porém, neste segundo período, abonada com referência ao estatuto de subdiretor-geral até dezembro de 2013) e Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva (1-12-2011 a 31-7-2013).

<sup>90</sup> Que estabelece: "O cargo de administrador dos institutos politécnicos é equiparado, para todos os efeitos legais, a subdiretor-geral."

<sup>91</sup> Informação apresentada pelo Administrador, com data de 3 de setembro de 2009.

<sup>92</sup> O Presidente da ENIDH exarou, em 30 de setembro de 2009, sobre a Informação antes referenciada o despacho que se transcreve: *«Visto no Conselho de Gestão, proceder em conformidade com o disposto na presente informação sustentada em parecer jurídico em anexo»*. Contudo, tal anexo é um parecer, de 25 de setembro de 2009, de Armando Henriques, Ana Cristina Pimentel & Associados, Sociedade de Advogados, RL, cuja data é posterior à informação do Administrador.

<sup>93</sup> Cf. Ponto 2.2.3



## Tribunal de Contas

*[Q]ue se afiguram ilegais (...) correspondentes ao diferencial entre os vencimentos devidos em termos legais e aqueles que foram efetivamente percebidos» aos titulares do cargo de Administrador por se entender que «enquanto não for publicado o regime remuneratório a que se refere o citado artigo 107.º do RJIES, mantém-se válida, para o cargo de Administrador da ENIDH, a equiparação, para todos os efeitos legais, incluindo remuneratórios, ao cargo de diretor de serviços, constante do n.º 1 do artigo 2.º do DL n.º 129/97, de 24 de Maio.*

149. Nesse contexto, foi recomendado à ENIDH o processamento dos vencimentos do Administrador de acordo com o enquadramento supramencionado, bem como «a recuperação dos valores indevidamente pagos (...) nos termos do artigo 36.º do DL n.º 155/92, de 28/07.»
150. Contudo, o SEES, previamente à homologação do citado Relatório de Auditoria solicitou, em 18 de dezembro de 2012, um parecer<sup>94</sup> ao Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República (CCPGR) sobre «a situação remuneratória dos dirigentes das Escolas Politécnicas não integradas e eventual reposição das verbas indevidamente recebidas<sup>95</sup>».
151. Em virtude desta questão ser transversal às cinco escolas de ensino superior politécnico não integradas<sup>96</sup> foi subscrito, em 5 de fevereiro de 2013, pelos respetivos presidentes, um documento, onde se explanam as razões para o entendimento adotado, o qual foi remetido ao CCPGR e onde se defende, na parte relevante, que: «(...) para efeitos remuneratórios, são estes [administradores] equiparados a subdiretores-gerais, conforme decorre do art.º 1.º do DL n.º 129/97, de 24 de Maio. Assim não se compreende qualquer dúvida ou objeção já que as cinco escolas preveem nos seus Estatutos a figura de administrador com as competências, atribuições e responsabilidades decorrentes do RJIES (...)»<sup>97</sup>.
152. Por fim e após a emissão do Parecer n.º 48/2012 daquele órgão consultivo<sup>98 99</sup>, que corroborou o entendimento adotado pela IGEC, o SEES homologou, em 12 de dezembro de 2013, o Relatório Final da Auditoria daquela Inspeção-Geral à ENIDH<sup>100 101</sup>.
153. Na sequência da aludida recomendação da IGEC (parágrafo 149), o cargo de administrador da ENIDH deixou de ser abonado, em janeiro de 2014, por referência ao n.º 1 do art.º 1.º do DL n.º

<sup>94</sup> Cf. Informação do Gabinete do SEES, enviada ao Presidente da ENIDH, pelo ofício S/00144/SC/13 do Inspetor-Geral da Educação e Ciência.

<sup>95</sup> Que refere «(...) ficando dependente das conclusões do parecer desse Conselho, ao qual o presente relatório irá ser enviado, uma eventual reposição do diferencial entre os vencimentos efetivamente percebidos e os que, eventualmente, lhes eram legalmente devidos.»

<sup>96</sup> Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Escola Superior Náutica Infante D. Henrique, Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra e Escola Superior de Enfermagem do Porto.

<sup>97</sup> Esta posição, comum dos Presidentes das cinco Escolas consideradas, não logrou alargar o âmbito do parecer tendo o Relator do mesmo, expressamente considerado no documento, que o mesmo se cingia «exclusivamente» à problemática reportada à ENIDH, sem prejuízo «de atender no plano sistemático-teleológico a um conjunto de fatores que podem ser relevantes para o enquadramento do estatuto remuneratório de órgãos dirigentes de outras escolas superiores.»

<sup>98</sup> Homologado, pelo SEES, em 12 de dezembro e publicado no DR n.º 252, II Série, de 30 de dezembro, valendo como «interpretação oficial, perante os respetivos serviços, das matérias que se destinam a esclarecer», nos termos do n.º 1 do art.º 48.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 47/86, de 15 de outubro, alterada pelas Leis n.º 2/90, de 20 de janeiro, 23/92, de 20 de agosto, e 10/94, de 5 de maio, e Lei 60/98, de 27 de agosto, que a republica).

<sup>99</sup> Que qualifica a ENIDH como: « subsumível à categoria “outras instituições de ensino politécnico” prevista no artigo 5.º, n.º 1, alínea b), do regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro».

<sup>100</sup> Cf. Ofício S/00439/SC/14, de 14 de janeiro de 2014, da IGEC, enviado ao Presidente da ENIDH, que anexa, ainda, uma informação de suporte na qual se procedeu ao enquadramento atualizado das situações de facto evidenciadas, considerado o tempo que mediou entre a elaboração e a homologação do referido documento.

<sup>101</sup> De acordo com informação facultada pela Administradora, que, por e-mail, de 5 de fevereiro de 2016, apresentou um «Ponto da situação em relação às diligências efetuadas pela ENIDH no âmbito do Relatório Final da IGEC» a ENIDH, face à notificação do Relatório Final da Auditoria da IGEC, interpôs, respetivamente: um recurso hierárquico para o Ministro da Educação e Ciência, em abril de 2014, que foi rejeitado, em agosto do mesmo ano, por ser «legalmente inadmissível e por falta de objeto, nos termos das alíneas b) e) do artigo 173.º do C.P.A.» e uma ação administrativa especial de impugnação do ato administrativo do despacho, do SEES, de 12 de dezembro de 2013, limitada à matéria relativa a pagamentos indevidos interposta em junho de 2014, a qual foi julgada improcedente em decisão de Despacho Saneador, de 24 de junho de 2015.



# Tribunal de Contas

129/97, de 24 de maio.

154. Relativamente aos ex-administradores, sobre os quais impendia a obrigação de repor, a ENIDH notificou-os em momentos sucessivos, respetivamente: do Relatório Final de auditoria homologado<sup>102</sup>; de estarem em curso os cálculos para as reposições<sup>103</sup>; dos montantes apurados para reposição, para efeitos de audiência prévia, nos termos do art.º 100.º do CPA<sup>104</sup> <sup>105</sup> e, finalmente, em novembro de 2015<sup>106</sup>, da decisão de reposição e envio das guias emitidas, pelo valor dos montantes indevidamente recebidos, como se descreve no **Mapa XIX** do Anexo 5.6.
155. Três ex-administradores reagiram à notificação para a reposição de valores por meios graciosos e dois, também, por meios contenciosos como se descreve respetivamente no **Mapa XIX** e **Mapa XX** do Anexo 5.6.
156. As providências cautelares interpostas por aqueles ex-dirigentes foram julgadas procedentes com a consequente suspensão da eficácia dos atos do Presidente da ENIDH que determinaram a reposição dos valores abonados tendo, entretanto, sido proferida sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, em 9 de maio de 2017<sup>107</sup>, que decidiu pela inutilidade superveniente da lide na sequência da publicação do DL n.º 65/2016, de 21 de outubro<sup>108</sup>.
157. Expostos os factos refira-se que, de acordo com o regime constante do n.º 4 do art.º 2.º do DL n.º 129/97, de 24 de maio, os secretários das escolas superiores não integradas designadas na al. b), in fine, do n.º 1 do art.º 5º do RJIES como «*outras instituições de ensino politécnico*», apenas detinham as competências atribuídas ao administrador de instituto politécnico<sup>109</sup> verificando-se que, com a entrada em vigor do mesmo diploma, os administradores exercem as competências que lhes forem delegadas pelo presidente ou fixadas pelos estatutos (n.º 3 do art.º 123.º do RJIES), as quais se encontram previstas no art.º 86.º dos estatutos da ENIDH. Nestes termos, a ENIDH só detinha autonomia para proceder à fixação das competências atribuídas ao titular do cargo em apreço.
158. Com efeito, atendendo a que os estatutos apenas podem dispor sobre a fixação de competências (reserva de estatuto), é aplicável àquele cargo o regime remuneratório constante da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro<sup>110</sup>, pelo que a alteração da designação do cargo de secretário para o de administrador, por via estatutária, e a consequente fixação de competências, não abrange o respetivo estatuto remuneratório, uma vez que a equiparação legal se encontra prevista no citado normativo.

<sup>102</sup> Pelos ofícios n.ºs 64, 65 e 66, de 27 de janeiro de 2014.

<sup>103</sup> Pelos ofícios n.ºs 116, 119 e 121, de 26 de março de 2014.

<sup>104</sup> Pelos ofícios n.ºs 140, 141 e 142, de 30 de abril de 2014.

<sup>105</sup> Tendo a Escola apreciado as alegações produzidas, solicitado esclarecimentos e procedido à audição de testemunhas.

<sup>106</sup> Pelos ofícios n.ºs 593, 594 e 595, de 26 de novembro.

<sup>107</sup> Informação reportada através de mensagem, por correio eletrónico, da Administradora, de 15 de maio de 2017.

<sup>108</sup> Que procede à confirmação do entendimento adotado pelas instituições de ensino superior politécnico quanto ao regime remuneratório dos presidentes e vice-presidentes das escolas superiores politécnicas não integradas e dos pró-presidentes dos institutos politécnicos após a entrada em aplicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, bem como à regularização da atribuição de um suplemento remuneratório por despesas de representação aos presidentes dos institutos politécnicos entre janeiro de 2004 e dezembro de 2012.

<sup>109</sup> Previsão que já constava do n.º 2 do art.º 41.º da Lei n.º 54/90, de 5 de setembro (diploma definidor do estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico), revogado pelo RJIES.

<sup>110</sup> Alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro.



# Tribunal de Contas

159. Sobre esta matéria pronunciaram-se, em sentido idêntico, a IGEC<sup>111</sup>, a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público<sup>112</sup> (DGAEP) e o CCPGR<sup>113</sup>.
160. Assim, a IGEC concluiu que «o cargo de Administrador [é equiparado] ao de Diretor de Serviços, de acordo com o n.º 1 do artigo 2.º do DL n.º 129/97, de 24 de Maio (...)»
161. Por seu turno, a DGAEP<sup>114</sup> defendeu que « (...) não se afigura extrapolável que a atribuição (...) aos secretários das escolas superiores não integradas, as competências atribuídas ao administrador de instituto politécnico, prevista no n.º 4 do art.º 2.º do DL n.º 129/97, de 24 de Maio, permita ultrapassar a equiparação estabelecida nos n.ºs 1 e 2 do mesmo artigo 2.º, conferindo-lhe a equiparação prevista para o cargo de administrador dos institutos politécnicos.»
162. Por fim, o CCPGR considerou que «[O] cargo de administrador (...) é equiparado para todos os efeitos legais ao de diretor de serviços por força do disposto no artigo 2.º, n.º 1, do DL n.º 129/97.»
163. De notar que embora tenha sido recentemente publicado o DL n.º 65/2016, de 21 de outubro, que procede à confirmação do entendimento adotado pelas instituições de ensino superior politécnico quanto ao regime remuneratório dos presidentes e vice-presidentes das escolas superiores politécnicas não integradas após a entrada em vigor da Lei n.º 62/2007<sup>115</sup>, de 10 de setembro, aquele diploma é omissivo quanto ao regime remuneratório do cargo de administrador.
164. Em sede de contraditório, Abel Viriato Conde Amorim, ex-presidente da ENIDH e do CG<sup>116 117</sup>, alega, em síntese, que o DL n.º 65/2016, de 21 de outubro, face à omissão de disciplina legal específica sobre a matéria e atenta a identidade de funções entre os cargos procedeu à confirmação do entendimento adotado quanto ao regime remuneratório dos presidentes e vice-presidentes das escolas superiores politécnicas não integradas<sup>118</sup> nada referindo quanto à remuneração do administrador por esta já se encontrar fixada no DL n.º 129/97, de 24 de maio, nos termos do qual o cargo de administrador dos institutos politécnicos é equiparado, para todos os efeitos legais, a subdiretor-geral e refere, ainda, que dificilmente se poderia sustentar a identidade de funções e de regime remuneratório, entre os cargos de presidente e vice-presidente da ENIDH e os cargos de presidente e vice-presidente de um instituto politécnico e, em simultâneo, pretender que a ENIDH não deve ter um administrador, mas um secretário, com a consequente equiparação a diretor de serviços de uma unidade orgânica.
165. Por sua vez, os ex-administradores e ex-membros do CG da ENIDH Luís Manuel Lameiro Santos<sup>119</sup> e Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva<sup>120 121</sup> pronunciam-se, como se sumaria:

<sup>111</sup> Relatório n.º 2/14-IGEC, homologado pelo SEES em 17 de dezembro de 2013.

<sup>112</sup> Em resposta à IGMCTES (atual IGEC), no âmbito da auditoria administrativa e financeira levada a cabo à ENIDH (ofício com a referência ENT. 20115, de 15 de julho de 2011 – DGAEP/DRJE).

<sup>113</sup> Parecer n.º 48/2012, já referenciado.

<sup>114</sup> Resposta a pedido de esclarecimentos formulado pela IGMCTES (atual IGEC), através do Ofício 829/2011, de 12 de julho, no âmbito da auditoria administrativa e financeira à ENIDH, naquela data em desenvolvimento.

<sup>115</sup> Remuneração correspondente, respetivamente, a presidente e a vice-presidente de instituto politécnico.

<sup>116</sup> No período de 17/7/2009 a 15/01/2014.

<sup>117</sup> Corroborado por Luís Manuel Fernandes Mendonça, ex-vogal do CG, no período de 16/11/2009 a 15/1/2014, que, no exercício do contraditório, remete para a pronúncia do Presidente do CG, no período em análise, que diz «[subscrever] na íntegra [a qual] responde às principais conclusões e observações da auditoria».

<sup>118</sup> Estabelecendo, no seu artigo 2.º que a remuneração base dos titulares de tais cargos é a correspondente à de presidente e de vice-presidente de instituto politécnico, respetivamente.

<sup>119</sup> No período de 17/7/2009 a 17/5/2010.

<sup>120</sup> No período de 01-12-2011 a 04-08-2013.

<sup>121</sup> Estes responsáveis apresentam, no âmbito do contraditório, alegações e fundamentação em tudo coincidentes.



## Tribunal de Contas

a integração da ENIDH, após a publicação do RJIES, nas “*outras instituições de ensino politécnico*” com equiparação de regime aos demais institutos politécnicos; a equiparação do regime remuneratório do administrador destas Escolas a subdiretor-geral, nos termos do artigo 1.º do DL n.º 129/97, de 24 de maio, e, por fim, que o DL n.º 65/2016, de 24 de maio, dispõe quanto ao regime remuneratório dos presidentes e vice-presidentes das escolas superiores politécnicas não integradas omitindo intencionalmente o estatuto remuneratório do Administrador daquelas Escolas, por não existir lacuna de regime a colmatar.

166. Contudo, os responsáveis invocam, ainda, **no exercício do contraditório**, as já referidas decisões judiciais aludindo aos processos que correram termos respetivamente nos Tribunais Administrativos e Fiscais de Almada<sup>122</sup> e de Sintra<sup>123</sup>, relativas a procedimentos cautelares<sup>124</sup>, julgados procedentes.

167. Referem, também, uma decisão proferida pelo Tribunal Central Administrativo do Sul (TCA-Sul), de 17 de fevereiro de 2017, embora no âmbito do recurso de ação administrativa especial<sup>125</sup> respeitante ao despacho homologatório do SEES exarado no relatório de auditoria da IGEC, que decidiu pela inutilidade superveniente da lide e conseqüente extinção da instância.

168. Por seu turno, o TAF de Sintra<sup>126</sup>, em 9 de maio de 2017, pronunciou-se no âmbito da ação administrativa principal<sup>127</sup> de impugnação de ato administrativo praticado pelo Presidente da ENIDH que havia determinado a reposição pela ex-administradora Cristina Costa e Silva, de 4 947,14€, e que, em face da publicação do DL n.º 65/2016, de 21 de outubro, decidiu, que « o litígio dos autos encontra-se resolvido pelo próprio legislador » e que « *In casu, ocorreu uma alteração legislativa que regulou definitivamente o quadro jurídico aplicável ao litígio dos autos, verificando-se uma inutilidade superveniente da lide* ».

169. Não obstante a ausência de qualquer referência direta na decisão proferida, ao regime remuneratório do titular do cargo de administrador das escolas superiores politécnicas não integradas, mas tão só ao regime remuneratório do presidente e vice-presidente daquelas Escolas, como aliás decorre da letra do invocado DL n.º 65/2016, de 21 de outubro, considerado o pedido e a causa de pedir, que circunscrevem a ação administrativa especial de impugnação do ato administrativo que se pretende ver anulado, a interpretação do tribunal administrativo, na sequência da publicação do aludido diploma legal, foi o da similitude do estatuto remuneratório

<sup>122</sup> No âmbito de decisão de uma providência cautelar intentada pela ex-administradora Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves, na qual se considera « *preenchido o requisito do "fumus boni juris", e em consequência pela «provável procedência da pretensão formulada pela requerente no processo principal, uma vez que é de admitir a possibilidade do regime remuneratório constante do DL n.º 212/97, de 16 de Agosto, ser aplicável "às outras instituições de ensino politécnico", e não apenas aos institutos superiores politécnicos, carecendo assim, o despacho que ordenou a reposição pela requerente (...) de fundamento legal por partir do pressuposto de que é aplicável à [ENIDH] o regime do DL n.º 388/90, de 10 de dezembro* » \_ Processo n.º 194/16.3 BEALM-A-26.02.2016.

<sup>123</sup> Que, no âmbito de providência cautelar intentada pela ex-administradora Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva suspende « *a eficácia do despacho do presidente da ENIDH, proferido em momento anterior à entrada em vigor do DL n.º 65/2016, de 21 outubro* » \_ Processo n.º 510/16.8 BESNT-A.

<sup>124</sup> Procedimentos interpostos para suspensão da eficácia dos atos do Presidente que determinavam a reposição de quantias pagas pela Escola, relativas à remuneração do cargo de administrador com referência ao artigo 1.º do DL n.º 129/97 de 24 de maio, ou seja, através da equiparação a subdiretor-geral.

<sup>125</sup> Recurso interposto pela ex-administradora Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves (Processo n.º 12.728/15, 2.º Juízo, 1. Secção) de decisão de absolvição do réu, Ministério da Educação e Ciência, da instância, fundada na inimpugnabilidade do ato proferida em 30/6/2015 pelo TAF Almada, na Ação Administrativa Especial (Proc. N.º 963/14.9 BELSB.

<sup>126</sup> Conforme ofício do TAF Sintra, Ref.ª 005769015, de 4 de julho de 2017.

<sup>127</sup> Processo n.º 510/16.8 BESNT-A.- Ação Administrativa de anulação de ato administrativo, concluída em 9 de maio de 2017.



# Tribunal de Contas

do cargo de administrador de escola superior politécnica não integrada ao titular de cargo análogo de instituto politécnico<sup>128</sup>.

170. Assim, aquela sentença, já transitada em julgado<sup>129</sup> e proferida pelo tribunal com competência para o efeito (artigo 212.º, n.º 3 da CRP), firma o entendimento de que, face à alteração legislativa ocorrida, está regulado definitivamente o quadro jurídico aplicável aos litígios dos autos, conforme procedimento adotado pela ENIDH.
171. O decidido naquela sentença vale como autoridade de caso julgado no que se refere à matéria em apreço obstando a que a mesma questão volte a ser apreciada de mérito.
172. Neste âmbito, atente-se na orientação jurisprudencial deste Tribunal, promanada designadamente, no Acórdão n.º 5/2016- 3.ª Secção-PL, de 28 de janeiro, que se transcreve: «(...) A **autoridade de caso julgado** implica uma aceitação duma decisão proferida numa ação anterior, decisão esta que se insere, quanto ao seu objeto, no objeto da segunda ação, enquanto questão prejudicial. A **autoridade de caso julgado**, diversamente da exceção de caso julgado, pode funcionar independentemente da verificação da tríplice identidade a que alude o artigo 581.º do CPC 2013, pressupondo, porém, a decisão de determinada questão que não pode voltar a ser discutida.»
173. O mesmo Acórdão destaca o fundamento do caso julgado, que reside no prestígio dos tribunais e numa razão de certeza ou segurança jurídica<sup>130</sup>, referindo: « Na verdade, ainda que não se verifique o concurso de requisitos ou pressupostos para que exista a exceção de caso julgado (*exceptio rei judicatae*), pode estar em causa o prestígio dos tribunais ou a certeza ou segurança jurídica das decisões judiciais, se uma decisão, mesmo que proferida noutra processo, com outras partes, vier dispor em sentido diverso sobre o mesmo objeto da decisão anterior transitada em julgado, abalando assim a autoridade desta».
174. Concluindo aquele douto Acórdão: «Afirmada em decisão anterior transitada em julgado - proferida no âmbito de ação administrativa especial de impugnação de ato administrativo [a questão controvertida vertida naqueles Autos] – a inexistência do vício de violação de lei (...) não pode voltar-se a discutir, [em] ação de responsabilidade financeira, a legalidade daquele ato com aquele fundamento, sob pena de se pôr em causa a autoridade daquela decisão [daquele Tribunal], com o conseqüente desprestígio dos tribunais e a certeza das decisões judiciais».
175. Atento o exposto, não existe fundamento para a imputação de responsabilidade financeira aos responsáveis que autorizaram as despesas e os pagamentos relativos ao abono das remunerações aos titulares do cargo de Administrador, por referência ao n.º 1 do art.º 1.º do DL n.º 129/97, de 24 de maio, ou seja, através da equiparação ao estatuto remuneratório de subdiretor-geral.

<sup>128</sup> Na ação Administrativa intentada pela ex-administradora Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva contra a ENIDH pede-se a anulação do ato que ordena a reposição de alegadas quantias indevidamente pagas à Autora a título de vencimento como Administradora por enfermar de ilegalidade, por ter sido praticado com violação do disposto nos artigos 68.º, n.º 4, alínea b) do CPA e 1.º, n.º 1 do DL n.º 127/97, de 24 de maio.

<sup>129</sup> Em 14 de junho de 2017.

<sup>130</sup> Na esteira de jurisprudencial dominante dos Tribunais da Relação de Coimbra e de Guimarães e do Supremo Tribunal de Justiça (Acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra, de 28.09.2010, proc. n.º 392/09.6 TBCVL.S1, do Tribunal da Relação de Guimarães, de 17.12.2013, in proc. 3409/08.0TBCL.GI, do Supremo Tribunal de Justiça, de 21.03.2013, in proc. n.º 3210/07.6TCLRS.L1. S1, d 12.07.2011, in proc. 129/07.4.TBPST.S1, de 23.11.2011, in proc. n.º 4/08.2TBVFR.P1. S1)





# Tribunal de Contas

## 2.5.2.1.2. CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ORGANIZADOS PELO CEFE<sup>131</sup>

176. No âmbito da presente auditoria foram analisados os pagamentos efetuados, a título de colaboração técnica especializada, a docentes em regime de dedicação exclusiva, relativos aos anos de 2009 a 2015, tendo-se verificado que os mesmos se reportam, essencialmente, a lecionação de cursos de formação profissional organizados pelo CEFE<sup>132</sup>.
177. O CEFE é uma unidade funcional da ENIDH de apoio científico, pedagógico, técnico, de formação, de investigação e de prestação de serviços nos domínios de atuação que lhes são próprios que tem como objetivos, entre outros, a realização de cursos e ações de formação profissional especializada, o estabelecimento de uma organização equilibrada e flexível de prestação de serviços e a promoção da celebração de convénios e contratos para a realização de ações de formação profissional especializada<sup>133</sup>.
178. De acordo com a informação prestada pelo Coordenador deste Centro<sup>134</sup> <sup>135</sup> tal formação profissional consiste em cursos para qualificação e certificação para marítimos, nomeadamente oficiais da marinha mercante<sup>136</sup> <sup>137</sup>, ministrados de acordo com as normas da Convenção Internacional sobre Normas de Formação, de Certificação e de Serviço de Quartos para os Marítimos, de 1978<sup>138</sup> e suas Emendas<sup>139</sup> (Convenção STCW 78 e Emendas) da Organização Marítima Internacional.
179. Acrescenta este responsável que as alterações operadas à Convenção STCW 78 obrigam a que

<sup>131</sup> Apenas foram considerados os cursos de formação ministrados por docentes em dedicação exclusiva, atento o específico regime previsto no Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior a que estes docentes estão sujeitos. O Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior (ECPDESP) foi aprovado pelo DL n.º 185/81, de 1 de junho, alterado e republicado pelo DL n.º 207/2009, de 31 de agosto, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio.

<sup>132</sup> Foram, também, pagas aos docentes, em dedicação exclusiva, a título de colaboração técnica especializada, outras remunerações referentes a estudos e projetos, a lecionação de aulas em outros estabelecimentos de ensino com os quais a ENIDH estabeleceu protocolos como a Universidade dos Açores e a Academia da Força Aérea e, ainda, a participação em júris de exames de certificação marítima. Estas situações enquadram-se nas previsões normativas do n.º 3 do art.º 34.º-A do ECPDESP.

<sup>133</sup> Conforme estipulado nos arts. n.ºs 81.º e 83.º dos Estatutos da ENIDH.

<sup>134</sup> Professor Sérgio Tomé, coordenador do CEFE à data da realização do trabalho de campo. O Coordenador é eleito por escrutínio secreto, por um período de dois anos, de entre docentes da Escola, nos termos do art.º 8.º do Regulamento do CEFE, homologado pelo Presidente da ENIDH, em 20/10/2011.

<sup>135</sup> Enviada, por correio eletrónico, pela Administradora da ENIDH, em 14 de março.

<sup>136</sup> O escalão dos oficiais compreende as seguintes categorias de marítimos: Capitão da marinha mercante; Piloto de 1.ª e de 2.ª classe; Praticante de piloto; Capitão-pescador; Piloto-pescador; Maquinista-chefe, de 1.ª e de 2.ª classe; Praticante de maquinista; Radiotécnico-chefe, de 1.ª e de 2.ª classe e Praticante de radiotécnico (cf. a) do n.º 2 do art.º 4.º e art.º 5.º do Regulamento relativo à classificação, às categorias e às funções dos marítimos e aos requisitos de acesso às mesmas, Anexo III ao DL n.º 280/2001, de 23 de outubro.

<sup>137</sup> «(...) em matérias não incluídas na sua formação inicial, mas que, em virtude das Emendas à Convenção STCW 78, são agora obrigatórias.»

<sup>138</sup> A Convenção STCW 78, relativa ao nível mínimo de formação dos marítimos, foi aprovada, para adesão, pelo DL n.º 28/85, de 8 de agosto, ratificada em 30 de janeiro de 1986, incorporada no direito da União Europeia pela Diretiva n.º 94/58/CE, do Conselho, de 22 de novembro, e transposta para a ordem jurídica interna pelo DL n.º 156/96, 31 de agosto.

<sup>139</sup> Emendas de 1991, 1994, 1995 e Emendas de Manila de 2010. As Emendas de 1995 foram incorporadas no direito da União Europeia através da Diretiva n.º 98/35/CE, do Conselho, de 25 de maio de 1998 (que alterou a Diretiva n.º 94/58/CE, do Conselho, de 22 de novembro de 1994, relativa ao nível mínimo de formação dos marítimos) e transpostas para a ordem jurídica interna pelo DL n.º 280/2001, de 23 de outubro (Regulamento de Inscrição Marítima).

A Diretiva n.º 98/35/CE, do Conselho, de 25 de maio de 1998, foi entretanto revogada pela Diretiva n.º 2001/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de abril de 2001, a qual foi alterada pelas Diretivas n.ºs 2002/84/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, 2003/103/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, 2005/23/CE, da Comissão, de 8 de março de 2005, e 2005/45/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, transpostas pelos DL n.ºs 280/2001, de 23 de outubro, 51/2005, de 25 de fevereiro, e 206/2005, de 28 de novembro, e reformulada pela Diretiva 2008/106/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008. Em 2010, foram aprovadas alterações importantes à Convenção STCW 78, designadas por «Emendas de Manila», incorporadas no acervo legislativo da União Europeia pela Diretiva n.º 2012/35/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, transposta para a ordem jurídica interna pelo DL n.º 34/2015, de 4 de março.



# Tribunal de Contas

---

os marítimos que terminaram as respetivas formações anteriormente à entrada em vigor das Emendas<sup>140</sup> efetuem cursos de qualificação ou especialização sob pena de não poderem desempenhar as suas funções a bordo dos navios.

180. Refere, ainda, que «*este tipo de formação tem de ser ministrado por instituições acreditadas e requer a utilização de simuladores e outros equipamentos específicos, assim como a existência de formadores qualificados (...). A ENIDH é acreditada pela Administração marítima (Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos) e pela Agência Europeia de Segurança Marítima (EMSA)*»
181. Ao informar sobre a atividade do CEFE, este responsável realça as atualizações que a oferta formativa tem sofrido, de acordo com o aparecimento de novos requisitos de qualificação e certificação e esclarece, a propósito dos docentes que ministram as ações formativas: «*Regra geral, estes cursos são coordenados e lecionados pelos docentes em regime de dedicação exclusiva, que lecionam as mesmas matérias nos cursos de licenciatura e de mestrado, uma vez que são estes os mais aptos nesses conhecimentos. Muitos cursos são ministrados com recurso a simuladores e outros equipamentos que só existem na ENIDH, e para os quais é necessário ter a qualificação adequada.*»
182. Acresce que os cursos de qualificação e certificação STCW são organizados ou por solicitação de empresas e entidades portuárias e marítimas e suportados em protocolos e contratos ou realizados “à medida”, no âmbito da oferta formativa do CEFE, de acordo com a procura dos marítimos, mediante inscrição e pagamento direto da correspondente propina pelos formandos.
183. Tais ações formativas correspondem às necessidades de certificação e de qualificação marítima, nos termos, entre outros, do Regulamento das Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações (RR/UIT) e da Segurança Básica (familiarização em navios ro-ro de passageiros, segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios ro-ro de passageiros e gestão de crises e comportamento humano).
184. Relativamente à organização dos cursos constatou-se:
- a) A existência de contratos e protocolos celebrados com entidades terceiras para a respetiva realização<sup>141 142</sup> ;
  - b) A utilização de meios e recursos da Instituição no seu desenvolvimento<sup>143</sup>;
  - c) A tramitação de um procedimento formal com vista à aprovação do Presidente da ENIDH de toda a oferta formativa;
  - d) O pagamento das remunerações dos docentes alocados à formação pelas receitas geradas pela própria formação;
  - e) O carácter esporádico, de curta duração e aleatório dos referidos cursos<sup>144</sup>.

---

<sup>140</sup> Cujos planos de curso não integravam as matérias introduzidas pelas Emendas à Convenção STCW 78 e Emendas de Manila.

<sup>141</sup> Administrações portuárias, empresas navais, associações profissionais, entre outros.

<sup>142</sup> Ainda que, por vezes, os contratos não sejam reduzidos a escrito.

<sup>143</sup> As atividades práticas implicam equipamentos laboratoriais e simuladores específicos que a ENIDH dispõe e que só os seus próprios docentes se encontram habilitados a utilizar.

<sup>144</sup> Através da calendarização e dos relatórios de atividades.



# Tribunal de Contas

185. Assim, verificou-se que foram pagos aos docentes em regime de dedicação exclusiva os montantes que se apresentam:

**Tabela 11 – Pagamentos a docentes em regime de dedicação exclusiva**

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº docentes, em regime de dedicação exclusiva que prestaram funções de lecionação ou coordenação.	13	13	13	-	4	3	13
Montantes pagos por lecionação e coordenação de Cursos de qualificação e certificação suportados em contratos ou protocolos.	21 695,00€	18 311,00€	5 730,60€	-	3 820,00€	3 960,00€	34 980,00€
Montantes pagos por lecionação e coordenação de Cursos de qualificação e certificação constantes da oferta formativa da ENIDH, mediante inscrição direta dos formandos	38 147,82€	52 764,45	18 175,60€	-	-	-	-

186. O detalhe destes pagamentos consta dos **Mapa XXII** e **Mapa XXIII** do Anexo 5.6.

187. Da leitura do quadro e mapas anexos, constata-se que, a partir de 2012, os docentes em regime de dedicação exclusiva deixaram de ser abonados por lecionação e coordenação de cursos de qualificação e certificação constantes da oferta formativa da ENIDH, mediante inscrição direta dos formandos, passando estes a serem ministrados por docentes em regime de tempo integral ou de tempo parcial.

188. Registou-se, ainda, nos anos de 2013 e 2014 uma diminuição da participação destes docentes nos demais cursos suportados em contratos ou protocolos, decréscimo que no ano de 2015 não ocorreu, tendo mesmo tal participação aumentado exponencialmente.

189. Esta situação, bem como as dificuldades atuais no funcionamento do CEFE, são descritas pelo seu Coordenador, como se transcreve:

*Desde 2011 que o CEFE tem funcionado com constrangimentos. Por recomendação da IGMCTES em setembro de 2011, os docentes em regime de dedicação exclusiva deixaram de poder participar nas atividades de formação, conforme haviam participado desde o início da sua atividade. Com exceção das ações que puderam continuar a realizar-se recorrendo a docentes a tempo parcial ou a tempo integral sem dedicação exclusiva, não tem sido possível dar seguimento à maior parte das solicitações de marítimos que, entretanto, deram entrada nos serviços da Escola. Por outro lado, o facto de não se estar a realizar formação especializada em todas as áreas do CEFE, impede a ENIDH de valorizar as suas competências específicas que resultam do conhecimento técnico adquirido ao longo dos anos, e os equipamentos laboratoriais instalados, piscina, simuladores, embarcações, etc.<sup>145</sup>*

190. Por fim, refira-se que, em 13 de maio de 2014, foram publicados no DR, II Série, os Regulamentos n.ºs 187 e 188, respetivamente de Prestação de Serviços da ENIDH e de Prestação de Serviços Docentes da ENIDH, sendo que o primeiro foi alterado e republicado pelo Regulamento n.º 586/2016, no DR, 2ª série, n.º 112, de 14 de junho de 2016.

191. Relatados os factos, proceder-se-á à análise da legalidade financeira da remuneração dos docentes da ENIDH em regime de dedicação exclusiva por prestação de serviços realizados no âmbito de cursos de formação profissional.

<sup>145</sup> Esclareça-se a este propósito que tal matéria foi objeto de análise na já referenciada auditoria à ENIDH efetuada pela ex-IGMCTES, atual IGEC, tendo dado origem a uma recomendação para reposição de valores, por parte de docentes, por quebra do compromisso de dedicação exclusiva. Aquela Inspeção concluiu no respetivo Relatório: «O não cumprimento daquele regime implica que os docentes envolvidos tenham que repor as verbas correspondentes ao diferencial entre a remuneração devida pelo regime de exclusividade e aquele que respeita à remuneração por tempo integral, nos termos do n.º 2 do Art.º 34º-A do ECPDESP, atingindo os valores a repor o montante global de 218 352,92 €, aos quais se aplicarão os procedimentos previstos no Art.º 36.º e seguintes do DL n.º 155/92, de 28/07.»



# Tribunal de Contas

192. De acordo com as alíneas a), e) e f) do art.º 8.º do RJIES, são atribuições das instituições de ensino superior:

- a) *A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei;*  
(...)
- e) *A realização de ações de formação profissional e de atualização de conhecimentos;*
- f) *A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;*

193. O legislador entendeu, assim, separar a atividade docente, enquanto atividade inserida nos ciclos de estudos, e as prestações de serviço realizadas no âmbito de cursos de formação profissional e de apoio à comunidade, assumindo tratarem-se de atribuições conceptualmente distintas.

194. Também, o Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior (ECPDESP), DL n.º 185/81, de 1 de junho<sup>146</sup>, prossegue na lógica desta diferenciação ao individualizar, na alínea a) do art.º 2.º-A, a docência *stricto sensu*, das restantes funções que competem aos docentes do ensino superior politécnico, como se transcreve: «a) *Prestar o serviço docente que lhes for distribuído e acompanhar e orientar os estudantes;*»

195. Ora, na situação em apreço, está em causa a lecionação/coordenação de cursos de formação profissional que não integram a oferta permanente e regular da ENIDH, no âmbito dos ciclos de estudos nem se encontram incluídos na normal distribuição do seu serviço docente, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 5.º dos seus Estatutos.

196. Relativamente à qualificação e certificação dos marítimos, que detém características próprias resultantes das exigências e especificidades da profissão<sup>147</sup>, aplicam-se os normativos contantes do DL n.º 280/2001, de 23 de outubro, alterado pelos DL n.º 51/2005, de 25 de fevereiro, e n.º 206/2005, de 28 de novembro, DL n.º 34/2015, de 4 de março, e o DL n.º 53/2016, de agosto, diplomas que transpuseram para o direito interno as normas internacionais resultantes de Convenção STCW e suas Emendas, secundadas e reforçadas, pelas diretivas da União Europeia.

197. Ainda, de acordo com o disposto no art.º 18.º do DL n.º 34/2015, de 4 de março, foi estabelecida relativamente aos «*marítimos que exerçam funções a bordo de navios de mar que arvoem a bandeira portuguesa*» a obrigatoriedade de possuírem os certificados de competência e de qualificação exigidos pela Convenção STCW, sendo que requisito similar já constava do art.º 50.º do anexo III ao DL n.º 280/2001<sup>148</sup>, restrito, ao «*exercício de funções por marítimos (...) em embarcações a que se aplique a referida Convenção*».

198. Acresce que, nos termos do art.º 10.º do Anexo IV ao DL n.º 280/2001<sup>149</sup>, «*Os cursos de oficial da marinha mercante e os cursos de chefias são ministrados na Escola Náutica Infante D.*

<sup>146</sup> Alterado e republicado pelo DL n.º 207/2009, de 31 de agosto, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio.

<sup>147</sup> Como se descreve no Preâmbulo do DL n.º 280/2001, de 23 de outubro, que se transcreve: «*Em nenhuma outra profissão se repercutem com tanta intensidade as mudanças de carácter tecnológico, jurídico, económico e político, como na profissão marítima. Tal resulta do sentido globalizante do seu exercício, da sua sujeição a apertada regulamentação e tutela internacional, do elevado grau de competitividade que a envolve, fatores a ter em conta e que se desenvolvem num quadro geral de exigências de segurança marítima, de salvaguarda da vida humana no mar e de preservação do meio marinho*».

<sup>148</sup> Regulamento relativo à classificação, às categorias e às funções dos marítimos e aos requisitos de acesso às mesmas.

<sup>149</sup> Regulamento relativo à formação e à certificação dos marítimos.



# Tribunal de Contas

*Henrique (ENIDH), ou em outros estabelecimentos de formação que tenham sido objeto de acreditação», sendo que cabem no conceito de formação de oficial da marinha mercante, conforme a) e b) do n.º 2, do art.º 2.º do mesmo Regulamento, os cursos de qualificação e os cursos de reciclagem.*

199. Os cursos em referência estão condicionados a homologação prévia da Autoridade Marítima, designadamente do Instituto Marítimo-Portuário (IMP), posteriormente Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM)<sup>150</sup>, e atual Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)<sup>151</sup>, conforme resulta do n.º 3 do art.º 28.º do DL n.º 280/2001, de 23 de outubro, com alterações e dos n.ºs 2 e 3 do art.º 15.º do DL n.º 34/2015, de 4 de março.

200. Dos factos apurados constata-se que a ENIDH, através da sua unidade orgânica CEFE, procede à organização da sua atividade formativa através da atualização e criação de cursos de formação profissional, em consonância com os novos requisitos de qualificação e certificação para marítimos, insitos nos supramencionados diplomas que disciplinam a matéria, sujeitando tais cursos, a partir de 2013, à aprovação da Autoridade Marítima que os reconhece e homologa<sup>152</sup>.

201. Não obstante, até essa data, os cursos terem sido *«propostos internamente (...) pelo CEFE, aprovados pelo Conselho de Certificação Marítima (CCM) e homologados pelo Presidente»*, não existindo, assim, evidência da homologação dos mesmos pela Autoridade Marítima, esta entidade *«sempre [os] reconheceu, visto as certidões emitidas pela Escola aos marítimos serem aceites para emissão dos correspondentes certificados STCW (...) válidos na marinha mercante nacional e internacional» (...)*<sup>153</sup>

202. Importa, de seguida, responder à questão da admissibilidade da remuneração por prestação de serviços dos docentes em regime de dedicação exclusiva pela lecionação e/ou coordenação dos cursos de formação profissional, no quadro da própria instituição.

203. Neste contexto e no que aqui releva, dispõe o art.º 34.º-A do ECPDESP sob a epígrafe *“Dedicação exclusiva”*:

- 1- *O regime de dedicação exclusiva implica a renúncia ao exercício de qualquer função ou atividade remunerada, pública ou privada, incluindo o exercício de profissão liberal.*
- 2- (...)
- 3- *Não viola o disposto no n.º 1 a perceção de remunerações decorrentes de:*
  - b) *Realização de conferências, palestras, cursos breves e outras atividades análogas; (...)*
  - j) *Atividades exercidas, quer no âmbito de contratos entre a instituição a que pertence e outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, quer no âmbito de projetos subsidiados por quaisquer dessas entidades, desde que se trate de atividades da responsabilidade da instituição e que os encargos com as correspondentes*

<sup>150</sup> Que resultou da fusão, ocorrida em novembro de 2002, do Instituto Marítimo-Portuário, do Instituto Portuário do Norte, do Instituto Portuário do Centro, do Instituto Portuário do Sul e do Instituto da Navegabilidade do Douro, com o objetivo de centralizar num só organismo competências que estavam dispersas por várias entidades.

<sup>151</sup> Entidade criada pelo DL n.º 49-A/2012, de 20 de fevereiro, que resultou da fusão da Direção-Geral das Pescas e Aquicultura e do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.

<sup>152</sup> Como evidenciado na correspondência trocada entre a ENIDH e a Administração Marítima, designadamente: Ofícios da ENIDH N.ºs 236, de 12 de novembro de 2013, 188, de 10 de julho de 2014, 264, de 13 de novembro de 2014, 188, de 10 de junho de 2014, 277, de 5 de dezembro de 2014, 146, de 31 de março de 2015, 233, de 26 de maio de 2015 e 258, de 24 de junho de 2016; Ofícios da DGRM-S/15067/2013, de 6/12/2013, S/16067/2013, de 6/12/2013, S/16455/2014, de 8/8/2014, S/2958/2015, de 29/1/2015, S/9358/2015, de 13/4/2015, S/3571/2016, de 10/2/2016, S/17164/2016, de 11/7/2016.

<sup>153</sup> Cfr. documento elaborado pelo Presidente da ENIDH, remetido, por correio eletrónico em 14 de outubro de 2016, em resposta ao ao pedido de esclarecimentos da equipa, de 22 de setembro.



## Tribunal de Contas

*remunerações sejam satisfeitos através de receitas provenientes dos referidos contratos ou subsídios, nos termos de regulamento aprovado pela própria instituição de ensino superior.*

- 4- *A percepção da remuneração prevista na alínea j) do número anterior só pode ter lugar quando a atividade exercida tiver nível científico ou técnico previamente reconhecido pelo órgão de direção da instituição de ensino superior como adequado à natureza, dignidade e funções destas últimas, e quando as obrigações decorrentes do contrato ou da aceitação do subsídio não impliquem uma relação estável.*

204. De acordo com a Resolução Normativa n.º 4/CRUP/87, de 14 de Dezembro, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas<sup>154</sup> «*entende-se por curso breve ou atividade análoga a realização de um curso em que a participação do docente não envolva mais do que vinte horas de lecionação*» sendo que o «*encadeamento de dois ou mais cursos ainda que cumprindo individualmente o [limite das vinte horas de lecionação] não cabe no conceito de curso breve.*»

205. Ora, considerada a recorrência da realização dos Cursos do CEFE e o somatório horário que deles resulta para os docentes que os ministram, não podem estes cursos ser considerados como *curtos breves*.

206. O Parecer N.º 48/2012-C do CCPGR, de 10 de julho de 2013,<sup>155</sup> vem defender, porém, que:

*[O] regime da docência em dedicação exclusiva na ENIDH não impede em termos absolutos a percepção de outras remunerações pelos docentes em cursos e formações do CEFE, ainda que as mesmas não sejam subsumíveis ao conceito de “cursos breves” (...) [rejeitando-se] uma perspectiva abstrata no sentido de que a remuneração pelo desenvolvimento de uma atividade docente no âmbito da instituição de ensino a que o docente está vinculado que não seja subsumível à alínea b) do n.º 3 do artigo 34.º A do ECPDESP compreende uma necessária quebra do vínculo de dedicação exclusiva».*

207. Nos termos deste Parecer a solução jurídica para a situação em análise foi encontrada na previsão e estatuição da alínea j) do citado n.º 3 do art.º 34.º-A, do ECPDESP articulada com o n.º 4 do mesmo preceito legal:

2.ª [Conclusão] - *Os docentes da ENIDH em regime de dedicação exclusiva podem ser remunerados por prestação de serviços realizados no âmbito de cursos de formação profissional ministrados pelo Centro de Estudos e Formação Especializada da ENIDH, ao abrigo da alínea j) do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 34.º - A, do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, na redação conferida pelo Decreto –Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, se se verificarem os seguintes requisitos cumulativos:*

- a) Tratar-se de atividade exercida no âmbito de contratos entre a ENIDH e outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, ou no âmbito de projetos subsidiados por quaisquer dessas entidades;*
- b) Serem atividades da responsabilidade da ENIDH;*
- c) Os encargos com as correspondentes remunerações serem satisfeitos através de receitas provenientes dos referidos contratos ou subsídios, nos termos de regulamento aprovado pela ENIDH;*
- d) A atividade exercida tiver nível científico ou técnico previamente reconhecido pelo órgão de direção da ENIDH como adequado à natureza, dignidade e funções desta última, e quando as obrigações decorrentes do contrato ou da aceitação do subsídio não impliquem uma relação estável.*

208. Acrescenta ainda que: «*A remuneração de docentes da ENIDH em regime de dedicação exclusiva por específicas atividades de formação profissional ao abrigo da alínea j) do n.º 3 do artigo 34.º - A do ECPDESP depende da existência de um prévio regulamento da ENIDH que preveja requisitos estabelecidos para o efeito.*»

<sup>154</sup> Recomendação que também tem servido de orientação para os Institutos Politécnicos.

<sup>155</sup> Solicitado pelo SEES, emitido pelo CCPGR em 10 de julho de 2013 e publicado no DR, II Série, n.º 251, em 27 de dezembro de 2013. O referido Parecer foi homologado, em 12 de dezembro de 2013, pelo SEES.



# Tribunal de Contas

---

209. Na situação em análise verificou-se a observância dos requisitos ínsitos no enunciado preceito legal, designadamente: a existência de protocolos e contratos de prestação de serviços com administrações portuárias, empresas, associações profissionais, entre outros<sup>156 157</sup>; a assunção da responsabilidade institucional pela formação realizada bem como a utilização exclusiva dos meios e equipamentos laboratoriais e simuladores específicos da Escola <sup>158</sup>; o pagamento aos docentes pela receita gerada pela própria formação<sup>159</sup>; o reconhecimento institucional do nível científico e técnico das ações formativas e respetiva adequação; e, ainda, a ocorrência dos cursos em períodos irregulares e aleatórios que afastam a possibilidade de existência de relações estáveis com entidades terceiras <sup>160 161</sup>.
210. Com a publicação dos Regulamentos n.º 187/2014 (Prestação de Serviços da ENIDH)<sup>162</sup> e n.º 188/2014, (Prestação de Serviço dos Docentes da ENIDH), ambos de 13 de maio, verificou-se o preenchimento deste último requisito elencado no Parecer do CCPGR.
211. O primeiro dos Regulamentos mencionados possibilitou o balizamento e a disciplina das prestações de serviço da ENIDH, designadamente: *da formação especializada para os setores marítimo-portuários, logística, transportes e áreas afins; dos cursos de qualificação realizados em articulação com os setores das atividades económicas; dos cursos de especialização, atualização, reciclagem e de reconversão profissional, no âmbito da certificação marítima, ao abrigo da Convenção STCW*, vertentes formativas que considerou, nos termos das alíneas a) a c) do n.º 1 do art.º 1.º, como prestação de serviço à comunidade.
212. Nos termos do n.º 2 do art.º 4.º deste Regulamento «*A afetação de receitas será, em regra, distribuída da forma seguinte: a) 40 % destina -se à ENIDH; b) 60 % reverte para os recursos humanos que prestam o serviço/ atividade.*»
213. Por sua vez, o art.º 6.º do mesmo diploma, sob a epígrafe «*Perceção de remuneração dos docentes em dedicação exclusiva*» condiciona a participação dos docentes, em regime de exclusividade, nas atividades de prestações de serviços, à verificação das condições e pressupostos da alínea j) do n.º 3 do art.º 34.º-A, do ECPDESP<sup>163</sup>.
214. Atento o exposto conclui-se:
- a) Até setembro de 2011 verificaram-se pagamentos a docentes em regime de dedicação exclusiva por formação ministrada no âmbito da oferta formativa da ENIDH, mediante inscrição e pagamento direto dos formandos que não foram suportadas em qualquer instrumento contratual (Cfr. **Mapa XXII** do Anexo 5.6.);

---

<sup>156</sup> Relativamente ao requisito constante da alínea a) *Tratar-se de atividade exercida no âmbito de contratos entre a ENIDH e outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, ou no âmbito de projetos subsidiados por quaisquer dessas entidades;*

<sup>157</sup> Cfr. detalhe constante no **Mapa XXII** do Anexo 5.6. De notar, contudo, que nos anos de 2009 a 2011 ainda se verificavam situações de inscrição direta dos formandos, como decorre do **Mapa XXII** do Anexo 5.6.

<sup>158</sup> Que preenche o disposto na alínea b) do preceito legal enunciado.

<sup>159</sup> Conforme alínea c) do mesmo preceito legal.

<sup>160</sup> Conforme alínea d) do mesmo preceito legal.

<sup>161</sup> Também evidenciado nos **Mapa XXII** e **Mapa XXIII** do Anexo 5.6.

<sup>162</sup> Alterado e republicado pelo Regulamento n.º 586/2016, no DR, 2ª série, N.º 112, de 14 de junho de 2016.

<sup>163</sup> O Regulamento N.º 188/2014, de Prestação de Serviços Docentes da ENIDH, dispõe de uma norma de idêntico teor (art.º 13.º sob a epígrafe «*Dedicação exclusiva*»).



# Tribunal de Contas

- b) Nos anos seguintes estas ações de formação profissional (no âmbito da oferta formativa da ENIDH, mediante inscrição e pagamento direto dos formandos) passaram a ser ministradas por docentes em regime de tempo integral ou em regime de tempo parcial;
- c) A participação de docentes em regime de dedicação exclusiva em ações de formação, nos anos de 2013 a 2015, foi suportada em contratos ou protocolos encontrando-se, com a publicação dos Regulamentos n.º 187/2014 e n.º 188/2014, ambos de 13 de maio, preenchidos este e os demais requisitos cumulativos previstos na alínea j) do n.º 3 do art.º 34.º-A, do ECPDESP, a que se reporta o Parecer do CCPGR, que permitem a remuneração dos docentes naquele regime, por atividades de formação profissional no quadro da própria instituição.

## **2.5.2.1.3. TRABALHO SUPLEMENTAR**

215.No ano de 2014, a despesa realizada com a prestação de trabalho suplementar na ENIDH ascendeu a 2 261,48€, relativa a um universo de nove trabalhadores (cfr. **Mapa XXIV** do Anexo 5.6).

216.Da verificação efetuada, constatou-se que foram respeitados os limites de duração, a forma de cálculo e as percentagens aplicáveis aos períodos em que o trabalho foi executado, de acordo com o n.º 1 do art.º 161.º e das alíneas a) e b) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 212.º <sup>164</sup> do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) e dos arts. 120.º, 162.º e 163.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), regimes que se sucederam na disciplina desta matéria<sup>165</sup> e aplicáveis, respetivamente, ao trabalho suplementar realizado até 1 de agosto de 2014 e ao efetuado posteriormente a essa data.

217.A ENIDH procedeu, ainda, ao registo do trabalho realizado em suporte documental adequado, através do preenchimento de boletins onde se encontram registados as horas prestadas e os dias do correspondente descanso compensatório conforme ao estatuído nos arts. 165.º do RCTFP e 121.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

218.De referir, contudo, que a prestação de trabalho suplementar não foi objeto de autorização prévia, em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 34.º do DL n.º 259/98, de 18 de agosto, e n.º 5 do art.º 212.º do RCTFP, aplicáveis à data dos factos, que faziam depender o respetivo pagamento de prévia e expressa autorização superior<sup>166</sup>, sendo que tal condição se mantém no atual regime da LTFP.

219.Em **sede de contraditório** o CG informou que: «*A autorização prévia já está a ser efetuada*».

220.Assim, deverá a ENIDH, de futuro, observar os mencionados normativos legais.

<sup>164</sup> Percentagens que por via do art.º 45.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2014, e como medida excecional de estabilidade, foram objeto de redução respetivamente para 12,50% da remuneração na 1.ª hora; 18,75% da remuneração nas horas subsequentes e de 25% em cada hora prestada em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado.

<sup>165</sup> O RCTFP aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, foi revogado pela Lei N.º 35/2014, de 20 de junho, que entrou em vigor em 1 de agosto.

<sup>166</sup> Que prevê, no n.º 5 do art.º 162.º: «*É exigível o pagamento de trabalho suplementar cuja prestação tenha sido prévia e expressamente determinada.*»





# Tribunal de Contas

## 2.5.2.2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E EMPREITADAS-CONTRATAÇÃO PÚBLICA

221. Na sequência da análise efetuada às aquisições de bens e serviços correntes e de capital, tendo por base um valor de despesa no montante de 975 714,26€ (cfr. **Mapa XXV** do Anexo 5.6), verificou-se que a ENIDH recorreu, em regra, ao ajuste direto como procedimento de contratação pública, em consonância com o facto das aquisições de bens e serviços serem de montante inferior ao limiar a partir do qual seriam exigíveis procedimentos mais solenes.

**Tabela 12 – Procedimentos de contratação - Amostra**

Unidade: Euro

Legislação Aplicável	Tipo de Procedimento	Valor da Despesa paga com IVA	%
DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro (CCP)	Ajuste direto - Regime Geral	494.619,80	91%
	Ajuste direto - Regime Simplificado	206.978,15	
	Ajuste direto ao abrigo do Acordo Quadro	186.200,83	
DL n.º 197/99, de 8 de junho	Por negociação	44.826,12	9%
	Consulta Prévia	43.089,36	
Total Geral		975.714,26	100%

222. Da análise dos documentos de despesa que constituíram a amostra (cfr. Mapa XXIV do Anexo 5.6) constatou-se o seguinte:

- O início do procedimento é objeto de autorização por parte do Presidente ou da Administradora<sup>167</sup>, atenta a existência de competência própria ou delegada, sendo efetuado o cabimento prévio com base no valor estimado da aquisição e, posteriormente, o registo do compromisso.
- É verificada a regularidade da situação contributiva dos fornecedores perante a Segurança Social e as Finanças<sup>168</sup>.

223. Foram analisados 215 procedimentos pré-contratuais (cfr. **Mapa XXV** do Anexo 5.6), dos quais 11 suportaram contratos de execução continuada, verificando-se, relativamente a estes, que, em regra, foi respeitado o prazo de três anos de duração do contrato nos termos dos arts. 440.º e 451.º do CCP.

224. Excecionam-se desta situação os contratos mantidos com as empresas Four Window, Lda., para prestação de serviços de jardinagem e com a NCC - Facility Services para limpeza das instalações, celebrados, ainda, ao abrigo do DL n.º 197/99, de 8 de junho, respetivamente, a 1 de agosto de 2007 e a 15 de dezembro de 2006, que foram objeto de sucessivas prorrogações. Em 19 de janeiro de 2016 foi iniciado um procedimento de contratação, ao abrigo de Acordo Quadro, para aquisição de serviços de higiene e limpeza, que conforme informado pelo CG, em **sede de contraditório**, «(...) já está concluído e a empresa de limpeza adjudicatária já está a prestar serviço (Clece, SA)».

225. Refira-se, ainda, a existência de numerosos procedimentos, na sua maioria, por ajuste direto

<sup>167</sup> Excecionalmente, por parte do Conselho de Gestão.

<sup>168</sup> Cfr. al. a) do n.º 1 do art.º 31.º-A do DL n.º 155/92, de 28 de julho (aditado pelo DL n.º 29-A/2011, de 1 de março), e als. d) e) do art.º 55.º do CCP.



## Tribunal de Contas

---

simplificado, para aquisições de bens e serviços com objeto similar, cujas adjudicações ocorreram em datas muito próximas e aos mesmos fornecedores<sup>169</sup>, o que evidencia, para além de um deficiente planeamento e atempado levantamento de necessidades, o propósito dos serviços se eximirem a uma tramitação mais rigorosa e exigente.

226. Nos restantes procedimentos por ajuste direto, tramitados através de plataformas eletrónicas de contratação pública, em regra, apenas é endereçado convite a uma entidade no âmbito do procedimento pré-contratual.

227. Não obstante, em **sede de contraditório**, o CG ter informado que «*Por norma são sempre enviados convites a mais do que uma entidade*», trata-se de consultas efetuadas a vários fornecedores, realizadas anteriormente à abertura dos procedimentos, por correio eletrónico<sup>170</sup>, sem utilização das plataformas de contratação pública e consequentemente à margem da tramitação do CCP.

228. Por forma a respeitar os princípios da transparência e da igualdade aplicáveis à contratação pública e garantir a prossecução dos interesses financeiros públicos, e considerando, ainda, que é por via da concorrência que se obtêm as melhores propostas, deverá a ENIDH dar cumprimento ao previsto no n.º 1 do art.º 114.º do CCP enviando o *convite a apresentação de proposta a mais que uma entidade*.

229. Neste sentido dispõe a Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro de 2015, do CPC sobre *Prevenção de riscos de corrupção na contratação pública*, como se transcreve: «5- *Reduzir o recurso ao ajuste direto, devendo quando observado, ser objeto de especial fundamentação e ser fomentada a concorrência através da consulta a mais de um concorrente.*»

230. Como entidade vinculada, nos termos do n.º 2, do art.º 3.º do DL n.º 37/2007, de 19 de fevereiro<sup>171</sup> <sup>172</sup>, a ENIDH recorreu à Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP), posteriormente Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (eSPap)<sup>173</sup>, para adquirir bens e serviços disponibilizados por esta entidade, no âmbito dos acordos quadro, nomeadamente: serviços de cópia e impressão, vigilância e segurança das instalações, bens de economato, equipamento informático, produtos de higiene, fornecimento de refeições, mobiliário e serviços de limpeza.

---

<sup>169</sup> Apontam-se a a título de exemplo: seis procedimentos para aquisição de mobiliário de escritório (adjudicados à Famo Comercial) no segundo semestre do ano, no valor total de 9.079,35€; treze procedimentos para aquisição de equipamento e consumíveis informáticos (adjudicados à INFORDELTA) durante o ano de 2014, no valor total de 31 915,41€, e vinte e dois procedimentos para aquisição de serviços de reparação e conservação das instalações (adjudicados à Pérola Lusa), no valor total de 55 509,90€.

<sup>170</sup> Prática com semelhanças à consulta prévia de fornecedores do revogado DL n.º 197/99, de 8 de junho.

<sup>171</sup> Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pelos DL n.ºs 108/2011, de 17 de novembro, e 117-A/2012, de 14 de junho.

<sup>172</sup> Nos termos do n.º 2, do art.º 3.º do DL N.º 37/2007, de 19 de fevereiro, integram o Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), na qualidade de entidades compradoras vinculadas, os serviços da administração direta do Estado e os institutos públicos.

<sup>173</sup> Criada pelo DL n.º 117-A/2012, de 14 de junho, assumindo a missão e atribuições do Instituto de Informática, da Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E. P. E. (GeRAP) e da Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E., sendo estes extintos, por fusão. Por sua vez, a ANCP fora criada pelo DL n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, com vista à organização do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).



# Tribunal de Contas

231. Acresce que, a Escola procedeu, em conformidade com o n.º 4 do art.º 5.º do DL n.º 37/2007<sup>174</sup>, à solicitação de pedidos de exceção de aquisição à eSPap, nos casos em que os bens que constavam do CNCP não se adequavam às necessidades pretendidas, designadamente de equipamento informático.
232. Constatou-se, por fim, que, no âmbito da amostra selecionada, foram efetuadas adjudicações de bens e serviços, por ajuste direto, no valor de 227.249,73€, sem que se verificasse a respetiva publicitação no portal dos contratos públicos, como se discrimina no **Mapa XXVI** do Anexo 5.6.
233. Dispõem os n.ºs 1 e 2 do art.º 127.º do CCP que «a celebração de quaisquer contratos na sequência de ajuste direto deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos», sendo que tal publicitação é condição de eficácia do contrato, nomeadamente para efeitos de pagamentos.
234. Deverá o CG da ENID, que, **em sede de contraditório**, informou estar a dar cumprimento às disposições legais supramencionadas, dar continuidade à publicitação dos seus contratos no portal dos contratos públicos<sup>175</sup>.

## 2.6. DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA E JUÍZO SOBRE A CONTA

### 2.6.1. DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA

235. As demonstrações numéricas apresentadas nas contas da responsabilidade do CG da ENIDH, nos períodos de 1 de janeiro a 15 de janeiro de 2014 e de 16 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

Tabela 13 – Demonstração Numérica 2014 – 1.ª Gerência

Unidade: Euro

01 de janeiro a 15 de janeiro de 2014					
Saldo de abertura		1.139.110,82	Despesa da gerência	98.511,46	
Operações orçamentais	1.059.668,83		Operações orçamentais	1.637,24	
Importâncias recebidas para entrega a terceiros	79.441,99		Importâncias entregues a terceiros	96.874,22	
Receita da gerência		22.624,86	Saldo de encerramento		1.063.224,02
Operações orçamentais	30.847,46		Operações orçamentais	1.088.878,85	
Importâncias recebidas para entrega a terceiros	-8.222,60		Importâncias a entregar a terceiros	-25.654,83	
<b>Total</b>		<b>1.161.735,68</b>	<b>Total</b>		<b>1.161.735,48</b>

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa do período de 01-01-2014 a 15-01-2014

Tabela 14 – Demonstração Numérica 2014 – 2.ª Gerência

Unidade: Euro

16 de janeiro a 31 de dezembro de 2014					
Saldo de abertura		1.063.224,02	Despesa da gerência	5.171.666,91	
Operações orçamentais	1.088.878,85		Operações orçamentais	3.900.131,57	
Importâncias recebidas para entrega a terceiros	-25.654,83		Importâncias entregues a terceiros	1.271.535,34	
Receita da gerência		5.199.022,22	Saldo de encerramento		1.090.579,33
Operações orçamentais	3.919.466,51		Operações orçamentais	1.108.213,79	
Importâncias recebidas para entrega a terceiros	1.279.555,71		Importâncias a entregar a terceiros	-17.634,46	
<b>Total</b>		<b>6.262.246,24</b>	<b>Total</b>		<b>6.262.246,24</b>

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa do período de 16-01-2014 a 31-12-2014

<sup>174</sup> Por lhe estar vedada a adoção de procedimentos tendentes à contratação direta de bens móveis e de serviços abrangidos pelas categorias definidas nas Portarias n.ºs 772/2008, de 6 de agosto, 420/2009, de 20 de abril, e 103/2011, de 14 de março, «salvo autorização prévia expressa do membro do Governo responsável pela área das finanças, precedida de proposta fundamentada» (n.º 4 do art.º 5.º do DL n.º 37/2007, de 19 de fevereiro).

<sup>175</sup> www.base.gov.pt. e www.compraspublicas.com.



## Tribunal de Contas

236. De salientar a existência de valores negativos relativos a operações de tesouraria nos saldos de abertura e de encerramento das duas gerências de 2014. Sobre estes valores negativos a ENIDH informou o seguinte<sup>176</sup>:

*Relativamente aos valores negativos observados, os mesmos estão relacionados com regularizações/acertos (na sua maioria em favor da escola) de descontos sobre vencimentos provenientes de exercícios anteriores e que, após uma primeira análise, nunca chegaram a ser totalmente regularizados junto das respetivas entidades.*

*Efetuar-se-á logo que possível, sob o ponto de vista dos recursos humanos, um levantamento exaustivo de todas as situações detetadas por forma a documentar estes acertos e, em função das conclusões obtidas, estabelecer contactos com as respetivas entidades no sentido de se proceder à sua regularização integral e definitiva. Em todo o caso, o Tribunal de Contas será oportunamente informado sobre as conclusões obtidas e diligências efetuadas junto de entidades externas.*

237. O CG, no âmbito do contraditório, remeteu um mapa com um ponto de situação atual de cada uma daquelas regularizações/acertos, tendo informado que «*As diligências necessárias à regularizações/acertos passarão, necessariamente, por decisões a tomar em sede de Conselho de Gestão, antes do encerramento da conta de gerência referente a 2016*».

238. Da análise dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016, verificou-se que o Mapa de Fluxos de Caixa não apresenta valores negativos respeitantes a operações de tesouraria nos saldos de abertura e de encerramento da gerência.

### 2.6.2. JUÍZO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

239. Das análises efetuadas, às demonstrações financeiras de 2014 da ENIDH, e apenas na exata medida das mesmas é possível concluir que:

- a) O sistema de controlo interno é deficiente (cfr. ponto 2.2);
- b) O Imobilizado encontra-se subvalorizado por um valor ainda não determinado, uma vez que não se encontram relevados na contabilidade os edifícios e o terreno onde a Escola se encontra instalada (cfr. pontos 0 e 2.5.1);
- c) As operações examinadas, com as exceções constantes deste relatório (cfr. pontos 2.4.3.2, 2.5.2.1 e 2.5.2.2) são legais e regulares.

240. Nesta medida, a apreciação final respeitante à fiabilidade das demonstrações financeiras é favorável, com reservas, no sentido que a esta expressão é atribuída, no domínio da auditoria financeira, pelas normas de auditoria geralmente aceites.

## 3. VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Foi dada vista do processo à Procuradora-Geral Adjunta, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do art.º 29.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto.

<sup>176</sup> Cfr. Resposta a pedido de elementos de 23 de maio de 2016, itens A2, A5, B2 e B5.



# Tribunal de Contas

## 4. DECISÃO

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal de Contas decidem, em subsecção da 2.ª Secção, o seguinte:

- 1) Aprovar o presente relatório, nos termos da al. a) do n.º 2 do art.º 78.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto;
- 2) Notificar todos os responsáveis ouvidos no âmbito do contraditório, com o envio de cópia do Relatório;
- 3) Enviar um exemplar do presente relatório ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- 4) Remeter o relatório e o respetivo processo ao Procurador-Geral Adjunto neste Tribunal, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do art.º 29.º, n.º 2 do art.º 55.º, conjugado com o n.º 4.º do art.º 54.º, todos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto;
- 5) Determinar que, no prazo de 120 dias, o CG da ENIDH informe este Tribunal sobre:
  - a) O seguimento dado às recomendações formuladas;
  - b) Eventuais desenvolvimentos quanto à situação aludida no parágrafo 132, relativamente às diferenças entre o balancete geral e o balancete de terceiros;
- 6) Remeter a documentação probatória sobre os resultados alcançados no âmbito da regularização do património, conforme parágrafo 94;
- 7) Divulgar em tempo oportuno o relatório pelos órgãos de comunicação social e pela *internet*, após as notificações e comunicações necessárias;
- 8) Fixar os emolumentos a pagar pela ENIDH 17 164,00€ (cfr. Anexo 5.1).

Tribunal de Contas, em 28 de setembro de 2017.

Fui presente,

A Procuradora-Geral Adjunta

O Juíz Conselheiro Relator,

(António Augusto Pinto dos Santos Carvalho)

Os Juízes Conselheiros,

(José Luís Pinto Almeida)

(António Manuel Fonseca da Silva)



# Tribunal de Contas

## 5. ANEXOS

### 5.1. EMOLUMENTOS

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 10.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, aprovado pelo DL n.º 66/96, de 31 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 139/99, de 28 de agosto, e Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril, são devidos os seguintes emolumentos:

DESCRIÇÃO	BASE DE CÁLCULO			VALOR (€)
	Custo Standard a)	Unidade Tempo	Receita Própria/lucros	
Ações fora da área da residência oficial	119,99 €			
Ações na área da residência oficial	88,29 €	842		74 340,18
1% s/Receitas Próprias .....			1 182 439,47€	11 824,39
1% s/Lucros.....				
<b>Emolumentos calculados</b>				<b>74 340,18</b>
<b>Emolumentos Limite máximo (VR)</b>				<b>17.164,00</b>
<b>Emolumentos a pagar .....</b>				<b>17.164,00</b>

Cfr. Resolução n.º 4/98-2.ª secção

### 5.2. RESPONSÁVEIS PELOS EXERCÍCIOS DE 2009 A 2014

órgão	Nome	cargo	período
Conselho de Gestão	Abel Viriato Conde Amorim	Presidente	17-7-2009 a 15-01-2014
	Luís Filipe Baptista	Presidente	16-01-2014 a 31-12-2014
	Carlos Alberto Sousa Coutinho	Vice-Presidente	17-7-2009 a 15-01-2014
	José Manuel Ferreira das Dores Costa	Vice-Presidente	16-01-2014 a 31-12-2014
	Luís Manuel Lameiro Santos	Administrador	17-07-2009 a 17-05-2010
	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	Administrador	18-05-2010 a 30-11-2011 05-08-2013 a 15-01-2014
	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	Administrador	01-12-2011 a 04-08-2013
	Cristina Maria Santos dos Santos	Administrador	01-02-2014 a 31-12-2014
	Luís Manuel Fernando Mendonça	Professor	16-11-2009 a 15-01-2014
	Eduardo da Silva Martins	Professor Convitado	16-11-2009 a 06-12-2011
	Ana Cristina de Almeida Pimentel	Professor	16-01-2014 a 31-12-2014

### 5.3. SITUAÇÃO DAS CONTAS ANTERIORES

Em cumprimento da Resolução do TdC n.º 9/91 de 15/05, a situação das contas dos cinco anos anteriores é a constante do quadro seguinte:

ANO	CONTA		EXERCÍCIO		SITUAÇÃO ATUAL
	N.º	INÍCIO	FIM		
2009	132/2009	01-01-2009	16-07-2009		Homologada com recomendações
	3370/2009	17-07-2009	31-12-2009		Homologada com recomendações
2010	4222/2010	01-01-2010	31-12-2011		Montantes validados a)
2011	19490/2011	01-01-2011	31-12-2011		Montantes validados a)
2012	6051/2012	01-01-2012	31-12-2012		Montantes validados a)
2013	7464/2013	01-01-2013	31-12-2013		Verificação Interna

Fonte: Consulta da Base de Dados GDOC

a) Validada significa a conta registada e aceite na plataforma eletrónica de prestação de contas



# Tribunal de Contas

## 5.4. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

Volume	Documentos que integra	Fls.
I	PLANO GLOBAL DE AUDITORIA, PROGRAMA DE AUDITORIA, RELATO DE AUDITORIA	1 a 170
II	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	171 a 338
III	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, PRESTAÇÃO DE CONTAS, SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E DE RISCO	339 a 619
IV	PATRIMÓNIO, RECEITAS	620 a 1012
V	PROTOCOLOS	1013 A 1160
VI	AMOSTRA DESPESA, DESPESAS COM O PESSOAL	1161 A 1730
VII	CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR DOCENTES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	1731 A 2067
VIII	CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR DOCENTES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	2068 a 2652
IX	CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR DOCENTES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	2653 a 3391
X	CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR DOCENTES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	3392 a 3666
XI	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E EMPREITADAS	3667 a 3999
XII	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E EMPREITADAS	4000 a 4320
XIII	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E EMPREITADAS	4321 a 4786
XIV	DISPONIBILIDADES	4787 a 4861
XV	FUNDO MANEIO	4862 a 5125
XVI	PEDIDO DE ELEMENTOS	5126 a 5469
XVII	PEDIDO DE ELEMENTOS	5470 a 5743
XVIII	PEDIDO DE ELEMENTOS	5744 a 5936
XIX	PEDIDO DE ELEMENTOS	5937 a 6502
XX	CONTRADITÓRIO, ANTEPROJETO E PROJETO DE RELATÓRIO	6503 a 6720

## 5.5. FICHA TÉCNICA

### COORDENAÇÃO GERAL/SUPERVISÃO

Auditora Coordenadora

**Maria da Luz Carmesim Pedroso de Faria**

*Licenciatura em Economia*

### DIREÇÃO DA EQUIPA

Auditoras Chefes

**Anabela Gonçalves Pereira dos Santos**

*Licenciatura em Direito*

**Ana Teresa Oliveira dos Santos**

*Licenciatura em Auditoria*

### EQUIPA DE AUDITORIA

Inspetora

**Ana Maria Pereira Carvalho Veríssimo**

*Licenciatura em Direito*

Técnica Verificadora Superior

**Paula Dias Camacho Conde**

*Mestrado em Auditoria*



# Tribunal de Contas

## 5.6. MAPAS DE APOIO AO RELATÓRIO

### Mapa I - AMOSTRA DA RECEITA

Unidade: Euro

RECEITA 2014 Códigos/Agrupamentos	UNIVERSO		AMOSTRA	
	Valor	%	Valor	%
04.00.00 - Taxas, multas e outras penalidades	648.720,18	13%	223.452,06	34%
06.00.00 - Transferências correntes	2.767.874,50	55%	0,00	0%
07.00.00 - Venda de bens e serviços correntes	498.939,58	10%	498.939,58	100%
08.00.00 - Outras receitas correntes	34.532,63	1%	34.532,63	100%
15.00.00 - Reposições não abatidas nos pagamentos	247,08	0%	0,00	0%
16.00.00 - Saldo da gerência anterior	1.059.668,63	21%	1.059.668,63	100%
<b>Total Geral</b>	<b>5.009.982,60</b>	<b>100%</b>	<b>1.816.592,90</b>	<b>36%</b>

Fonte: Relação de documentos de receita 2014

### Mapa II - AMOSTRA DA DESPESA

Unidade: Euro

DESPESA 2014 Códigos Agrupamentos	UNIVERSO		AMOSTRA	
	Valor	%	Valor	%
010000 - Despesas com o pessoal	2.700.948,90	69,2%	1.275.047,60	47,2%
020000 - Aquisição de bens e serviços	931.784,67	23,9%	781.106,11	83,8%
040000 - Transferências correntes	8.495,00	0,2%	0,00	0,0%
060000 - Outras despesas correntes	35.762,57	0,9%	91,15	0,3%
070000 - Aquisição de bens de capital	224.777,56	5,8%	199.337,96	88,7%
<b>Total</b>	<b>3.901.768,70</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.255.582,82</b>	<b>57,8%</b>

Fonte: Relação de documentos de despesa 2014

### Mapa III- ORGANOGRAMA DA ENIDH



Fonte: Manual de Controlo Interno





# Tribunal de Contas

## Mapa IV – ÓRGÃOS COMPETÊNCIAS

ÓRGÃOS	COMPETÊNCIAS	ESTATUTOS
CONSELHO GERAL	Apreciação dos atos do Presidente e do Conselho de Gestão, apresentação de iniciativas consideradas necessárias ao bom funcionamento da ENIDH e desempenho das demais funções previstas na lei ou nos estatutos. Compete-lhe, ainda, sob proposta do Presidente aprovar as linhas gerais de orientação da ENIDH no plano científico, pedagógico, financeiro e patrimonial; aprovar os planos anuais de actividades e apreciar o relatório anual das actividades; aprovar a proposta de orçamento; aprovar as contas anuais consolidadas, acompanhadas do parecer do fiscal único e fixar as propinas devidas pelos estudantes.	Arts. 26.º a 37.º
PRESIDENTE	Órgão superior de governo e de representação externa da Escola bem como da condução política do mesmo, presidindo, ainda, ao Conselho de Gestão.	Arts. 38.º a 45.º
CONSELHO DE GESTÃO	Condução da gestão administrativa, patrimonial e financeira da ENIDH bem como da gestão dos recursos humanos.	Arts. 46.º e 47.º
CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO	Apreciação do plano de actividades científicas e de ensino da ENIDH, proposta ou pronúncia sobre a criação, alteração, suspensão ou extinção de ciclos de estudos e aprovação dos respetivos planos e dos regimes de transição entre estes.	Arts. 48.º a 50.º
CONSELHO PEDAGÓGICO	Pronúncia sobre questões pedagógicas, métodos de ensino e de avaliação bem como aprovação das orientações pedagógicas e dos métodos de ensino e de avaliação.	Arts. 51.º a 57.º
CONSELHO DE CERTIFICAÇÃO MARÍTIMA	Garantia do cumprimento de normativos, nacionais ou internacionais, regulamentadores da atividade marítimo – portuária e emissão de parecer em todas as matérias marítimo-portuárias.	Arts. 58.º a 63.º
CONSELHO PARA A AVALIAÇÃO DE QUALIDADE	Definição estratégica das políticas institucionais de avaliação e qualidade a prosseguir pela ENIDH, bem como, coordenar e verificar a implementação e aptidão do Sistema Interno de Garantia de Qualidade.	Arts. 64.º a 66.º

## Mapa V - DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

DESPACHO/ DELIBERAÇÃO	PUBLICAÇÃO	DELEGANTE/ SUBDELEGANTE	DELEGADO/ SUBDELEGADO	OBJETO
3087/2014	DR n.º 38, II Série Série, de 24 de fevereiro	Secretário de Estado do Ensino Superior	Professor Doutor Luís Filipe Baptista- Presidente	Autorizar a contratação, o procedimento, a adjudicação e as despesas inerentes a empreitadas de obras públicas e locação e aquisição de bens e serviços cujo valor global não ultrapasse o limite de 3 740 984€, com exclusão da aprovação de programas preliminares e projetos de execução para empreitadas de valor superior a 2 500 000€, com exclusão da aprovação de programas preliminares e projetos de execução.
				Autorizar a contratação, o procedimento, a adjudicação e as despesas inerentes a empreitadas de obras públicas, relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados cujo valor global não ultrapasse o limite de 20 000 000€ com exclusão da aprovação de programas preliminares e projetos de execução para empreitadas de valor superior a 2 500 000€.
6930/2014	DR n.º 101, II Série, de 27 de maio	Presidente	Professor Doutor Victor Manuel dos Reis Franco Correia Vice-presidente	Orientar e superintender na gestão administrativa e financeira da ENIDH, assegurando a eficiência no emprego dos seus meios e recursos.
11/PRES/2014	1 de junho de 2014	Presidente	Administradora	Autorizar despesas e pagamentos e autorizar aquisição de bens e serviços.
15/PRES/2014	25 de julho de 2014	Presidente	Professor Doutor Victor Franco Vice-presidente	Autorizar despesas e pagamentos e autorizar aquisição de bens e serviços.
Deliberação n.º 853/2016	DR n.º 96, II Série de 18 de maio	Conselho de Gestão	Presidente, Vice-presidente (Professor Doutor Victor Manuel dos Reis Franco Correia) e Administradora	Autorizar a contratação, o procedimento, a adjudicação e as despesas inerentes a empreitadas de obras públicas e locação e aquisição de bens e serviços, incluindo a aprovação de projetos de execução para empreitadas até ao montante máximo de 200 000€.
3404/2017	DR n.º 79, II Série de 21 de abril	Presidente	Professor Doutor Victor Franco Vice-presidente	Autorizar despesas e pagamentos e autorizar aquisição de bens e serviços (com ratificação dos atos praticados desde 17/1/2014).
3462/2017	DR n.º 80, II Série de 24 de abril	Presidente	Administradora	Autorizar despesas e pagamentos e autorizar aquisição de bens e serviços (com ratificação dos atos praticados desde 1/2/2014).



# Tribunal de Contas

## Mapa VI – OFERTAS FORMATIVAS

DESCRIÇÃO CURSO	2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015		VAR (%)		VAR (%)	
	N.º ALUNOS	N.º DIPLOM	N.º ALUNOS	N.º DIPLOM	N.º ALUNOS	N.º DIPLOM	N.º ALUNOS	N.º DIPLOM	(2013/2015)		(2011/2015)	
									N.º ALUNOS	N.º DIPLOM	N.º ALUNOS	N.º DIPLOM
<b>LICENCIATURAS</b>												
Pilotagem	89	23	104	19	126	21	128	38	2%	81%	44%	65%
Engenharia Máquinas Marítimas	78	9	81	17	78	12	86	13	10%	8%	10%	44%
Engenharia Máquinas Marítimas-Noturno	50	1	56	8	74	9	65	11	-12%	22%	30%	1000%
Engenharia Sistemas Eletrónicos Marítimos	49	4	37	4	29	9	31	7	7%	-22%	-37%	75%
Gestão Transportes e Logística	78	21	92	13	122	14	134	29	10%	107%	72%	38%
Gestão Portuária	58	10	77	13	79	9	86	16	9%	78%	48%	60%
<b>TOTAL - LICENCIATURAS</b>	<b>402</b>	<b>68</b>	<b>447</b>	<b>74</b>	<b>508</b>	<b>74</b>	<b>530</b>	<b>114</b>	<b>4%</b>	<b>54%</b>	<b>32%</b>	<b>68%</b>
<b>MESTRADOS</b>												
Engenharia Máquinas Marítimas	32	2	32	2	37	1	34	1	-8%	0%	6%	-50%
Pilotagem	16	1	17	0	19	0	31	0	63%	-	94%	-100%
Gestão Portuária	32	9	41	5	46	3	18	8	-61%	167%	-44%	-11%
Sistemas Eletrónicos Marítimos	17	2	19	0	15	0	14	0	-7%	-	-18%	-100%
<b>TOTAL - MESTRADOS</b>	<b>97</b>	<b>14</b>	<b>109</b>	<b>7</b>	<b>117</b>	<b>4</b>	<b>97</b>	<b>9</b>	<b>-17%</b>	<b>125%</b>	<b>0%</b>	<b>-36%</b>
<b>CURSOS ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA</b>												
Manutenção Mecânica Naval	21	2	22	2	39	7	41	9	5%	29%	95%	350%
Exploração Transporte Rodoviário Mercadorias	19	2	24	1	25	3	11	2	-56%	-33%	-42%	0%
Eletrónica e Automação Naval	21	4	25	6	37	10	30	11	-19%	10%	43%	175%
<b>TOTAL - CURSOS ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA</b>	<b>61</b>	<b>8</b>	<b>71</b>	<b>9</b>	<b>101</b>	<b>20</b>	<b>82</b>	<b>22</b>	<b>-19%</b>	<b>10%</b>	<b>34%</b>	<b>175%</b>
<b>TOTAL LICENCIATURAS + MESTRADOS + CET</b>	<b>560</b>	<b>90</b>	<b>627</b>	<b>90</b>	<b>726</b>	<b>98</b>	<b>709</b>	<b>145</b>	<b>-2%</b>	<b>48%</b>	<b>27%</b>	<b>61%</b>
<b>UC ISOLADAS</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>59</b>	<b>-</b>	<b>35</b>	<b>-</b>	<b>-41%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DE ESTUDANTES</b>	<b>560</b>	<b>90</b>	<b>635</b>	<b>90</b>	<b>785</b>	<b>98</b>	<b>744</b>	<b>145</b>	<b>-5%</b>	<b>48%</b>	<b>33%</b>	<b>61%</b>

Fonte: Relatórios de Gestão e Atividades 2014/2015  
Diplom- Diplomados

## Mapa VII – ATIVIDADE CEFE

DESCRIÇÃO	ANOS							TOTAL	VAR % (2014/2013)	VAR % (2014/2008)
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014			
N.º DE AÇÕES	84	102	72	37	17	33	67	412	103%	-20%
N.º DE FORMANDOS	812	1085	480	258	121	282	746	3784	165%	-8%
FATURAÇÃO (€)	226.828,70	240.358,90	141.864,00	106.962,00	49.592,00	57.119,00	93.035,00	915.759,60	63%	-59%

Fonte: Relatórios Atividades 2009/2015 do CEFE



# Tribunal de Contas

## Mapa VIII – RECEITA E DESPESA SAS – 2014

RECEITA		DESPESA	
Alojamento	85.663,36	Funcionamento	187.494,02
Alimentação	29.525,40	Pessoal	53.586,71
		Investimentos	2.135,11
		Conservação de Bens e Edifícios	9.150,66
<b>Total</b>	<b>115.188,76</b>	<b>Total</b>	<b>252.366,50</b>
	<b>Saldo</b>		<b>(137.177,74)</b>

Fonte: Relatório de Gestão 2014

## Mapa IX – RECURSOS HUMANOS – 31-12-2014

RELAÇÃO DE PESSOAL POR CARREIRA E TIPO DE VÍNCULO	CTFP POR TEMPO INDETERMINADO	CTFP A TERMO RESOLUTIVO CERTO	COMISSÃO DE SERVIÇO	TOTAL	%
DIREÇÃO- PRESIDENTE (A)			1	1	1,04%
DIREÇÃO – VICE-PRESIDENTES (B)			2	2	2,08%
DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º GRAU (EQUIPARADO) (C)			1	1	1,04%
TÉCNICO SUPERIOR	4			4	4,17%
ASSISTENTE TÉCNICO	15			15	15,63%
ASSISTENTE OPERACIONAL	4			4	4,17%
INFORMÁTICO	1			1	1,04%
DOCENTE	16	52		68	70,83%
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>52</b>	<b>4</b>	<b>96</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Balanço Social 2014

(A) Homologada a eleição do Presidente, por despacho do SEES, de 27 de dezembro de 2013, nos termos da alínea d) do n.º2 do art.º 27.º e n.º 1 do art.º 86.º da Lei nº62/2007, de 10 de setembro, ex vi do disposto no n.º 1 do art.º 93.º do mesmo diploma e art.º 40.º dos Estatutos da ENIDH e publicado sob o N.º 258/2014, no DR n.º 4, 2.ª Série, de 7 de janeiro.

(B) Nomeados, por despacho do Presidente, de 17 de janeiro de 2014, nos termos do n.º 1 do art.º 88.º, n.º 2 do art.º 90.º e n.º1 n.º 1 do art.º 91.º da Lei nº62/2007, de 10 de setembro do art.º 42.º dos Estatutos da ENIDH, e publicado sob o N.º 5305/2014, no DR n.º 74, 2.ª Série, de 15 de abril.

(C) Nomeada, por despacho do Presidente, de 3 de fevereiro de 2014, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º 92.º da Lei nº62/2007, de 10 de setembro e da alínea i) do art.º 39.º dos Estatutos da ENIDH, não publicado no DR.

## Mapa X – CARACTERIZAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE EM 31-12-2014

Pessoal Docente	CTFP a termo resolutivo certo	CTFP por tempo indeterminado	Total Geral	%
<u>Dedicação Exclusiva</u>	9	16	25	36,76%
Professor - Adjunto	0	16	16	23,53%
Professor - Adjunto (Equiparado)	9	0	9	13,24%
<u>Tempo Integral</u>	6	0	6	8,82%
Professor - Adjunto (Equiparado)	6	0	6	8,82%
<u>Tempo Parcial</u>	37	0	37	54,41%
Tempo Parcial - 70%	1	0	1	1,47%
Professor - Adjunto (Equiparado)	1	0	1	1,47%
Tempo Parcial - 60%	4	0	4	5,88%
Professor - Adjunto (Equiparado)	4	0	4	5,88%
Tempo Parcial - 50%	15	0	15	22,06%
Assistente do 2º triénio	5	0	5	7,35%
Assistente do 2º triénio (com grau)	5	0	5	7,35%
Professor - Adjunto (Equiparado)	5	0	5	7,35%
Tempo Parcial - 40%	3	0	3	4,41%
Assistente do 2º triénio	1	0	1	1,47%
Professor - Adjunto (Equiparado)	2	0	2	2,94%
Tempo Parcial - 30%	11	0	11	16,18%
Assistente do 2º triénio	5	0	5	7,35%
Professor - Adjunto (Equiparado)	6	0	6	8,82%
Tempo Parcial - 20%	3	0	3	4,41%
Assistente do 2º Triénio	2	0	2	2,94%
Professor - Adjunto (Equiparado)	1	0	1	1,47%
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>16</b>	<b>68</b>	<b>100%</b>

Fonte: Serviço de Recursos Humanos da ENIDH



# Tribunal de Contas

## Mapa XI – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	
Reserva	Os edifícios e terreno onde a Escola se encontra instalada, não estão relevados na contabilidade. Tal situação não é alheia ao facto de a Escola não dispor de título de utilização válidos e juridicamente regularizados, que lhe confira posse ou direito de uso de tais imóveis. Para além disso, o reconhecimento destes ativos requer a existência de uma avaliação, a ser efetuada por peritos independentes, para determinar o seu justo valor.  Devido aos custos que envolveria, é entendimento do Conselho de Gestão que, presentemente, a contratação de uma avaliação não é oportuna. Apesar de todas estas considerações, entendemos que a omissão destes Imóveis desvirtua a leitura das demonstrações financeiras. Assim, consideramos que o Imobilizado e o Património da Escola se encontram subavaliados por um valor que não nos foi possível determinar.

## Mapa XII – Recomendações formuladas no relatório de auditoria da IGEC

RECOMENDAÇÕES	AValiação PELA EQUIPA DE AUDITORIA DO TdC	PONTOS DO RELATÓRIO ONDE É TRATADA A MATÉRIA
1. Implemente, a breve prazo, um manual de procedimentos, onde constem as regras (tendo em especial conta a segregação de funções), os procedimentos, os circuitos e os canais de comunicação que já existem informalmente e que permitem assegurar o regular e contínuo exercício das funções e atribuições cometidas em cada uma das áreas de atuação ao nível dos Serviços da ENIDH;	Acolhida parcialmente	2.4.1
2. Estabeleça uma contabilidade analítica, que assegure a informação necessária a uma política de gestão que contemple centros de atividades/resultados, na linha do preconizado pelo POC-Educação;	Não acolhida	2.2.2
3. Regularize as situações relativas ao património da Escola Náutica, promovendo quer o registo predial e cadastral do Imobiliário, quer a inventariação dos bens móveis, bem como a necessária relevação contabilística dos valores que lhe estão associados nas demonstrações financeiras;	Não acolhida	2.5.1
4. Melhore os procedimentos existentes e que estão subjacentes às atividades relacionadas com a emissão, acompanhamento e controlo da faturação subjacente às receitas próprias captadas em resultado de alugueres de espaços e de serviços/estudos/outros trabalhos de natureza académica e científica;	Acolhida parcialmente	2.5.2.2
5. Processe os vencimentos dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente em conformidade com a categoria profissional que detêm ao nível da carreira docente politécnica, acrescida do suplemento remuneratório previsto no DL n.º 388/90, de 10 de Dezembro, e o cargo de Administrador por equiparação ao de ações financeiras; Diretor de Serviços, de acordo com o n.º 1 do artigo 2.º do DL n.º 129/97, de 24 de Maio;	Acolhida	2.5.3.1.1
6. Instrua, nos exatos termos legais, todos os processos tendo em vista a atribuição do subsídio familiar a crianças e jovens;	Acolhida	2.5.5.1
7. Implemente um procedimento de acompanhamento e controlo da execução dos contratos a termo de docentes, de molde a que fiquem inviabilizados pagamentos indevidos como os detetados nesta auditoria;	Acolhida	2.5.5.2
8. Cumpra, de forma plena, a legislação aplicável aos procedimentos concursais para pessoal não docente;	---	a)
9. Instrua devidamente os processos individuais do pessoal, para que estes contenham informação de cariz oficial atualizada sobre os trabalhadores;	Acolhida	2.4.1
10. Proceda, para as situações constantes deste relatório nos pontos conclusivos 92.2. i, iii e iv., à recuperação dos valores indevidamente pagos a trabalhadores, nos termos do artigo 36º do DL n.º 155/92, de 28/07. Tal ação terá ainda de contemplar, obrigatoriamente, o apuramento, por parte dos Serviços da ENIDH, dos valores a repor por parte dos docentes que tenham quebrado o regime de dedicação exclusiva em resultado da sua atividade junto do CEFE para os anos de 2011, 2009, 2008 e 2007;	Acolhida b)	2.5.3.1.2
11. Adeque o funcionamento do CEFE à sua natureza de unidade científico pedagógico da ENIDH, dotando-o de um regulamento interno;	Acolhida	2.5.3.1.2
12. Cumpra, de forma plena, a regulamentação existente para a Aquisição de Bens e Serviços (ABS), assim como a conformação das questões atrás enunciadas, em sede de conclusões, face ao estatuído no CCP;	Acolhida parcialmente	2.5.3.2
13. Elabore um "regulamento de prestação de serviço dos docentes", dando, assim, cumprimento ao artigo 38.º do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, republicado pelo DL n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterado por apreciação parlamentar, pela Lei 7/2010, de 13 de Maio;	Acolhida	2.5.3.1.2
14. Atentas as competências estatutárias, próprias ou delegadas, dos diversos órgãos da ENIDH, no que respeita à gestão dos recursos docentes, e atentas as especificidades científicas e pedagógicas das necessidades em presença, proceda à distribuição do serviço docente, no respeito escrupuloso do estatuído no ECPDESP e legislação conexa, de forma a rentabilizar os recursos disponíveis, assegurando o necessário equilíbrio nas horas de serviço letivo atribuído aos docentes;	Fora do âmbito da auditoria	-
15. Preencha o REBIDES com todos os docentes que ministram ensino na instituição, "independentemente da natureza da relação em que assente o desenvolvimento" dessa atividade", dando cumprimento escrupuloso aos artigos 1.º e 2.º do DL n.º 15/96, de 6 de março;	Acolhida	c)
16. Enquadre todos os colaboradores externos pagos a recibos verdes a lecionar na ENIDH nas modalidades de contratação, regimes de exercício de funções e categorias profissionais previstas no ECPDESP;	Acolhida	d)
17. Cesse, de imediato, o recurso às prestações de serviço, por parte dos docentes da ENIDH em regime de dedicação exclusiva, em resultado da lecionação e/ou coordenação de cursos de formação profissional promovidos pelo CEFE.	Acolhida	2.5.3.1.2

- a) Não se verificou, no ano de exercício, a abertura de procedimentos concursais de pessoal não docente.  
b) Eventuais situações de recuperação dos valores indevidamente pagos a trabalhadores, nos anos de 2011, 2010, 2009, 2008 e 2007, nos termos do art.º 36º do DL n.º 155/92, de 28/07, estariam prescritas de acordo com o art.º 40.º do mesmo diploma.  
c) Todos os docentes que ministram ensino na instituição estão incluídos na lista definitiva do Rebides14 (cfr. documento extraído da Plataforma de Recolha de Informação do ensino Superior (PRIES)).  
d) No ano de exercício não existiam colaboradores externos pagos a recibos verdes a lecionar na ENIDH.



# Tribunal de Contas

## Mapa XIII – EVOLUÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (2013-2014)

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	2013				2014				VARIACÃO 2013/2014
	PREVISÕES INICIAIS	PREVISÕES CORRIGIDAS	EXECUÇÃO		PREVISÕES INICIAIS	PREVISÕES CORRIGIDAS	EXECUÇÃO		
			VALOR	%			VALOR	%	
04 Taxas, multas e outras penalidades	568.500,00	658.500,00	651.000,59	98,86%	603.000,00	633.450,00	648.720,18	102,41%	-0,35
06 Transferências Correntes	2.611.888,00	2.833.420,00	2.766.766,44	97,65%	2.645.842,00	2.779.396,00	2.767.874,50	99,59%	0,04
07 Venda de bens e serviços correntes	512.040,00	532.040,00	443.519,60	83,36%	436.594,00	537.894,00	498.939,58	92,76%	12,50
08 Outras receitas correntes	1.000,00	37.000,00	36.805,57	99,47%	25.000,00	35.000,00	34.532,63	98,66%	-6,18
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	1.000,00	1.000,00	139,56	13,96%	1.000,00	250,00	247,08	98,83%	77,04
Saldo da gerência anterior	0,00	1.123.388,42	1.123.387,49	100,00%	0,00	1.059.668,00	1.059.668,63	100,00%	-5,67
<b>TOTAL</b>	<b>3.694.428,00</b>	<b>5.185.348,42</b>	<b>5.021.619,25</b>	<b>96,84%</b>	<b>3.711.436,00</b>	<b>5.045.658,00</b>	<b>5.009.982,60</b>	<b>99,29%</b>	<b>-0,23</b>

Fonte: Mapa do Controlo Orçamental e das modificações orçamentais da Receita

## Mapa XIV – EVOLUÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (2013-2014)

Unidade: Euros

DESCRIÇÃO	2013				2014				VARIACÃO 2013/2014
	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO		ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO		
			VALOR	%			VALOR	%	
01 Despesas c/ pessoal	2 677 383,00	2 926 205,00	2 855 781,71	98%	2 547 401,00	3 012 827,57	2 700 948,90	90%	-5,4
02 Aquisição bens e serviços correntes	913 225,00	981 995,00	851 182,45	87%	890 058,00	1 085 156,11	931 784,67	86%	9,47
04 Transferências correntes	22 000,00	31 880,00	22 343,70	70%	15 500,00	18 750,00	8 495,00	45%	-61,98
06 Outras despesas correntes	50 161,00	50 961,00	50 192,20	98%	53 500,00	38 000,00	35 762,57	94%	-28,75
07 Aquisição de bens de capital	31 301,00	358 021,00	202 640,51	57%	190 094,00	786 041,32	224 777,56	29%	10,92
<b>TOTAL GLOBAL</b>	<b>3 694 070,00</b>	<b>4 349 062,00</b>	<b>3 982 140,57</b>	<b>92%</b>	<b>3 696 553,00</b>	<b>4 940 775,00</b>	<b>3 901 768,70</b>	<b>79%</b>	<b>-2,02</b>

Fonte: Mapa do Controlo Orçamental e das modificações orçamentais da despesa

## Mapa XV – BALANÇO (2013-2014)

Unidade: Euro

ATIVO LÍQUIDO	2014		2013		Variação (%) 2014/2013
	Valor	%	Valor	%	
<b>Imobilizado</b>	<b>856.808</b>	<b>34%</b>	<b>911.989</b>	<b>33%</b>	<b>-6,1%</b>
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	856.808	34%	911.989	33%	-6,1%
<b>Circulante</b>	<b>1.633.927</b>	<b>65%</b>	<b>1.824.034</b>	<b>67%</b>	<b>-10,4%</b>
<i>Cientes</i>	58.120	2%	142.229	5%	-59,1%
<i>Alunos</i>	385.831	15%	381.616	14%	1,1%
<i>Estado e Outros Entes Públicos</i>	0	0%	2.752	0%	-100,0%
<i>Outros Devedores</i>	0	0%	31	0%	-100,0%
<i>Disponibilidades</i>	1.189.976	48%	1.297.406	47%	-8,3%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	5.206	0%	5.052	0%	3,0%
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>2.495.940</b>	<b>100%</b>	<b>2.741.075</b>	<b>100%</b>	<b>-8,9%</b>
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2014		2013		Variação (%) 2014/2013
	Valor	%	Valor	%	
<b>Fundos Próprios</b>	<b>1.638.931</b>	<b>65,7%</b>	<b>1.783.477</b>	<b>65,1%</b>	<b>-8,1%</b>
<i>Património</i>	1.724.823	69,1%	1.724.823	62,9%	0,0%
<i>Resultados Transitados</i>	58.653	2,3%	356.343	13,0%	-83,5%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	-144.545	-5,8%	-297.690	-10,9%	-51,4%
<b>Passivo</b>	<b>857.009</b>	<b>34,3%</b>	<b>957.598</b>	<b>34,9%</b>	<b>-10,5%</b>
<i>Fornecedores c/C</i>	9.294	0,4%	24.860	0,9%	-62,6%
<i>Fornecedores imobilizado c/c</i>	0	0,0%	123.997	4,5%	-100,0%
<i>Estado e Outros Entes Públicos</i>	71.408	2,9%	79.744	2,9%	-10,5%
<i>Outros Credores</i>	0	0,0%	3.894	0,1%	-100,0%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	776.307	31,1%	725.103	26,5%	7,1%
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS + PASSIVO</b>	<b>2.495.940</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.741.075</b>	<b>100,0%</b>	<b>-8,9%</b>

Fonte: Balanço 2014 (Relatório de Gestão)



# Tribunal de Contas

## Mapa XVI – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (2013-2014)

Unidade: Euro

PROVEITOS / CUSTOS	2014		2013		Variação (%)
	Valor	%	Valor	%	2014/2013
Vendas e Prestação de Serviços	252.585	6,6%	168.061	4,4%	50,3%
Impostos e Taxas	677.669	17,6%	681.489	17,9%	-0,6%
Proveitos Suplementares	142.332	3,7%	161.912	4,3%	-12,1%
Transferências e Subsídios Correntes	2.767.875	71,8%	2.766.766	72,8%	0,0%
Outros Proveitos e ganhos Operacionais	0	0,0%	0	0,0%	-
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>3.840.461</b>	<b>99,6%</b>	<b>3.778.227</b>	<b>99,4%</b>	<b>1,6%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	0	0,0%	0	0,0%	-
<b>Proveitos Correntes</b>	<b>3.840.461</b>	<b>99,6%</b>	<b>3.778.227</b>	<b>99,4%</b>	<b>1,6%</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	15.347	0,4%	23.232	0,6%	-33,9%
<b>TOTAL DOS PROVEITOS</b>	<b>3.855.808</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.801.459</b>	<b>100%</b>	<b>1,4%</b>
CMVMC	3.024	0,1%	1.257	0,0%	140,6%
FSE	942.796	23,6%	831.433	20,3%	13,4%
Custos c/ pessoal	2.743.151	68,6%	2.972.335	72,5%	-7,7%
Transferências correntes	4.735	0,1%	14.501	0,4%	-67,3%
Amortizações e provisões	268.375	6,7%	223.697	5,5%	20,0%
Provisões do Exercício	25.156	0,6%	19.660	0,5%	28,0%
Outros Custos e Perdas Operacionais	6.751	0,2%	20.353	0,5%	-66,8%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>3.993.987</b>	<b>99,8%</b>	<b>4.083.236</b>	<b>99,6%</b>	<b>-2,2%</b>
Custos e Perdas Financeiras	2.166	0,1%	1.828	0,0%	18,5%
<b>Custos Correntes</b>	<b>3.996.152</b>	<b>99,9%</b>	<b>4.085.064</b>	<b>99,7%</b>	<b>-2,2%</b>
Custos e Perdas Extraordinárias	4.201	0,1%	14.085	0,3%	-70,2%
<b>TOTAL DOS CUSTOS</b>	<b>4.000.353</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.099.149</b>	<b>100%</b>	<b>-2,4%</b>
RESULTADOS	2014		2013		Variação (%)
Resultados Operacionais	-153.526		-305.009		-49,7%
Resultados Financeiros	-2.166		-1.828		18,5%
Resultados Correntes	-155.691		-306.837		-49,3%
Resultados Extraordinários	11.146		9.147		21,9%
Resultado Líquido do Exercício	-144.545		-297.690		-51,4%

Fonte: Demonstrações de Resultados 2014 (Relatório de Gest)

## Mapa XVII – DESPESAS PAGAS POR FUNDO DE MANEIO EM 2014

Unidade: Euro

NÚMERO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	DATA DOCUMENTO	VALOR
0000002	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	16-01-2014	100,00
0000002	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	16-01-2014	10,00
0000002	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	16-01-2014	80,00
0000002	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	16-01-2014	30,00
0000002	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	16-01-2014	80,00
0000002	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	16-01-2014	100,00
0000002	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	16-01-2014	50,00
0000002	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	16-01-2014	50,00
0000073	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000003	05-03-2014	108,00
0000073	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000003	05-03-2014	207,54
0000073	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000003	05-03-2014	129,21
0000140	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000004	28-03-2014	26,20
0000140	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000004	28-03-2014	122,19
0000140	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000004	28-03-2014	17,90
0000140	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000004	28-03-2014	237,60
0000203	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000005	11-04-2014	30,00
0000203	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000005	11-04-2014	223,77
0000203	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000005	11-04-2014	115,38
0000254	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000006	12-05-2014	250,00
0000254	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000006	12-05-2014	73,48
0000254	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000006	12-05-2014	12,99
0000254	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000006	12-05-2014	25,00
0000254	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000006	12-05-2014	73,92
0000278	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000007	27-05-2014	60,99
0000278	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000007	27-05-2014	274,22
0000278	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000007	27-05-2014	40,00
0000008	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	13-08-2014	50,00



# Tribunal de Contas

NÚMERO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	DATA DOCUMENTO	VALOR
0000008	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	13-08-2014	100,00
0000008	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	13-08-2014	50,00
0000008	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	13-08-2014	150,00
0000008	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	13-08-2014	50,00
0000008	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	13-08-2014	100,00
0000506	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000009	29-08-2014	86,16
0000506	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000009	29-08-2014	18,33
0000506	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000009	29-08-2014	87,96
0000506	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000009	29-08-2014	228,98
0000506	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000009	29-08-2014	102,30
0000506	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000009	29-08-2014	127,80
0000506	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000009	29-08-2014	50,00
0000011	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	30-09-2014	-100,00
0000011	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	30-09-2014	-100,00
0000012	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	06-10-2014	200,00
0000596	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000010	07-10-2014	39,00
0000596	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000010	07-10-2014	4,00
0000596	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000010	07-10-2014	256,57
0000596	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000010	07-10-2014	80,00
0000596	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000010	07-10-2014	249,65
0000726	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000013	26-11-2014	54,65
0000726	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000013	26-11-2014	151,34
0000726	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000013	26-11-2014	107,73
0000726	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000013	26-11-2014	278,67
0000726	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000013	26-11-2014	17,75
0000726	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000013	26-11-2014	2,00
0000726	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000013	26-11-2014	13,00
0000014	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	31-12-2014	-100,00
0000902	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000014	31-12-2014	63,50
0000014	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	31-12-2014	-60,00
0000902	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000014	31-12-2014	19,99
0000014	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	31-12-2014	-80,00
0000902	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000014	31-12-2014	82,35
0000014	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	31-12-2014	-80,00
0000014	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	31-12-2014	-230,00
0000902	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000014	31-12-2014	487,94
0000014	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	31-12-2014	-100,00
0000902	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000014	31-12-2014	120,00
0000014	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	31-12-2014	-100,00
0000014	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	31-12-2014	-50,00
0000014	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	---	31-12-2014	-200,00
0000902	Odília Maria Baptista Gonçalves dos Santos	0000014	31-12-2014	62,90

4820,96

## Mapa XVIII – PROTOCOLOS GERADORES DE RECEITA EM 2014

Unidade: Euro

NÚMERO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	DATA DOCUMENTO	VALOR	DATA RECEBIMENTO
0000112	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000043	06-09-2013	13.530,00	07-05-2014
0000114	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000048	15-10-2013	13.530,00	07-05-2014
0000115	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000055	08-11-2013	13.530,00	07-05-2014
0000118	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000064	05-12-2013	13.530,00	07-05-2014
0000196	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000008	10-02-2014	13.530,00	25-07-2014
0000344	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000012	06-03-2014	13.530,00	25-07-2014
0000557	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000017	08-04-2014	13.530,00	25-07-2014
0000697	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000019	06-05-2014	13.530,00	25-07-2014
0000979	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000025	09-06-2014	13.530,00	25-07-2014
0001242	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000040	17-07-2014	13.530,00	10-10-2014
0001279	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000041	23-07-2014	1.562,10	25-07-2014
0001342	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000045	06-08-2014	13.530,00	10-10-2014
0001463	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000048	03-09-2014	13.530,00	31-10-2014
0001725	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000051	09-10-2014	13.530,00	30-12-2014
0002065	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000068	04-12-2014	5.079,90	30-12-2014
0000106	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000023	07-05-2013	110,60	25-07-2014
0000112	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000043	06-09-2013	387,00	07-05-2014
0000114	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000048	15-10-2013	387,00	07-05-2014



# Tribunal de Contas

NÚMERO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	DATA DOCUMENTO	VALOR	DATA RECEBIMENTO
0000115	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000055	08-11-2013	387,00	07-05-2014
0000118	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000064	05-12-2013	387,00	07-05-2014
0000196	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000008	10-02-2014	387,00	25-07-2014
0000344	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000012	06-03-2014	387,00	25-07-2014
0000557	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000017	08-04-2014	387,00	25-07-2014
0000697	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000019	06-05-2014	387,00	25-07-2014
0000979	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000025	09-06-2014	387,00	25-07-2014
0000994	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000028	09-06-2014	2.927,00	17-07-2014
0000995	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000029	09-06-2014	2.611,00	17-07-2014
0000996	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000030	09-06-2014	2.880,00	17-07-2014
0000997	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000031	09-06-2014	4.022,50	17-07-2014
0001150	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000033	03-07-2014	3.121,00	17-07-2014
0001151	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000034	03-07-2014	3.321,50	17-07-2014
0001242	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000040	17-07-2014	387,00	10-10-2014
0001279	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000041	23-07-2014	387,00	25-07-2014
0001342	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000045	06-08-2014	387,00	10-10-2014
0001463	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000048	03-09-2014	387,00	31-10-2014
0001725	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000051	09-10-2014	387,00	30-12-2014
0002065	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000068	04-12-2014	387,00	30-12-2014
0000110	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000041	08-08-2013	7.408,86	07-05-2014
0000111	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000042	08-08-2013	1.441,60	07-05-2014
0000116	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000056	08-11-2013	1.709,13	07-05-2014
0000117	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000057	08-11-2013	1.206,89	07-05-2014
0000399	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000013	12-03-2014	3.817,55	25-07-2014
0000400	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000014	12-03-2014	1.827,08	25-07-2014
0000991	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000026	09-06-2014	5.447,46	25-07-2014
0000992	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000027	09-06-2014	1.012,28	25-07-2014
0001350	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000046	07-08-2014	1.476,26	10-10-2014
0001351	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000047	07-08-2014	544,80	10-10-2014
0001779	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000056	20-10-2014	1.166,84	02-12-2014
0001780	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	0000057	20-10-2014	723,88	02-12-2014
0000123	Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	0000004	13-01-2014	7.515,67	20-03-2014
0000206	Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	0000009	11-02-2014	1.897,39	20-03-2014
0000119	Euro Atlantic Airways	0000065	10-12-2013	1.000,00	31-01-2014
0000122	Euro Atlantic Airways	0000001	08-01-2014	1.000,00	25-02-2014
0000140	Euro Atlantic Airways	0000005	03-02-2014	1.350,00	25-02-2014
0000698	Euro Atlantic Airways	0000020	06-05-2014	1.350,00	05-06-2014
0000699	Euro Atlantic Airways	0000021	06-05-2014	1.000,00	05-06-2014
0001185	Euro Atlantic Airways	0000037	08-07-2014	1.350,00	26-08-2014
0001305	Euro Atlantic Airways	0000042	29-07-2014	1.350,00	03-12-2014
0001306	Euro Atlantic Airways	0000043	29-07-2014	1.000,00	03-12-2014
0001759	Euro Atlantic Airways	0000055	15-10-2014	430,50	03-12-2014
0001022	General Maritime Management (Portugal), LDA	0000032	17-06-2014	11.999,88	07-07-2014
0001189	General Maritime Management (Portugal), LDA	0000038	08-07-2014	12.000,00	16-07-2014
0002064	IAPMEI - Parcerias para o Crescimento	0000067	04-12-2014	3.690,00	29-12-2014
0001184	IFA - Instituto de Formação Aeronáutica, Ldº	0000036	08-07-2014	553,50	16-07-2014
0000398	Portos dos Açores, SA	0000059	14-11-2012	1.303,80	17-03-2014
0001792	Svitzer Portugal - Reboques Marítimos SA	0001047	22-10-2014	550,00	22-10-2014
0000054	TDGI, Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	0000062	21-11-2013	615,00	14-01-2014
0001308	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	0000044	29-07-2014	4.400,00	22-09-2014
0001889	Caixa Geral de Depósitos	0000062	06-11-2014	5.000,00	31-12-2014
			TOTAL	294.468,97	





# Tribunal de Contas

## Mapa XIX – PAGAMENTOS RELATIVOS A ALTERAÇÃO DO REGIME REMUNERATÓRIO

Cargo	N.º Mecanográfico	Nome	Ano	Mês	DIFERENÇAS APURADAS			Autorização da Despesa	Autorização do Pagamento	
					(Vencimento Base, Despesas de Representação)				Por ação	Por omissão
					Valor pago	Valor devido	Diferença a repor ilíquida			
Administrador	206	Luis Manuel Lameiro Santos	2009	Julho	3.298,47	3.298,46	0,01	a)	b)	
Administrador	206	Luis Manuel Lameiro Santos	2009	Agosto	3.540,48	3.298,46	242,02	a)	b)	
Administrador	206	Luis Manuel Lameiro Santos	2009	Setembro	3.485,18	3.298,46	186,72	a)	b)	
Administrador	206	Luis Manuel Lameiro Santos	2009	Outubro	4.598,96	3.298,46	1.300,50	a)	b)	
Administrador	206	Luis Manuel Lameiro Santos	2009	Novembro	6.659,12	6.285,71	373,41	a)	b)	
Administrador	206	Luis Manuel Lameiro Santos	2009	Dezembro	3.485,17	3.298,46	186,71	a)	b)	
Administrador	206	Luis Manuel Lameiro Santos	2010	Janeiro	3.485,17	3.298,46	186,71	a)		c)
Administrador	206	Luis Manuel Lameiro Santos	2010	Fevereiro	3.485,17	3.298,46	186,71	a)		c)
Administrador	206	Luis Manuel Lameiro Santos	2010	Março	3.485,17	3.298,46	186,71	a)		c)
Administrador	206	Luis Manuel Lameiro Santos	2010	Abril	3.485,17	3.298,46	186,71	a)		c)
Administrador	206	Luis Manuel Lameiro Santos	2010	Maió	3.485,17	3.298,46	186,71	a)		c)
				<b>Sub-total</b>	<b>42.493,23</b>	<b>39.270,31</b>	<b>3.222,92</b>	a)		
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2011	Dezembro	3.406,51	3.001,63	404,88	a)		c)
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2012	Janeiro	3.406,51	3.001,63	404,88	a)	d)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2012	Fevereiro	3.406,51	3.001,63	404,88	a)	d)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2012	Março	3.406,51	3.001,63	404,88	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2012	Abril	3.406,51	3.001,63	404,88	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2012	Maió	3.406,51	3.001,63	404,88	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2012	Junho	3.406,51	3.001,63	404,88	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2012	Julho	3.406,51	3.001,63	404,88	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2012	Agosto	3.406,51	3.001,63	404,88	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2012	Setembro	3.406,51	3.001,63	404,88	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2012	Outubro	3.406,51	3.001,63	404,88	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2012	Novembro	3.406,51	3.001,63	404,88	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2012	Dezembro	3.406,51	3.001,63	404,88	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2013	Janeiro	3.646,28	3.228,17	418,11	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2013	Fevereiro	3.646,28	3.228,17	418,11	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2013	Março	3.646,28	3.228,17	418,11	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2013	Abril	3.646,28	3.228,17	418,11	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2013	Maió	3.646,28	3.228,17	418,11	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2013	Junho	3.646,28	3.228,17	418,11	a)	e)	
Administrador	248	Maria Cristina de Figueiredo da Costa e Silva	2013	Julho	3.646,28	3.228,17	418,11	a)	e)	
				<b>Sub-total</b>	<b>69.808,59</b>	<b>61.618,38</b>	<b>8.190,21</b>	a)		
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2010	Junho	7.387,37	6.285,71	1.101,66	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2010	Julho	3.485,17	3.298,46	186,71	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2010	Agosto	4.575,35	3.298,46	1.276,89	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2010	Setembro	3.757,75	3.298,46	459,29	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2010	Outubro	3.757,75	3.298,46	459,29	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2010	Novembro	6.931,70	6.285,71	645,99	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2010	Dezembro	3.757,75	3.298,46	459,29	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2011	Janeiro	3.406,51	3.020,71	385,8	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2011	Fevereiro	3.406,51	3.020,71	385,8	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2011	Março	3.406,51	3.020,71	385,8	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2011	Abril	3.406,51	3.020,71	385,8	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2011	Maió	3.406,51	3.020,71	385,8	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2011	Junho	6.322,64	5.780,00	542,64	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2011	Julho	3.406,51	3.020,71	385,8	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2011	Agosto	3.406,51	3.020,71	385,8	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2011	Setembro	3.406,51	3.020,71	385,8	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2011	Outubro	3.406,51	3.020,71	385,8	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2011	Novembro	6.322,64	5.780,00	542,64	a)		c)
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2013	Agosto	2.951,03	3.034,00	-82,97		f)	
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2013	Setembro	4.133,24	3.248,69	884,55		f)	
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2013	Outubro	3.646,28	3.248,63	397,65		f)	
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2013	Novembro	5.085,25	4.707,63	377,62		f)	
Administrador	223	Ana Patrícia de Carvalho Pinto Braz Gonçalves	2013	Dezembro	3.623,87	3.248,69	375,18		f)	
				<b>Sub-total</b>	<b>96.396,38</b>	<b>70.844,11</b>	<b>11.098,63</b>			
				<b>TOTAL</b>	<b>208.698,20</b>	<b>171.732,80</b>	<b>22.511,76</b>			

Valor repostado pelo ex-Administrador Dr. Luis Manuel Lameiro Santos

3.222,92€

Valor considerado para apuramento de eventual responsabilidade financeira reintegratória

19.288,84€

a) CG em funções em 2009: Abel Amorim; Carlos Coutinho; Luis Santos; Eduardo Martins.

b) CG em funções em 2009: Abel Amorim; Carlos Coutinho; Luis Santos; Eduardo Martins.

c) Por omissão – Atenta a informação da Administradora, constante de e-mail, que se transcreve: «não consegu[ir] encontrar as pastas com os respetivos PAPs de vencimentos referentes aos anos 2010 e 2011». A responsabilidade é assim imputada, solidariamente a todos os membros do CG, por omissão (n.º 2 do art.º 70.º da Lei de Enquadramento Orçamental conjugado com o n.º 1 do art.º 95 da Lei n.º 62/2007, de 10.09.).

CG em funções em 2010 e 2011:

- De 01-01-2010 a 31-12-2011 Abel Amorim; Carlos Coutinho; Luis Mendonça; Eduardo Martins

- De 01-01-2010 a 06-12-2011 Eduardo Martins

- De 01-01-2010 a 17-05-2010 Luis Santos

- De 18-05-2010 a 06-11-2011 Ana Patrícia Braz Gonçalves

- De 01-12-2011 a 31-12-2011 Maria Cristina Costa e Silva

d) Assinaturas não identificadas

e) Maria Cristina Costa e Silva

f) Ana Patrícia de Carvalho Braz Gonçalves



# Tribunal de Contas

## Mapa XX – Reclamações apresentadas pelos ex-administradores

<b>Luís Lameiro Santos</b>
Requerimento ao Presidente da ENIDH para anulação da intimação para reposição de valores- Com fundamento na «prescrição da obrigatoriedade de reposição nos termos do n.º 1 do artigo 40.º do DL n.º 155/92, de 28 de junho (...)» por terem decorrido cinco anos após o recebimento das quantias e, alegando que «nenhuma das notificações efetuadas podem ser consideradas como ações de interrupção ou suspensão da prescrição conforme disposto no n.º 2 do artigo 40.º do DL n.º 155/92, de 28 de junho». Por ofício de 14/12/2015 <a href="#">Sem resposta por parte da ENIDH</a>
<b>Cristina Costa e Silva</b>
Reclamação do ato pelo qual foi ordenada a reposição - Ao abrigo do disposto nos art.ºs 184.º n.º 1 a), 186.º n.º 1 a) e 191.º n.ºs 1 e 3 do CPA «aplicável aos procedimentos pendentes, Cf. Dec-lei citado [DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro], art.º 8.º n.º 1)» alegando que «os atos constitutivos de direitos à obtenção de prestações periódicas, no âmbito de uma relação continuada podem ser objeto de anulação administrativa no prazo de cinco anos, <u>mas apenas com eficácia para o futuro</u> (...)» pelo que «nesses casos, cessa o recebimento de novas prestações mas não há lugar à reposição das auferidas até á anulação». Em 22 /12/2015 <a href="#">Sem resposta por parte da ENIDH</a>
Exposição e requerimento ao Presidente da ENIDH -Reage contra a omissão de apreciação e decisão da reclamação, por si apresentada, em 22 /12/2015, « (...) o que, para além de constituir inobservância do prazo estabelecido no n.º 2 do art.º 192.º do CPA, viola o princípio da decisão, consagrado no art.º 13.º do mesmo CPA, uma vez que a Administração encontra-se., no caso, incontestavelmente vinculada ao dever de decidir» e solicita que «seja emitida pronúncia acerca do mérito da reclamação em causa e em termos que (...) consistam na anulação administrativa do acto ordenador da reposição da quantia [de 4 947,14 €]» Em 29/3/2016 <a href="#">Sem resposta por parte da ENIDH</a>
<b>Patrícia Pinto Brás</b>
Requerimento para a suspensão da execução do ato que ordenou a reposição dos valores exigidos- Ao abrigo do disposto nos art.º 184.º e sgs.do CPA, alegando a exiguidade de rendimentos na família pelo que «a execução do ato causaria prejuízos irreparáveis, ou de muito difícil reparação (...)» ao que acresce «a suspensão do ato não [causar] prejuízo irreparável ou de grande gravidade para o interesse público» e considerar estarem reunidos os pressupostos previstos no art.º 162.º, n.º s 2 e 4 do CPA. Em 21 /12/2015 <a href="#">A ENIDH, pelo ofício n.º160, de 3 de fevereiro 2016, comunica Deliberação de 29-1-2016, do CG, de indeferimento por «lapso manifesto na invocação das normas [que fundamentam o pedido]», por não ter sido «apresentada nenhuma impugnação administrativa (designadamente reclamação)» e por não se conhecer «outro fundamento legal que permita à Escola suspender [ a deliberação do CG]».</a>



# Tribunal de Contas

## Mapa XXI – Impugnações contenciosas apresentadas pelas ex-administradoras

AUTOR	FORMAS DE PROCESSO	OBJETO	DESPACHO/SENTENÇA
<b>Cristina Costa e Silva</b>	Providência cautelar de suspensão de eficácia – Como incidente de Ação Administrativa  Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra. Processo n.º 510/16.8 BESNT- A»-19/4/2016	Impugnação do «ato administrativo notificado por ofício de 26.11.2015, através do qual se procedeu à quantificação do montante a repor e se ordenou a reposição da quantia de € 4 947,14 (...)»	Sentença proferida nos autos «Deferindo a providência requerida, determina-se a suspensão da eficácia do Despacho do Presidente da Escola Náutica Infante D. Henrique que obriga à reposição da quantia no valor total de € 4 947,14 (...)» Em 6/6/2016  A ação administrativa foi decidida em 9/5/2017, como se transcreve: “o litígio dos autos encontra-se resolvido pelo próprio legislador, [DL n.º 65/2016, de 21 de outubro] (...) In casu, ocorreu uma alteração legislativa que regulou definitivamente o quadro jurídico aplicável ao litígio dos autos (...) Verificando-se a inutilidade superveniente da lide, declaro a extinção da instância (art.º 277.º al e) do CPC.º a)
<b>Patrícia Pinto Brás</b>	Ação administrativa especial  Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada- Processo n.º 963/14.9 BELSB  (Contra Ministério da Educação e Ciência)  Em recurso: Tribunal Central Administrativo Sul- Processo N.º 12728/15, 2.º Juízo-1.ª secção	Do despacho homologatório do SEES exarado no Relatório de Auditoria da IGEC.  O Tribunal Administrativo de Almada sufragou a tese de que só o despacho do Presidente que ordenasse a reposição seria sindicável judicialmente, julgando improcedente a acção.	A ação administrativa foi decidida em recurso pelo TCA-Sul, em 16/2/2017, como se transcreve: «(...) face à publicação do DL n.º 65/2016, de 21 de outubro, que procedeu à confirmação do entendimento adotado pelas instituições de ensino superior politécnico quanto ao regime remuneratório dos presidentes e vice-presidentes das escolas superiores politécnicas não integradas (...) resulta efetivamente ocorrer inutilidade da lide» julgando-se, assim, « extinta a presente instância por inutilidade superveniente da lide- art.º 277.º al e) do CPC novo, ex vi do artigo 1.º do CPTA, artigo 27.º n.º 1, alínea e) do CPTA e artigo 652.º n.º 1 alínea h) do CPC novo, ex vi dos artigos 1.º e 140.º do CPTA.»
	Ação administrativa especial contra ENIDH  Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada- Processo n.º 194/16.3 BEALM-A-25/2/2016  Em recurso: Tribunal Central Administrativo Sul- Processo N.º 12728/15, 2.º Juízo-1.ª secção	Para «anulação de ato administrativo, ferido do vício de violação do art.º 167.º do CPA, por errada interpretação das normas do DL n.º 212/97, de 16 de Agosto e por inobservância dos princípios da igualdade e do salário igual para trabalho igual, consagrados nos art.ºs 13.º e 59.º n.º 1 al.a) da CRP, bem como o dever de zelo, por prolongada inércia na superação de omissão legislativa, relativamente à alegada falta de regulamentação prevista no art.º 107.º do RJIES.»	Ainda não foi proferida sentença b)
	Providência cautelar de suspensão da eficácia de ato administrativo -Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada- Processo n.º 194/16.3 BEALM-A-26/2/2016	Impugnação do ato administrativo que determinou a reposição de quantias no valor de € 10 097,30.	Sentença proferida nos autos: « (...) julga-se o pedido cautelar procedente e, em consequência, suspende-se a eficácia do despacho do Presidente da Escola Superior Náutica Infante D. Henrique que determinou que a requerente procedesse à reposição da quantia de €10.097,30». Em 14/4/2016

a) Conforme ofício do TAF Sintra, Ref.ª 005769015, de 4 de julho de 2017.

b) Conforme ofício do TAF Almada, Ref.ª 005489021, de 17 de julho de 2017.



# Tribunal de Contas

## Mapa XXII – CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL MINISTRADOS POR DOCENTES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA SUPOSTOS EM CONTRATOS OU PROTOCOLOS

Unidade: Euro

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Contratos/ Protocolos	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2009	87	7/6 a 8/6/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	World Cruises Agency	266,00		16/11/2009
2009	87	7/6 a 8/6/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	World Cruises Agency	30,00		16/11/2009
2009	87	3/9 a 5/9/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	World Cruises Agency	266,00		16/11/2009
2009	87	3/9 a 5/9/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	World Cruises Agency	15,00		16/11/2009
2009	87	23/7 a 24/7/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	SIMAR-Shipmanagement Services, Lda	266,00		16/11/2009
2009	87	23/7 a 24/7/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	SIMAR-Shipmanagement Services, Lda	30,00		16/11/2009
2009	87	23/7 a 24/7/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	SIMAR-Shipmanagement Services, Lda	266,00		16/11/2009
2009	87	23/7 a 24/7/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	SIMAR-Shipmanagement Services, Lda	30,00		16/11/2009
2009	87	20/6 a 23/6/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	SIMAR-Shipmanagement Services, Lda	703,00	19	16/11/2009
2009	87	20/6 a 23/6/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	SIMAR-Shipmanagement Services, Lda	45,00		16/11/2009
2009	87	20/7 a 22/7/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	SIMAR-Shipmanagement Services, Lda	703,00	19	16/11/2009
2009	87	20/7 a 22/7/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	SIMAR-Shipmanagement Services, Lda	45,00		16/11/2009
2009	87	9/6 a 11/6/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	World Cruises Agency	703,00	19	16/11/2009
2009	87	9/6 a 11/6/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	World Cruises Agency	45,00		16/11/2009
2009	87	1/9 a 2/9/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	World Cruises Agency	190,00	5	16/11/2009
2009	87	1/9 a 2/9/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	World Cruises Agency	30,00		16/11/2009
2009	87	06/06/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	World Cruises Agency	190,00	5	16/11/2009
2009	87	06/06/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	World Cruises Agency	30,00		16/11/2009
2009	87	20/10 a 24/10/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS)	104,50	3	09/03/2009
2009	87	20/10 a 24/10/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS)	30,00		09/03/2009
2009	87	10/11 a 14/11/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS)	104,50	3	09/03/2009
2009	87	10/11 a 14/11/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS)	30,00		09/03/2009
2009	87	15/12 a 19/12/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS)	104,50	3	09/03/2009
2009	87	15/12 a 19/12/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS)	50,00		09/03/2009
2009	87	12/12/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	World Cruises Agency	190,00	5	08/05/2009
2009	87	12/12/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	World Cruises Agency	30,00		08/05/2009
2009	87	12/12 a 13/12/2008	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	World Cruises Agency	703,00	19	08/05/2009
2009	87	12/12 a 13/12/2008	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	World Cruises Agency	30,00		08/05/2009
2009	87	14/12/2008	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	World Cruises Agency	266,00	7	08/05/2009
2009	87	14/12/2008	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	World Cruises Agency	15,00		08/05/2009
2009	87	18/3 a 20/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	STEERMAR	306,00		08/05/2009
2009	87	18/3 a 20/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	STEERMAR	34,00		08/05/2009
2009	87	23/3 a 26/3/2009	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	STEERMAR	874,00	24	08/05/2009
2009	87	23/3 a 26/3/2009	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	STEERMAR	45,00		08/05/2009



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Contratos/ Protocolos	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2009	87	26/03/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	STEERMAR	185,00		08/05/2009
2009	87	26/03/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	STEERMAR	13,00		08/05/2009
2009	87	16/3 a 18/3/2009	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	STEERMAR	458,00		08/05/2009
2009	87	16/3 a 18/3/2009	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	STEERMAR	65,00		08/05/2009
2009	87	08/03/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Atlantico Line	266,00	7	01/07/2009
2009	87	08/03/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Atlantico Line	30,00		01/07/2009
2009	87	5/3 a 6/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Atlantico Line	266,00	9	01/07/2009
2009	87	5/3 a 6/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Atlantico Line	30,00		01/07/2009
2009	87	07/03/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Atlantico Line	266,00	7	01/07/2009
2009	87	07/03/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Atlantico Line	30,00		01/07/2009
2009	87	5/3 a 6/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Atlantico Line	380,00	10	01/07/2009
2009	87	5/3 a 6/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Atlantico Line	45,00		01/07/2009
2009	16	6/7 a 10/7/2009	Curso Observador de Radar	Transtejo	275,50	8	18/11/2009
2009	16	5/3 a 6/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Atlantico Line	323,00	9	01/07/2009
2009	16	5/3 a 6/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Atlantico Line	361,00	10	01/07/2009
2009	44	20/10 a 24/10/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setubal e Sesimbra (APSS)	114,00	4	09/03/2009
2009	44	10/11 a 14/11/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setubal e Sesimbra (APSS)	180,50	6	09/03/2009
2009	44	15/12 a 19/12/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setubal e Sesimbra (APSS)	247,00	8	09/03/2009
2009	27	23/7 a 24/7/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	SIMAR-Shipmanagement Services, Lda	30,00		28/10/2009
2009	27	23/7 a 24/7/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	SIMAR-Shipmanagement Services, Lda	30,00		28/10/2009
2009	27	7/6 a 8/6/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	World Cruises Agency	30,00		28/10/2009
2009	27	6/7 a 10/7/2009	Curso Observador de Radar	Transtejo	304,00	9	28/10/2009
2009	27	6/7 a 10/7/2009	Curso Observador de Radar	Transtejo	30,00		28/10/2009
2009	27	20/6 a 23/6/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	SIMAR-Shipmanagement Services, Lda	45,00		28/10/2009
2009	27	20/7 a 22/7/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	SIMAR-Shipmanagement Services, Lda	45,00		28/10/2009
2009	27	9/6 a 11/6/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	World Cruises Agency	45,00		28/10/2009
2009	27	06/06/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	World Cruises Agency	30,00		28/10/2009
2009	27	1/9 a 2/9/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	World Cruises Agency	30,00		18/11/2009
2009	27	3/9 a 5/9/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	World Cruises Agency	15,00		18/11/2009
2009	27	20/10 a 24/10/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setubal e Sesimbra (APSS)	399,00	12	09/03/2009
2009	27	20/10 a 24/10/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setubal e Sesimbra (APSS)	30,00		09/03/2009
2009	27	10/11 a 14/11/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setubal e Sesimbra (APSS)	294,50	9	09/03/2009
2009	27	10/11 a 14/11/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setubal e Sesimbra (APSS)	30,00		09/03/2009
2009	27	15/12 a 19/12/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setubal e Sesimbra (APSS)	247,00	8	09/03/2009
2009	27	15/12 a 19/12/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setubal e Sesimbra (APSS)	50,00		09/03/2009
2009	27	12/12/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	World Cruises Agency	30,00		08/05/2009
2009	27	12/12 a 13/12/2008	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	World Cruises Agency	30,00		08/05/2009
2009	27	14/12/2008	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	World Cruises Agency	15,00		08/05/2009



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Contratos/ Protocolos	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2009	27	18/3 a 20/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	STEERMAR	34,00		08/05/2009
2009	27	23/3 a 26/3/2009	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	STEERMAR	45,00		08/05/2009
2009	27	26/03/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	STEERMAR	13,00		08/05/2009
2009	27		Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	STEERMAR	65,00		08/05/2009
2009	27	07/03/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Atlantico Line	30,00		01/07/2009
2009	27	08/03/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Atlantico Line	30,00		01/07/2009
2009	27	5/3 a 6/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Atlantico Line	45,00		01/07/2009
2009	27	5/3 a 6/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Atlantico Line	45,00		01/07/2009
2009	184	6/7 a 10/7/2009	Curso Observador de Radar	Transtejo	275,50	8	16/11/2009
2009	184	6/7 a 10/7/2009	Curso de Observador de Radar	Transtejo	30,00		16/11/2009
2009	184	20/10 a 24/10/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS)	171,00	6	09/03/2009
2009	184	10/11 a 14/11/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS)	247,00	8	09/03/2009
2009	184	15/12 a 19/12/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS)	190,00	8	09/03/2009
2009	42	30/06/2009	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	180,00	6	09/12/2009
2009	42	31/07/2009	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	180,00	6	09/12/2009
2009	42	13/05/2009	Curso Espaços Confinados	ITN- Instituto de Tecnologias Náuticas	120,00	4	09/12/2009
2009	42	10/3 a 14/5/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	600,00	15	09/12/2009
2009	42	5/4 a 4/6/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	600,00	15	09/12/2009
2009	42	29/4 a 29/5/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	600,00	15	09/12/2009
2009	42	16/09/2009	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	90,00		09/12/2009
2009	42	13/10/2009	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	90,00		09/12/2009
2009	42	18/3 a 20/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	STEERMAR	96,00		07/05/2009
2009	42	19/1 a 26/3/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	Inscrição direta de formandos	360,00	15	01/07/2009
2009	42	21/11/2008 a 6/3/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	Inscrição direta de formandos	360,00	15	01/07/2009
2009	42	18/03/2009	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	180,00		01/07/2009
2009	150	16/3 a 18/3/2009	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	STEERMAR	458,00		08/05/2009
2009	79	1/9 a 9/9/2009	Curso Especialização em Navios-Tanque Químicos	Mare Maritime, SA	152,00		09/12/2009
2009	59	1/9 a 9/9/2009	Curso Especialização em Navios-Tanque Químicos	Mare Maritime, SA	54,00		28/10/2009
2009	59	06/06/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	World Cruises Agency	10,00		28/10/2009
2009	59	23/7 a 24/7/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	SIMAR- Shipmanagement Services, Lda	14,00		28/10/2009
2009	59	23/7 a 24/7/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	SIMAR- Shipmanagement Services, Lda	14,00		28/10/2009
2009	59	7/6 a 8/6/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	World Cruises Agency	14,00		28/10/2009
2009	59	13/05/2009	Curso Espaços Confinados	ITN- Instituto de Tecnologias Náuticas	30,00		28/10/2009
2009	59	20/7 a 23/7/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	SIMAR- Shipmanagement Services, Lda	37,50		28/10/2009
2009	59	20/7 a 22/7/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	SIMAR- Shipmanagement	37,50		28/10/2009



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Contratos/ Protocolos	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
				Services, Lda			
2009	59	9/6 a 11/6/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	World Cruises Agency	38,00		28/10/2009
2009	59	6/7 a 10/7/2009	Curso Observador de Radar	Transtejo	37,50		28/10/2009
2009	59	30/06/2009	Curso de combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	30,00		28/10/2009
2009	59	31/07/2009	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	30,00		28/10/2009
2009	59	3/5 a 5/5/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	World Cruises Agency	10,00		09/12/2009
2009	59	1/9 a 2/9/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	World Cruises Agency	10,00		09/12/2009
2009	59	16/09/2009	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	20,00		09/12/2009
2009	59	13/10/2009	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	30,00		09/12/2009
2009	59	10/5 a 14/5/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	480,00	21	09/12/2009
2009	59	10/5 a 14/5/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	160,00	4	09/12/2009
2009	59	6/4 a 4/6/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	480,00	12	09/12/2009
2009	59	6/4 a 4/6/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	160,00	4	09/12/2009
2009	59	29/4 a 4/6/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	480,00	12	09/12/2009
2009	59	29/4 a 4/6/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	160,00	4	09/12/2009
2009	59	23/10 a 24/10/2008	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	World Cruises Agency	15,00		10/02/2009
2009	59	20/10 a 24/10/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS)	30,00		09/03/2009
2009	59	10/11 a 14/11/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS)	30,00		09/03/2009
2009	59	15 a 19/12/2008	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS)	30,00		09/03/2009
2009	59	17/11/2008 a 22/01/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	480,00	12	30/03/2009
2009	59	12/12/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	World Cruises Agency	10,00		08/05/2009
2009	59	12/12 a 13/12/2008	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	World Cruises Agency	38,00		08/05/2009
2009	59	14/12/2008	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	World Cruises Agency	14,00		08/05/2009
2009	59	18 a 20/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	STEERMAR	30,00		08/05/2009
2009	59	23/3 a 26/3/2009	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	STEERMAR	36,00		08/05/2009
2009	59	26/03/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	STEERMAR	10,00		08/05/2009
2009	59	16 a 18/03/2009	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	STEERMAR	55,00		08/05/2009
2009	59	07/03/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Atlantico Line	14,00		01/07/2009
2009	59	5/3 a 6/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Atlantico Line	38,00		01/07/2009
2009	59	18/03/2009	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	30,00		01/07/2009
2009	59	5/3 a 6/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Atlantico Line	38,00		01/07/2009
2009	59	08/03/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Atlantico Line	14,00		01/07/2009
2009	54	18/3 a 20/3/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	STEERMAR	76,00		08/05/2009
2009	57	29/4 a 29/5/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a	240,00	6	09/12/2009



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Contratos/ Protocolos	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
				Indústria Térmica, Energia e Ambiente			
2009	57	6/4 a 4/6/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	240,00	6	09/12/2009
2009	57	10/4 a 14/5/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	240,00	6	09/12/2009
2009	57		Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	300,00	7,5	30/03/2009
2010	87	27/11 a 28/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	87	29/11 a 30/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	87	1/12 a 2/12/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	87	24/11 a 28/11/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	Costa Maritime Campus	190,00	5	30/04/2010
2010	87	24/11 a 28/11/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	87	29/11 a 30/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	190,00	5	30/04/2010
2010	87	29/11 a 30/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	87	3/12 a 4/12/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	190,00	5	30/04/2010
2010	87	3/12 a 4/12/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	87	2/12 a 5/12/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Costa Maritime Campus	703,00	19	30/04/2010
2010	87	2/12 a 5/12/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Costa Maritime Campus	45,00		30/04/2010
2010	87	5/12 a 7/12/2009	Curso Segurança de Passageiros	Costa Maritime Campus	342,00		30/04/2010
2010	87	5/12 a 7/12/2009	Curso Segurança de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	87	27/11 a 1/12/2009	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	Costa Maritime Campus	874,00	24	30/04/2010
2010	87	27/11 a 1/12/2009	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	Costa Maritime Campus	45,00		30/04/2010
2010	87	2/12 a 3/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	266,00		30/04/2010
2010	87	2/12 a 3/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	87	2/12 a 3/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	266,00		30/04/2010
2010	87	4/12 a 5/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	87	6/12 a 7/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	266,00		30/04/2010
2010	87	6/12 a 7/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	87	27/11 a 29/11/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	266,00		30/04/2010
2010	87	27/11 a 29/11/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	87	14/7 a 17/7/2010	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Porto Santo Line	760,00	19	23/08/2010
2010	87	14/7 a 17/7/2010	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Porto Santo Line	60,00		23/08/2010
2010	87	18/7 a 19/7/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Porto Santo Line	280,00	7	23/08/2010
2010	87	18/7 a 19/7/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Porto Santo Line	40,00		23/08/2010
2010	27	27/11 a 28/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	190,00	5	30/04/2010
2010	27	27/11 a 28/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	27	29/11 a 30/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	190,00	5	30/04/2010
2010	27	29/11 a 30/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	27	1/12 a 2/12/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	Costa Maritime Campus	190,00	5	30/04/2010
2010	27	1/12 a 2/12/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	27	27/11 a 28/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	27	29/11 a 30/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	27	3/12 a 4/12/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	27	2/12 a 5/12/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Costa Maritime Campus	45,00		30/04/2010





# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Contratos/ Protocolos	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2010	27	5/12 a 7/12/2009	Curso Segurança de Passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	27	27/11 a 1/12/2009	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	Costa Maritime Campus	45,00		30/04/2010
2010	27	2/12 a 3/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	27	4/12 a 5/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	27	6/12 a 7/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	27	27/11 a 29/11/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	30,00		30/04/2010
2010	42	21/05/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	200,00		23/08/2010
2010	42	7/9 a 5/11/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	600,00	15	05/07/2010
2010	42	20/10 a 17/12/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	600,00	15	05/07/2010
2010	42	25/1 a 25/3/2010	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	600,00	15	05/07/2010
2010	42	23/03/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	200,00		10/05/2010
2010	42	04/02/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	200,00		10/05/2010
2010	42	09/06/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	Euro Atlantic Airways	280,00		19/11/2010
2010	42	12/08/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	Euro Atlantic Airways	360,00		19/11/2010
2010	42	13/07/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	200,00		19/11/2010
2010	42	21/05/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	200,00		30/09/2010
2010	79	7/9 a 5/11/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	600,00	15	05/07/2010
2010	59	27/11 a 28/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	10,00		30/04/2010
2010	59	29/11 a 30/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	10,00		30/04/2010
2010	59	1/12 a 2/12/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	Costa Maritime Campus	10,00		30/04/2010
2010	59	27/11 a 28/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	10,00		30/04/2010
2010	59	29/11 a 30/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	10,00		30/04/2010
2010	59	3/12 a 4/12/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	Costa Maritime Campus	10,00		30/04/2010
2010	59	2/12 a 5/12/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Costa Maritime Campus	38,00		30/04/2010
2010	59	5/12 a 7/12/2009	Curso Segurança de Passageiros	Costa Maritime Campus	18,00		30/04/2010
2010	59	27/11 a 1/12/2009	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	Costa Maritime Campus	36,00		30/04/2010
2010	59	4/12 a 5/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	14,00		30/04/2010
2010	59	27/11 a 29/11/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	14,00		30/04/2010
2010	59	6/12 a 7/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	14,00		30/04/2010
2010	59	04/02/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	40,00		30/04/2010
2010	59	25/1 a 1/2/2010	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	Administração do Departamento de pilotagem do Porto de Lisboa	60,00		14/07/2010
2010	59	8/2 a 12/2/2010	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	Administração do Departamento de pilotagem do Porto de Lisboa	60,00		14/07/2010
2010	59	18/7 a 19/7/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Porto Santo Line	40,00		23/08/2010
2010	59	14/7 a 17/7/2010	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	Porto Santo Line	60,00		23/08/2010



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Contratos/ Protocolos	Valor bruto	N.º Horas	Data PAP
2010	59	21/05/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	40,00		23/08/2010
2010	59	6/4 a 4/6/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	480,00	12	05/07/2010
2010	59	6/4 a 4/6/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	160,00	4	05/07/2010
2010	59	20/10 a 17/12/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	480,00	12	05/07/2010
2010	59	20/10 a 17/12/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	240,00	6	05/07/2010
2010	59	25/1 a 25/3/2010	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	480,00	12	05/07/2010
2010	59	25/1 a 25/3/2010	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	240,00	6	05/07/2010
2010	59	2/12 a 3/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	Costa Maritime Campus	14,00		10/05/2010
2010	59	04/02/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	40,00		10/05/2010
2010	59	13/07/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	40,00		26/10/2010
2010	59	09/06/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	Euro Atlantic Airways	60,00		26/10/2010
2010	59	12/08/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	Euro Atlantic Airways	60,00		26/10/2010
2010	59	19/10/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	Euro Atlantic Airways	60,00		19/11/2010
2010	59	08/10/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	60,00		19/11/2010
2010	59	05/08/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	120,00		19/11/2010
2010	59	31/08/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	IFA- Instituto de Formação Aeronáutica	120,00		19/11/2010
2010	59	01/10/2010	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers- Combate a incêndios e Treino em Piscina	Euro Atlantic Airways	60,00		19/11/2010
2010	57	6/4 a 4/6/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	240,00	6	05/07/2010
2010	57	25/1 a 25/3/2010	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	240,00	6	05/07/2010
2010	57	20/10 a 17/12/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	APIEF - Centro de Formação para a Indústria Térmica, Energia e Ambiente	240,00	6	05/07/2010
2010	40	25/1 a 1/2/2010	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	Administração do Departamento de pilotagem do Porto de Lisboa	2 000,00	50	14/07/2010
2010	40	25/1 a 1/2/2010	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	Administração do Departamento de pilotagem do Porto de Lisboa	120,00		14/07/2010
2010	40	8/2 a 12/2/2010	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	Administração do Departamento de pilotagem do Porto de Lisboa	2 000,00	50	14/07/2010
2010	40	8/2 a 12/2/2010	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	Administração do Departamento de pilotagem do Porto de Lisboa	120,00		14/07/2010
2011	87	29/11/2010	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	Steermar - Shipmanagement Services, LDA.	264,00	7	28/02/2011
2011	87	29/11/2010	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	Steermar - Shipmanagement Services, LDA.	10,00		28/02/2011



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecnográfico	Data	Descrição da ação	Contratos/ Protocolos	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2011	87	07/12/2010 06:00	Curso de Gestão de Crise e Comportamento Humano	SIMAR- Shipmanagement Services.Lda.	427,00	20	28/02/2011
2011	87	07/12/2010 06:00	Curso de Gestão de Crise e Comportamento Humano	SIMAR- Shipmanagement Services.Lda.	40,00		28/02/2011
2011	87	25/07 a 28/07/2011	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	Steer- mar - Shipmanagement Services, LDA.	760,00	19	01/09/2011
2011	87	25/07 a 28/07/2011	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	Steer- mar - Shipmanagement Services, LDA.	60,00		01/09/2011
2011	87	29/07 a 30/07/2011	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	SIMAR- Shipmanagement Services, Lda.	280,00	7	01/09/2011
2011	87	29/07 a 30/07/2011	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	SIMAR- Shipmanagement Services, Lda.	40,00		01/09/2011
2011	27	29/11/2010	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	Porto Santo Line- Steer- mar - Shipmanagement Services, LDA.	10,00		28/02/2011
2011	27	25/07 a 28/07/2	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	Steer- mar - Shipmanagement Services, LDA.	60,00		01/09/2011
2011	27	29/07 a 30/07/2011	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	SIMAR Shipmanagement Services, Lda.	40,00		01/09/2011
2011	42	10/02/2011	Curso de formação de combate a incêndios e treinos em piscina	Instituto de Formação Aeronáutica	120,00		01/04/2011
2011	42	10/02/2011	Curso de formação de combate a incêndios e treinos em piscina	Instituto de Formação Aeronáutica	40,00		01/04/2011
2011	42	16/02/2011	Curso <i>Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers</i>	Euro Atlantic Airways	300,00	4	01/04/2011
2011	42	16/02/2011	Curso <i>Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers</i>	Euro Atlantic Airways	80,00		01/04/2011
2011	42	14/04/2011	Curso <i>Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers</i>	Euro Atlantic Airways	340,00	6	01/05/2011
2011	42	14/04/2011	Curso <i>Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers</i>	Euro Atlantic Airways	80,00		01/05/2011
2011	42	31/03/2011	Curso de formação de combate a incêndios e treinos em piscina	Instituto de Formação Aeronáutica	200,00	4	01/05/2011
2011	42	31/03/2011	Curso de formação de combate a incêndios e treinos em piscina	Instituto de Formação Aeronáutica	60,00		01/05/2011
2011	42	31/03/2011	Curso de formação de combate a incêndios e treinos em piscina	Instituto de Formação Aeronáutica	120,00	4	01/07/2011
2011	42	31/03/2011	Curso de formação de combate a incêndios e treinos em piscina	Instituto de Formação Aeronáutica	40,00		01/07/2011
2011	42	26/08/2011	Curso de formação de combate a incêndios e treinos em piscina	Instituto de Formação Aeronáutica	200,00		01/11/2011
2011	42	26/08/2011	Curso de formação de combate a incêndios e treinos em piscina	Instituto de Formação Aeronáutica	60,00		01/11/2011
2011	150	2/12 a 3/12/2010	Curso de Familiarização em navios Ro-Ro de passageiros	Porto Santo Line	568,40	20	28/02/2011
2011	150	2/12 a 3/12/2010	Curso de Familiarização em navios Ro-Ro de passageiros	Porto Santo Line	40,60		28/02/2011
2011	150	17/7 a 23/7/2011	Curso de Familiarização em navios Ro-Ro de passageiros	Porto Santo Line	800,00	20	01/10/2011
2011	150	17/7 a 23/7/2011	Curso de Familiarização em navios Ro-Ro de passageiros	Porto Santo Line	120,00		
2011	59	2/12 a 3/12/2010	Curso de Familiarização em navios Ro-Ro de passageiros	Porto Santo Line	40,60		28/02/2011
2011	59	29/11/2010	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	Steer- mar - Shipmanagement Services, LDA.	10,00		28/02/2011
2011	59	6/12 a 7/12/2010	Curso de Gestão de Crise e Comportamento Humano	SIMAR- Shipmanagement Services.Lda.	20,00		28/02/2011
2011	59		Curso <i>Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers</i>	Euro Atlantic Airways	60,00		01/04/2011
2011	59		Curso de formação de combate a incêndios e treinos em piscina	Instituto de Formação Aeronáutica	40,00		01/04/2011
2011	59	14/4/2011	Curso <i>Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers</i>	Euro Atlantic Airways	80,00		01/05/2011
2011	59	31/03/2011	Curso de formação de combate a incêndios e treinos em piscina	Instituto de Formação Aeronáutica	60,00		01/05/2011
2011	59	31/03/2011	Curso de formação de combate a incêndios e treinos em piscina	Instituto de Formação Aeronáutica	40,00		01/07/2011



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Contratos/ Protocolos	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2011	59	25/7 a 28/7/2011	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	Steemar - Shipmanagement Services, LDA.	60,00		01/09/2011
2011	59	29/7 a 30/7/2011	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	SIMAR- Shipmanagement Services, Lda.	40,00		01/09/2011
2011	59	17/7 a 23/7/2011	Curso de Familiarização em navios Ro-Ro de passageiros	Empresa Porto Santo Line	60,00		01/11/2011
2011	59	26/08/2011	Curso de formação de combate a incêndios e treinos em piscina	Instituto de Formação Aeronáutica	60,00		01/11/2011
2013	42	4/9 a 6/9/2013	Curso Condução Embarcações de Salvamento Rápidas	Islands Offshore/Tecniqitel	1 000,00	22	01/10/2013
2013	42	25/9 a 27/9/2013	Curso Condução Embarcações de Salvamento Rápidas	Islands Offshore/Tecniqitel	280,00	7	01/10/2013
2013	238	25/9 a 27/9/2013	Curso Condução Embarcações de Salvamento Rápidas	Islands Offshore/Tecniqitel	920,00	18	01/10/2013
2013	238	19/09/2013	Curso Fire and Smoke Training for Flight and Cabin Crewmembers	Euro Atlantic Airway	300,00		01/10/2013
2013	243	25/9 a 27/9/2013	Curso Condução Embarcações de Salvamento Rápidas	Islands Offshore/Tecniqitel	960,00	16	01/10/2013
2013	266	25/9 a 27/9 2013	Curso Condução Embarcações de Salvamento Rápidas	Islands Offshore/Tecniqitel	360,00	9	01/10/2013
2014	238	07/07 a 16/07/2014	Curso de especialização em navios-tanque Químicos	General Maritime Management (Portugal) Lda Contrato	240,00	6	01/08/2014
2014	238	16/07 a 23/07/2014	Curso de especialização em navios-tanque petrolíferos e químicos e de gases liquefeitos	General Maritime Management (Portugal) Lda Contrato	160,00	4	01/08/2014
2014	150	20/06 a 24/06/2014	Curso de Familiarização em navios RoRo de passageiros	General Maritime Management (Portugal) Lda Contrato	800,00	20	01/08/2014
2014	150	24/06 a 26/06/2014	Curso de Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de passageiros	General Maritime Management (Portugal) Lda Contrato	440,00	11	01/08/2014
2014	266	11/06/2014	Curso de Familiarização em Navios de Passageiros	General Maritime Management (Portugal) Lda Contrato	200,00	5	01/08/2014
2014	266	11/6 a 16/6/2014	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	General Maritime Management (Portugal) Lda Contrato	760,00	19	01/08/2014
2014	266	16/6 a 17/6/2014	Curso de Segurança para Tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	General Maritime Management (Portugal) Lda Contrato	280,00	7	01/08/2014
2014	266	17/06 a 18/06/2014	Curso de Segurança de Passageiros	General Maritime Management (Portugal) Lda Contrato	280,00	7	01/08/2014
2014	266	18/6 a 20/6/2014	Curso de Gestão de Crise e Comportamento Humano	General Maritime Management (Portugal) Lda- Contrato	800,00	20	01/10/2014
2015	122		Cursos para Unidade de controlo costeiro da GNR	GNR-Protocolo de cooperação	2 840,00	71	01/10/2015
2015	16		Cursos para Unidade de controlo costeiro da GNR	GNR-Protocolo de cooperação	3 920,00	98	01/10/2015
2015	284	17 a 21/11/2014	Controlo das Operações de Combate a Incêndios	Tinita-Transportes e Reboques Marítimos;Sa-Protocolo de 28/5/2014	720,00	18	01/02/2015
2015	284		Cursos para Unidade de controlo costeiro da GNR	GNR-Protocolo de cooperação	2 160,00	54	01/10/2015
2015	113		Cursos para Unidade de controlo costeiro da GNR	GNR-Protocolo de cooperação	3 480,00	87	01/10/2015
2015	184	9/2 a 13/2/2015	Curso de Sistema de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação, "Electronic Charts Display Information Systems - ECDIS"	Portline Bulk International, SA	760,00	19	01/06/2015
2015	184	9/2 a 13/2/2015	Curso de Sistema de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação, "Electronic Charts Display Information Systems - ECDIS"	Portline Bulk International, SA	160,00	4	01/06/2015
2015	184		Cursos para Unidade de controlo costeiro da GNR	GNR-Protocolo de cooperação	3 880,00	97	01/10/2015
2015	180		Cursos para Unidade de controlo costeiro da GNR	GNR-Protocolo de cooperação	800,00	20	01/10/2015
2015	296		Cursos para Unidade de controlo costeiro da GNR	GNR-Protocolo de cooperação	1 600,00	40	01/10/2015
2015	238	17 a 21/11/2014	Controlo das Operações de Combate a Incêndios	Tinita-Transportes e Reboques Marítimos;Sa-Protocolo de 28/5/2014	400,00	10	01/02/2015



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Contratos/ Protocolos	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2015	238		Cursos para Unidade de controlo costeiro da GNR	GNR-Protocolo de cooperação	2 840,00	71	01/10/2015
2015	150		Curso Sensibilização para a Proteção e Curso de Qualificação para o Exercício de Funções Específicas de Proteção	Porto Santo Line /Guarda Nacional Republicana	1 700,00	0	01/10/2015
2015	54		Cursos para Unidade de controlo costeiro da GNR	GNR-Protocolo de cooperação	800,00	20	01/10/2015
2015	54		Curso	DRT - Açores	2 040,00	0	01/11/2015
2015	243	9/2 a 13/2/2015	Curso de Sistema de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação, "Electronic Charts Display Information Systems - ECDIS"	Portline Bulk International, SA	600,00	15	01/06/2015
2015	243		Cursos para Unidade de controlo costeiro da GNR	GNR-Protocolo de cooperação	1 760,00	44	01/10/2015
2015	266		Curso para Unidade de controlo costeiro da GNR	GNR-Protocolo de cooperação	2 760,00	69	01/10/2015
2015	266		Coordenação de vários cursos de qualificação do CEF	Porto Santo Line	960,00	24	01/11/2015
2015	135		Curso para Unidade de controlo costeiro da GNR	GNR-Protocolo de cooperação	800,00	20	01/10/2015
TOTAL						88 496,60	

## Mapa XXIII – CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL MINISTRADOS POR DOCENTES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA REALIZADOS NO ÂMBITO DA OFERTA FORMATIVA DA ENIDH COM INSCRIÇÃO DIRETA DOS FORMANDOS

Unidade: Euro

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2009	21	16/2 a 20/2/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	304,00	10	13/05/2009
2009	87	17/07/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	266,00		16/11/2009
2009	87	17/07/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	30,00		16/11/2009
2009	87	18/2 a 19/2/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	418,00	11	16/11/2009
2009	87	18/2 a 19/2/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	45,00		16/11/2009
2009	87	15/7 a 16/7/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	418,00	11	16/11/2009
2009	87	15/7 a 16/7/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	45,00		16/11/2009
2009	87	17/02/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	190,00	5	16/11/2009
2009	87	17/02/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	30,00		16/11/2009
2009	87	26/6 a 27/6/2008	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	741,00	20	10/02/2009
2009	87	26/6 a 27/6/2008	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	15,00		10/02/2009
2009	87	8/10 a 10/10/2008	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	323,11		10/02/2009
2009	87	8/10 a 10/10/2008	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	45,24		10/02/2009
2009	87	22/10/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	190,00	5	10/02/2009
2009	87	22/10/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	15,00		10/02/2009
2009	87	23/10 a 24/10/2008	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	164,92		10/02/2009
2009	87	23/10 a 24/10/2008	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	20,00		10/02/2009
2009	87	25/10/2008	Curso Segurança de Passageiros	342,00	9	10/02/2009
2009	87	25/10/2008	Curso Segurança de Passageiros	15,00		10/02/2009
2009	87	26/10/2008	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	230,48		10/02/2009
2009	87	26/10/2008	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	16,00		10/02/2009
2009	87	3/11 a 5/11/2008	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	594,63		10/02/2009
2009	87	3/11 a 5/11/2008	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	40,00		10/02/2009
2009	87	16/12/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	190,00	5	10/02/2009



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2009	87	16/12/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	30,00		10/02/2009
2009	87	17/12 a 18/12/2008	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	418,00	11	10/02/2009
2009	87	17/12 a 18/12/2008	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	30,00		10/02/2009
2009	87	19/12/2008	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	271,88		10/02/2009
2009	87	19/12/2008	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	20,00		10/02/2009
2009	87	28/1 a 30/1/2009	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	327,00		30/03/2009
2009	87	28/1 a 30/1/2009	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	45,00		30/03/2009
2009	87	20/02/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	266,00		08/05/2009
2009	87	20/02/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	30,00		08/05/2009
2009	87	24/04/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	266,00		13/07/2009
2009	87	24/04/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	30,00		13/07/2009
2009	87	22/4 a 23/4/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	418,00		13/07/2009
2009	87	22/4 a 23/4/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	45,00		13/07/2009
2009	87	21/04/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	190,00	5	13/07/2009
2009	87	21/04/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	30,00		13/07/2009
2009	16	21/9 a 25/9/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	256,50	8	09/12/2009
2009	16	22/6 a 26/6/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	256,50	8	18/11/2009
2009	16	29/6 a 2/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	256,50	8	18/11/2009
2009	16	6/7 a 10/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	256,50	8	18/11/2009
2009	16	13/7 a 17/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	256,50	8	18/11/2009
2009	16	27/7 a 31/7/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	313,50	10	18/11/2009
2009	16	16/2 a 20/2/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	304,00	10	08/05/2009
2009	88	27/7 a 31/7/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	114,00	4	18/11/2009
2009	88	16/2 a 20/2/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	161,50	5	08/05/2009
2009	44	21/9 a 25/9/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	370,50	12	09/12/2009
2009	44	23/6 a 25/6/2009	Curso Condução de embarcações de salvamento rápidas	828,00	18	28/10/2009
2009	44	23/6 a 25/6/2009	Curso Condução de embarcações de salvamento rápidas	30,00		28/10/2009
2009	44	29/6 a 2/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	370,50	12	28/10/2009
2009	44	22/6 a 26/6/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	370,50	12	28/10/2009
2009	44	6/7 a 10/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	370,50	12	28/10/2009
2009	44	13/7 a 17/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	370,50	12	28/10/2009
2009	44	27/7 a 31/7/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	313,50	1	28/10/2009
2009	44	9/2 a 13/2/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de	418,00	14	16/03/2009



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
			Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)			
2009	44	16/2 a 19/2/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	532,00	18	16/03/2009
2009	44	16/2 a 20/2/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	218,50	7	08/05/2009
2009	27	19/1 a 28/1/2009	Curso Cuidados de Saúde para responsáveis pelos Cuidados Médicos a Bordo	60,00		28/10/2009
2009	27	22/6 a 26/6/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	541,00	18	28/10/2009
2009	27	22/6 a 26/6/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		28/10/2009
2009	27	29/6 a 2/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	541,00	18	28/10/2009
2009	27	29/6 a 2/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		28/10/2009
2009	27	13/7 a 17/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	541,00	18	28/10/2009
2009	27	13/7 a 17/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		28/10/2009
2009	27	27/7 a 31/7/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	484,50	15	28/10/2009
2009	27	27/7 a 31/7/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		28/10/2009
2009	27	17/07/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	30,00		28/10/2009
2009	27	15/7 a 16/7/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	45,00		28/10/2009
2009	27	18/2 a 19/2/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	45,00		28/10/2009
2009	27	17/02/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	30,00		28/10/2009
2009	27	21/9 a 25/9/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	541,50	18	09/12/2009
2009	27	21/9 a 25/9/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		09/12/2009
2009	27	6/7 a 10/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	541,50	18	18/11/2009
2009	27	6/7 a 10/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		18/11/2009
2009	27	26/6 a 27/6/2008	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	15,00		10/02/2009
2009	27	8/10 a 10/10/2008	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	45,24		10/02/2009
2009	27	22/10/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	15,00		10/02/2009
2009	27	23/10 a 24/10/2008	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	20,00		10/02/2009
2009	27	25/10/2008	Curso Segurança de Passageiros	15,00		10/02/2009
2009	27	26/10/2008	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	16,00		10/02/2009
2009	27	3/11 a 5/11/2008	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	40,00		10/02/2009
2009	27	16/12/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	30,00		10/02/2009
2009	27	17/12 a 18/12/2008	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	30,00		10/02/2009
2009	27	19/12/2008	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	20,00		10/02/2009
2009	27	9/2 a 13/2/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	484,50	16	16/03/2009



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2009	27	9/2 a 13/2/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		16/03/2009
2009	27	16/2 a 19/2/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	589,00	19	16/03/2009
2009	27	16/2 a 19/2/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		16/03/2009
2009	27	28/1 a 30/1/2009	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	45,00		16/03/2009
2009	27	20/02/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	30,00		08/05/2009
2009	27	16/2 a 20/2/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	247,00	8	08/05/2009
2009	27	16/2 a 20/2/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		08/05/2009
2009	27	21/04/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	30,00		13/07/2009
2009	27	22/4 a 23/4/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	45,00		13/07/2009
2009	27	24/04/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	30,00		13/07/2009
2009	184	21/9 a 25/9/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	541,50	18	09/12/2009
2009	184	21/9 a 25/9/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		09/12/2009
2009	184	6/7 a 10/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	541,50	18	16/11/2009
2009	184	6/7 a 10/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		16/11/2009
2009	184	13/7 a 17/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	541,50	18	16/11/2009
2009	184	13/7 a 17/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		16/11/2009
2009	184	22/6 a 26/6/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	541,50	18	16/11/2009
2009	184	22/6 a 26/6/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		16/11/2009
2009	184	29/6 a 2/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	541,50	18	16/11/2009
2009	184	29/6 a 2/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		16/11/2009
2009	184	27/7 a 31/7/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	484,50	15	16/11/2009
2009	184	27/7 a 31/7/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		16/11/2009
2009	184	9/2 a 13/2/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	484,50	16	16/03/2009
2009	184	16/2 a 19/2/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	589,00	19	16/03/2009
2009	184	16/2 a 19/2/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		16/03/2009
2009	184	16/2 a 20/2/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	247,00	8	08/05/2009
2009	184	16/2 a 20/2/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		08/05/2009
2009	42	23/7 a 25/7/2009	Curso Condução de embarcações de salvamento rápidas	828,00	18	09/12/2009





# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2009	42	23/7 a 25/7/2009	Curso Condução de embarcações de salvamento rápidas	30,00		09/12/2009
2009	42	1/9 a 9/9/2009	Especialização em Navios-Tanque Químicos	304,00	8	09/12/2009
2009	42	1/9 a 9/9/2009	Especialização em Navios-Tanque Químicos	60,00		09/12/2009
2009	42	18/2 a 19/2/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	152,00	4	09/12/2009
2009	42	15/7 a 16/7/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	152,00	4	09/12/2009
2009	42	17/12 a 18/12/2008	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	152,00	4	10/02/2009
2009	42	18/2 a 2/3/2009	Curso Especialização em Navios-Tanque Petroleiros e Químicos	350,00	14	30/03/2009
2009	42	18/2 a 2/3/2009	Curso Especialização em Navios-Tanque Petroleiros e Químicos	25,00		30/03/2009
2009	42	17/1/2008 a 22/1/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	600,00	15	30/03/2009
2009	42	9/2 a 17/2/2009	Curso Familiarização em navios-tanque petroleiros, químicos e de gases liquefeitos (CFNTPQGL)	265,00	10	30/03/2009
2009	42	9/2 a 17/2/2009	Curso Familiarização em navios-tanque petroleiros, químicos e de gases liquefeitos (CFNTPQGL)	20,00		30/03/2009
2009	42	22/4 a 23/4/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	152,00	4	10/07/2009
2009	150	14/7 a 19/7/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	760,00	20	28/10/2009
2009	150	14/7 a 19/7/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	90,00		28/10/2009
2009	150	14/7 a 19/7/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	760,00	20	28/10/2009
2009	150	14/7 a 19/7/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	90,00		28/10/2009
2009	150	8/7 a 9/7/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	741,00	20	28/10/2009
2009	150	8/7 a 9/7/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	60,00		28/10/2009
2009	150	25/3 a 27/3/2009	Curso de Especialização para Oficial de Segurança/Proteção do Navio e da Companhia- ISPS	342,92	23	09/12/2009
2009	150	25/3 a 27/3/2009	Curso de Especialização para Oficial de Segurança/Proteção do Navio e da Companhia- ISPS	24,50		09/12/2009
2009	150	8/10 a 10/10/2008	Curso Segurança de Passageiros, Carga e Integridade do Casco em Navios Ro-Ro de passageiros	323,11		10/02/2009
2009	150	28/1 a 30/1/2009	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	327,00		30/03/2009
2009	150	11/3 a 12/3/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	760,00	20	01/07/2009
2009	150	11/3 a 12/3/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	90,00		01/07/2009
2009	150	26/2 a 28/2/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	760,00	20	01/07/2009
2009	150	26/2 a 28/2/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	90,00		01/07/2009
2009	150	17/5 a 20/5/2010	Curso de preparação para o exame de reciclagem para oficiais de pilotagem	120,00		04/11/2009
2009	59	14 a 19/7/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	30,00		28/10/2009
2009	59	09/07/2009 08:00	Curso Familiarização em navios de Passageiros	30,00		28/10/2009
2009	59	14 a 19/7/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	30,00		28/10/2009
2009	59	19/1 a 28/1/2009	Curso Cuidados de Saúde para responsáveis pelos Cuidados Médicos a Bordo	60,00		28/10/2009
2009	59	15 a 29/6/2009	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	64,50		28/10/2009
2009	59	17/12/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	10,00		28/10/2009
2009	59	17/07/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	14,00		28/10/2009
2009	59	23/6 a 25/6/2009	Curso Condução de embarcações de salvamento rápidas	30,00		28/10/2009
2009	59	15 a 16/7/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	38,00		28/10/2009
2009	59	18/2 a 19/2/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	38,00		28/10/2009
2009	59	27/7 a 31/7/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	54,00		28/10/2009
2009	59	13/7 a 17/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	40,00		28/10/2009



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2009	59	22/6 a 26/6/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	40,00		28/10/2009
2009	59	29/6 a 2/7/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	40,00		28/10/2009
2009	59	6/6 a 10/6/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	40,00		28/10/2009
2009	59	25/3 a 27/3/2009	Curso de Especialização para Oficial de Segurança/Proteção do Navio e da Companhia- ISPS	24,50		09/12/2009
2009	59	21 a 25/09/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	40,00		09/12/2009
2009	59	26/6 a 27/6/2008	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	40,00		10/02/2009
2009	59	10/10/2008 08:00	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	38,77		10/02/2009
2009	59	22/10/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	10,00		10/02/2009
2009	59	25/10/2008	Curso Segurança de Passageiros	15,00		10/02/2009
2009	59	25/10/2008	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	14,00		10/02/2009
2009	59	05/11/2008 03:00	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	40,00		10/02/2009
2009	59	16/12/2008	Curso Familiarização em navios de Passageiros	10,00		10/02/2009
2009	59	17 a 18/12/2008	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	38,00		10/02/2009
2009	59	19/12/2008	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	20,00		10/02/2009
2009	59	9/2 a 13/2/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	40,00		15/03/2009
2009	59	16 a 19/02/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	40,00		15/03/2009
2009	59	17/11/2008 a 22/1/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	160,00		30/03/2009
2009	59	28/1 a 30/1/2009	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	40,00		30/03/2009
2009	59	18/2 a 02/03/2009	Curso Qualificação para o exercício de funções de responsabilidade nos Navios-Tanque Petroleiros e Químicos	125,00	4	30/03/2009
2009	59	17/02/2009	Curso Familiarização em navios-tanque petroleiros, químicos e de gases liquefeitos (CFNTPQGL)	20,00		30/03/2009
2009	59	20/02/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	14,00		08/05/2009
2009	59	16 a 20/02/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	54,00		08/05/2009
2009	59	19/1 a 26/3/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	480,00	12	01/07/2009
2009	59	19/1 a 26/3/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	160,00		01/07/2009
2009	59	20/4 a 7/5/2009	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	33,00		01/07/2009
2009	59	21/11/2008 a 6/3/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	480,00	12	01/07/2009
2009	59	21/11/2008 a 6/3/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	160,00	4	01/07/2009
2009	59	11/3 a 12/3/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	30,00		01/07/2009
2009	59	26/2 a 28/2/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	30,00		01/07/2009
2009	59	22/6 a 23/4/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	38,00		13/07/2009
2009	59	21/04/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	10,00		13/07/2009
2009	59	24/04/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	14,00		13/07/2009
2009	54	18/2 a 19/2/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	133,00	4	09/12/2009
2009	54	15/7 a 16/7/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	133,00	4	09/12/2009
2009	54	17/12 a 18/12/2008	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	133,00	4	10/02/2009



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2009	54	23/10 a 24/10/2008	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	109,96		10/02/2009
2009	54	22/4 a 23/4/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	133,00	4	13/07/2009
2009	54	21/11/2008 a 6/3/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	240,00	6	01/07/2009
2009	40	15/6 a 29/6/2009	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	1 292,00	43	09/12/2009
2009	40	15/6 a 29/6/2009	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	120,00		09/12/2009
2009	40	20/4 a 7/5/2009	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	462,56	45	01/07/2009
2009	40	20/4 a 7/5/2009	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	33,00		01/07/2009
2010	87	13/11/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	266,00		23/02/2010
2010	87	13/11/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	30,00		23/02/2010
2010	87	11/11/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	190,00	5	23/02/2010
2010	87	11/11/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	30,00		23/02/2010
2010	87	11/11 a 13/11/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	418,00		23/02/2010
2010	87	11/11 a 13/11/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	45,00		23/02/2010
2010	87	23/10/2009	Curso Segurança de Passageiros	140,00		23/02/2010
2010	87	23/10/2009	Curso Segurança de Passageiros	10,00		23/02/2010
2010	87	09/02/2010	Curso Familiarização em navios de Passageiros	200,00	5	30/03/2010
2010	87	09/02/2010	Curso Familiarização em navios de Passageiros	40,00		30/03/2010
2010	87	10/2 a 11/02/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	440,00	11	30/03/2010
2010	87	10/2 a 11/02/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	60,00		30/03/2010
2010	87	12/02/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	280,00	7	30/03/2010
2010	87	12/02/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	40,00		30/03/2010
2010	87	17/2 a 18/02/2010	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	800,00	20	30/03/2010
2010	87	17/2 a 18/02/2010	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	60,00		30/03/2010
2010	87	19/02/2010	Curso Segurança de Passageiros	220,00	7	30/03/2010
2010	87	19/02/2010	Curso Segurança de Passageiros	12,00		30/03/2010
2010	87	16/08/2010	Curso Familiarização em navios de Passageiros	164,00	5	02/09/2010
2010	87	16/08/2010	Curso Familiarização em navios de Passageiros	20,00		02/09/2010
2010	87	21/7 a 22/7/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	282,00	10	23/08/2010
2010	87	21/7 a 22/7/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	25,00		23/08/2010
2010	87	23/07/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	190,00	7	23/08/2010
2010	87	23/07/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	10,00		23/08/2010
2010	87	16/12/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	190,00	5	05/07/2010
2010	87	16/12/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	30,00		05/07/2010
2010	87	16/12 a 22/12/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	418,00	11	05/07/2010
2010	87	22/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	266,00		05/07/2010
2010	87	22/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	30,00		05/07/2010
2010	87	22/04/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	250,00		05/07/2010
2010	87	22/04/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	15,00		05/07/2010
2010	87	19/4 a 22/4/010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	340,00	11	01/06/2010
2010	87	19/4 a 22/4/010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	12,00		01/06/2010
2010	87	17/09/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	280,00		19/11/2010
2010	87	17/09/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	40,00		19/11/2010



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2010	87	14/09/2010	Curso Familiarização em navios de Passageiros	220,00		19/11/2010
2010	87	14/09/2010	Curso Familiarização em navios de Passageiros	20,00		19/11/2010
2010	87	15/9 a 16/9/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	480,00		19/11/2010
2010	87	15/9 a 16/9/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	40,00		19/11/2010
2010	87	22/09/2010	Curso Segurança de Passageiros	44,00		19/11/2010
2010	87	22/09/2010	Curso Segurança de Passageiros	10,00		19/11/2010
2010	87	20/9 a 21/9/2010	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	130,00		19/11/2010
2010	87	20/9 a 21/9/2010	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	20,00		19/11/2010
2010	87	17/5 a 20/5/2010	Curso de preparação para o exame de reciclagem para oficiais de pilotagem	60,00		19/11/2010
2010	87	15/10 a 18/10/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	158,00		19/11/2010
2010	87	15/10 a 18/10/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	20,00		19/11/2010
2010	16	14/9 a 18/9/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	380,00		23/02/2010
2010	16	26/11 a 11/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	437,00		23/02/2010
2010	16	26/11 a 11/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		23/02/2010
2010	16	19/11 a 4/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	437,00	14	09/03/2010
2010	16	19/11 a 4/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		09/03/2010
2010	16	5/7 a 9/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	23/08/2010
2010	16	12/7 a 16/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	225,00	11	23/08/2010
2010	16	28/6 a 2/7/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	400,00	10	23/08/2010
2010	16	18/1 a 22/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	14/07/2010
2010	16	8/2 a 12/2/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	01/06/2010
2010	16	25/1 a 29/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	01/06/2010
2010	16	7/4 a 28/4/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	01/06/2010
2010	16	1/2 a 5/2/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	01/06/2010
2010	16	29/10 a 13/11/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	380,00	12	10/05/2010
2010	16	8/10 a 23/10/2008	Curso Bridge Resource Management (BRM)	380,00	12	10/05/2010
2010	16	27/9 a 1/10/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	225,00	8	19/11/2010
2010	16	20/9 a 24/09/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	8	19/11/2010
2010	16	17/5 a 20/5/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	135,00	8	19/11/2010
2010	88	26/11 a 11/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	114,00	4	23/02/2010
2010	88	19/11 a 4/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	114,00	4	09/03/2010
2010	88	28/6 a 2/7/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	160,00	4	23/08/2010
2010	88	8/10 a 23/10/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	114,00	4	11/06/2010
2010	88	29/10 a 13/11/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	114,00	4	11/06/2010



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2010	88	17/5 a 20/5/2010	Curso de preparação para o exame de reciclagem para oficiais de pilotagem	60,00		09/11/2010
2010	113	9/9 a 17/9/2010	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	462,00		26/11/2010
2010	44	26/11 a 11/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	437,00		23/02/2010
2010	44	19/11 a 4/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	437,00	14	09/03/2010
2010	44	9/6 a 11/6/2009	Curso Condução de embarcações de salvamento rápidas	828,00	18	09/03/2010
2010	44		Curso Condução de embarcações de salvamento rápidas	30,00		09/03/2010
2010	44	28/6 a 2/7/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	400,00	10	23/08/2010
2010	44	5/7 a 9/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	23/08/2010
2010	44	5/7 a 9/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	225,00	11	23/08/2010
2010	44	18/1 a 22/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	14/07/2010
2010	44	8/2 a 12/2/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	02/06/2010
2010	44	25/1 a 29/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	01/06/2010
2010	44	1/2 a 5/2/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	01/06/2010
2010	44	7/4 a 28/4/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	01/06/2010
2010	44	29/10 a 13/11/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	380,00	12	10/05/2010
2010	44	8/10 a 23/10/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	380,00	12	10/05/2010
2010	44	17/5 a 20/5/2010	Curso de preparação para o exame de reciclagem para oficiais de pilotagem	120,00		04/11/2010
2010	44	20/9 a 24/09/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00		04/11/2010
2010	44	27/9 a 1/10/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	225,00		19/11/2010
2010	27	11/11/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	10,00		23/02/2010
2010	27	14/9 a 18/9/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	665,00		23/02/2010
2010	27	14/9 a 18/9/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		23/02/2010
2010	27	13/11/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	30,00		23/02/2010
2010	27	23/10/2009	Curso Segurança de Passageiros	10,00		23/02/2010
2010	27	11/11 a 13/11/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	45,00		23/02/2010
2010	27	09/02/2010	Curso Familiarização em navios de Passageiros	40,00		30/03/2010
2010	27	18/1 a 27/1/2010	Curso Cuidados de Saúde para responsáveis pelos Cuidados Médicos a Bordo	60,00		30/03/2010
2010	27	10/2 a 11/02/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	60,00		30/03/2010
2010	27	12/02/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	40,00		30/03/2010
2010	27	17/2 a 18/02/2010	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	60,00		30/03/2010
2010	27	19/02/2010	Curso Segurança de Passageiros	12,00		30/03/2010
2010	27	18/08/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	20,00		02/09/2010



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2010	27	18/7 a 19/7/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	40,00		23/08/2010
2010	27	23/07/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	10,00		23/08/2010
2010	27	28/6 a 2/7/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	600,00	15	23/08/2010
2010	27	28/6 a 2/7/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	80,00		23/08/2010
2010	27	5/7 a 9/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	23/08/2010
2010	27	5/7 a 9/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		23/08/2010
2010	27	12/7 a 16/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	425,00	17	23/08/2010
2010	27	12/7 a 16/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		23/08/2010
2010	27	14/7 a 17/7/2010	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	60,00		23/08/2010
2010	27	21/7 a 22/7/2010	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	27,00		23/08/2010
2010	27	18/1 a 22/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	14/07/2010
2010	27	18/1 a 22/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		14/07/2010
2010	27	16/12/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	30,00		05/07/2010
2010	27	16/12 a 22/12/2009	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	45,00		05/07/2010
2010	27	22/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	30,00		05/07/2010
2010	27	22/04/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	15,00		05/07/2010
2010	27	8/2 a 12/2/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	02/06/2010
2010	27	8/2 a 12/2/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		02/06/2010
2010	27	25/1 a 29/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	01/08/2010
2010	27	25/1 a 29/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		01/08/2010
2010	27	1/2 a 5/2/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	01/08/2010
2010	27	1/2 a 5/2/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		01/08/2010
2010	27	7/4 a 28/4/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	01/08/2010
2010	27	7/4 a 28/4/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		01/08/2010
2010	27	19/4 a 22/4/010	Curso Crowd Management Training- Controlo de Multidões	12,00		01/08/2010
2010	27	8/10 a 23/10/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	418,00	13	10/05/2010
2010	27	8/10 a 23/10/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		10/05/2010
2010	27	29/10 a 13/11/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	418,00	13	10/05/2010
2010	27	29/10 a 13/11/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		10/05/2010
2010	27	27/9 A 1/10/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display	425,00		19/11/2010



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
			Information Systems (ECDIS)			
2010	27	27/9 A 1/10/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		19/11/2010
2010	27	20/9 a 24/09/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00		19/11/2010
2010	27	20/9 a 24/09/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		19/11/2010
2010	27	17/5 a 20/5/2010	Curso de preparação para o exame de reciclagem para oficiais de pilotagem	120,00		19/11/2010
2010	27	14/09/2010	Curso Familiarização em navios de Passageiros	20,00		19/11/2010
2010	27	17/09/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	20,00		19/11/2010
2010	27	15/9 a 16/9/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	40,00		19/11/2010
2010	27	15/10 a 18/10/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	20,00		19/11/2010
2010	184	19/11 a 4/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	722,00	22	09/03/2010
2010	184	19/11 a 4/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		09/03/2010
2010	184	14/9 a 18/9/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	665,00	22	23/02/2010
2010	184	14/9 a 18/9/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		23/02/2010
2010	184	26/11 a 11/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	722,00	22	23/02/2010
2010	184	26/11 a 11/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		23/02/2010
2010	184	28/6 a 2/7/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	600,00	15	23/08/2010
2010	184	28/6 a 2/7/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	80,00		23/08/2010
2010	184	12/7 a 16/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	425,00	17	23/08/2010
2010	184	12/7 a 16/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		23/08/2010
2010	184	5/7 a 9/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	23/08/2010
2010	184	5/7 a 9/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		23/08/2010
2010	184	18/1 a 22/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	14/07/2010
2010	184	8/2 a 12/2/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	02/06/2010
2010	184	8/2 a 12/2/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		02/06/2010
2010	184	25/1 a 29/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	01/06/2010
2010	184	25/1 a 29/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		01/06/2010
2010	184	1/2 a 5/2/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	01/06/2010
2010	184	1/2 a 5/2/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		01/06/2010



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2010	184	7/4 a 28/4/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	01/06/2010
2010	184	7/4 a 28/4/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		01/06/2010
2010	184	29/10 a 13/11/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	418,00	13	10/05/2010
2010	184	29/10 a 13/11/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		10/05/2010
2010	184	8/10 a 23/10/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	418,00	13	10/05/2010
2010	184	8/10 a 23/10/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		10/05/2010
2010	184	20/9 a 24/09/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	470,00	17	19/11/2010
2010	184	27/9 a 1/10/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	505,00	17	19/11/2010
2010	184	17/05 a 20/5/2010	Curso de preparação para o exame de reciclagem para oficiais de pilotagem	90,00		19/11/2010
2010	184	17/05 a 20/5/2010	Curso de preparação para o exame de reciclagem para oficiais de pilotagem	45,00		19/11/2010
2010	42	11/11 a 13/11/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	152,00		23/02/2010
2010	42	9/6 a 11/6/2009	Curso Condução de embarcações de salvamento rápidas	828,00	18	09/03/2010
2010	42	10/2 a 11/02/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	160,00	4	30/03/2010
2010	42	21/7 a 22/7/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	142,00	5	23/08/2010
2010	42	16/12 a 22/12/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	418,00	4	05/07/2010
2010	42	19/4 a 22/4/010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	120,00	4	01/06/2010
2010	42	21/7 a 22/7/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	142,00		30/09/2010
2010	150	11/11 a 13/11/2009	Curso de Especialização para Oficial de Segurança/Proteção do Navio e da Companhia- ISPS	874,00		23/02/2010
2010	150	11/11 a 13/11/2009	Curso de Especialização para Oficial de Segurança/Proteção do Navio e da Companhia- ISPS	90,00		23/02/2010
2010	150	18/11 a 20/11/2009	Curso de Especialização para Oficial de Segurança/Proteção do Navio e da Companhia- ISPS	874,00	23	30/03/2010
2010	150	18/11 a 20/11/2009	Curso de Especialização para Oficial de Segurança/Proteção do Navio e da Companhia- ISPS	90,00		30/03/2010
2010	150	7/7 a 9/7/2010	Curso de Especialização para Oficial de Segurança/Proteção do Navio e da Companhia- ISPS	686,00	23	23/08/2010
2010	150	7/7 a 9/7/2010	Curso de Especialização para Oficial de Segurança/Proteção do Navio e da Companhia- ISPS	34,30		23/08/2010
2010	150	28/6 a 5/7/2010	Curso Segurança de Passageiros, Carga e Integridade do Casco em Navios Ro-Ro de passageiros	411,60	20	23/08/2010
2010	150	28/6 a 5/7/2010	Curso Segurança de Passageiros, Carga e Integridade do Casco em Navios Ro-Ro de passageiros	29,40		23/08/2010
2010	150	30/6 a 5/7/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	426,30	20	23/08/2010
2010	150	30/6 a 5/7/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	30,45		23/08/2010
2010	150	19/7 a 26/7/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	800,00	20	23/08/2010
2010	150	19/7 a 26/7/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	120,00		23/08/2010
2010	150	4/11 a 5/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	426,30	20	05/07/2010
2010	150	4/11 a 5/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	30,45		05/07/2010
2010	150	15/4 a 16/4/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	800,00	20	10/05/2010
2010	150	15/4 a 16/4/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	120,00		10/05/2010
2010	150	14/10 a 15/10/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	800,00		19/11/2010
2010	150	14/10 a 15/10/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	120,00		19/11/2010
2010	59	14 a 18/9/2009	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de	40,00		23/02/2010





# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
			Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)			
2010	59	26/11 a 11/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	54,00		23/02/2010
2010	59	13/11/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	14,00		23/02/2010
2010	59	23/10/2009	Curso Segurança de Passageiros	10,00		23/02/2010
2010	59	11/11 a 13/11/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	38,00		23/02/2010
2010	59	11/11/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	10,00		23/02/2010
2010	59	10/11 a 20/11/2009	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	64,50		23/02/2010
2010	59	11/11 a 13/11/2009	Curso de Especialização para Oficial de Segurança/Proteção do Navio e da Companhia- ISPS	46,00		23/02/2010
2010	59	19/11 a 4/12/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	54,00		09/03/2010
2010	59	9/6 a 11/6/2009	Curso Condução de embarcações de salvamento rápidas	50,00		09/03/2010
2010	59	18/11 a 20/11/2009	Curso de Especialização para Oficial de Segurança/Proteção do Navio e da Companhia- ISPS	46,00		30/03/2010
2010	59	18/1 a 27/1/2010	Curso Cuidados de Saúde para responsáveis pelos Cuidados Médicos a Bordo	60,00		30/03/2010
2010	59	09/02/2010	Curso Familiarização em navios de Passageiros	40,00		30/03/2010
2010	59	10/2 a 11/02/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	60,00		30/03/2010
2010	59	12/02/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	40,00		30/03/2010
2010	59	17/2 a 18/2/2010	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	60,00		30/03/2010
2010	59	19/02/2010	Curso Segurança de Passageiros	12,00		30/03/2010
2010	59	18/1 a 22/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	40,00		14/07/2010
2010	59	18/08/2010	Curso Familiarização em navios de Passageiros	20,00		02/09/2010
2010	59	28/6 a 5/7/2010	Curso Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de Passageiros	29,40		23/08/2010
2010	59	30/6 a 5/7/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	30,45		23/08/2010
2010	59	19/7 a 26/7/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	60,00		23/08/2010
2010	59	28/6 a 2/7/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	60,00		23/08/2010
2010	59	5/7 a 9/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		23/08/2010
2010	59	12/7 a 16/7/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		23/08/2010
2010	59	7/7 a 9/7/2010	Curso de Especialização para Oficial de Segurança/Proteção do Navio e da Companhia- ISPS	34,30		23/08/2010
2010	59	23/07/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	10,00		23/08/2010
2010	59	21/7 a 22/7/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	27,00		23/08/2010
2010	59	22/04/2012	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	14,00		05/07/2010
2010	59	22/12/2009	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	14,00		05/07/2010
2010	59	16/12 a 22/12/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	38,00		05/07/2010
2010	59	16/12/2009	Curso Familiarização em navios de Passageiros	10,00		05/07/2010
2010	59	4/11 a 5/11/2009	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	30,00		05/07/2010
2010	59	8/2 a 12/2/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		02/06/2010
2010	59	25/1 a 29/1/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	40,00		01/06/2010
2010	59	1/2 a 5/2/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de	40,00		01/06/2010



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
			Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)			
2010	59	7/4 a 28/4/010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		01/06/2010
2010	59	19/2 a 1/3/2010	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	60,00		01/06/2010
2010	59	19/4 a 22/4/010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	10,00		01/06/2010
2010	59	8/10 a 23/10/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	54,00		10/05/2010
2010	59	29/10 a 13/11/2009	Curso Bridge Resource Management (BRM)	54,00		10/05/2010
2010	59	15/4 a 16/4/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	40,00		10/05/2010
2010	59	14/10 a 15/10/2010	Curso Familiarização em navios Ro-Ro de Passageiros	60,00		18/11/2010
2010	59	27/9 a 1/10/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		19/11/2010
2010	59	20/9 a 21/9/2010	Curso Gestão de Crises e Comportamento Humano	13,00		19/11/2010
2010	59	17/5 a 20/5/2010	Curso de preparação para o exame de reciclagem para oficiais de pilotagem	30,00		19/11/2010
2010	59	17/09/2010	Curso Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros	40,00		19/11/2010
2010	59	14/09/2010	Curso Familiarização em navios de Passageiros	20,00		19/11/2010
2010	59	9/9 a 17/9/2010	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	60,00		19/11/2010
2010	59	22/09/2010	Curso Segurança de passageiros	10,00		19/11/2010
2010	59	20/9 a 24/09/2010	Curso Sistemas de Informação e Visualização de Carta Eletrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		19/11/2010
2010	59	15/9 a 16/9/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	40,00		19/11/2010
2010	59	15/10 a 18/10/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	20,00		19/11/2010
2010	54	11/11 a 13/11/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	133,00	4	23/02/2010
2010	54	10/2 a 11/02/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	160,00	4	30/03/2010
2010	54	21/7 a 22/7/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	114,00	4	23/08/2010
2010	54	16/12 a 22/12/2009	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	133,00	4	05/07/2010
2010	54	19/4 a 22/4/010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	120,00	4	01/08/2010
2010	54	15/10 a 18/10/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	40,00		19/11/2010
2010	54	15/9 a 16/9/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	120,00	3	19/11/2010
2010	57	20/10 a 17/12/2009	Preparação para Credenciação em TIM III	240,00	6	05/07/2010
2010	40	10/11 a 20/11/2009	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	1 292,00		23/02/2010
2010	40	10/11 a 20/11/2009	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	120,00		23/02/2010
2010	40	19/2 a 1/3/2010	Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	1 820,00	50	01/06/2010
2010	40		Curso Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	120,00		01/06/2010
2011	122	19/07/2011 11:00	Curso de Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	462,00	27	01/08/2011
2011	122	20/07/2011 00:00	Curso de Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	1 000,00	26	01/10/2011
2011	87	20 e 21 /12/2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	410,00	11	28/02/2011
2011	87	20 e 21 /12/ 2010	Curso Crowd Management Training-Controlo de Multidões	30,00		28/02/2011
2011	87	13/10/2010	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	180,00	7	28/02/2011
2011	87	13/10/2010	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	20,00		28/02/2011



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
2011	87	13/10/2010	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	72,00	5	28/02/2011
2011	87	13/10/2010	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	20,00		28/02/2011
2011	87	09/03/2011	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	200,00	5	01/04/2011
2011	87	09/03/2011	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	40,00		01/04/2011
2011	87	09/03/2011	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	280,00	7	01/04/2011
2011	87	09/03/2011	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	40,00		01/04/2011
2011	87	10 e 11/3/2011	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	440,00	11	01/04/2011
2011	87	10 e 11/3/2011	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	60,00		01/04/2011
2011	87	30/03/2011	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	180,00	5	01/05/2011
2011	87	30/03/2011	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	24,00		01/05/2011
2011	87	01/04/2011	Curso de Segurança de passageiros	180,00	7	01/05/2011
2011	87	01/04/2011	Curso de Segurança de passageiros	20,00		01/05/2011
2011	87	26 a 27/5/2011	Curso de Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de passageiros	400,00	10	01/06/2011
2011	87	26 a 27/5/2011	Curso de Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de passageiros	40,00		01/06/2011
2011	87	06/05/2011 04:00	Curso de Gestão de Crise e Comportamento Humano	712,00	20	01/06/2011
2011	87	06/05/2011 04:00	Curso de Gestão de Crise e Comportamento Humano	60,00		01/06/2011
2011	87	06/05/2011	Curso de Segurança de passageiros	160,00	7	01/06/2011
2011	87	06/05/2011	Curso de Segurança de passageiros	40,00		01/06/2011
2011	87	28/06/2011	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	36,00	5	01/07/2011
2011	87	28/06/2011	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	10,00		01/07/2011
2011	87	29 e 30/6/2011.	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	216,00	10	01/07/2011
2011	87	29 e 30/6/2011.	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	30,00		01/07/2011
2011	16	6/12 a 10/12/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	280,00	6	28/02/2011
2011	16	13/12 a 17/12/2010	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	28/02/2011
2011	16	27/6 a 1/7/2011	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	224,00	8	01/07/2011
2011	88	6/12 a 10/12/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	80,00	2	28/02/2011
2011	113	11/7 a 19/7/2011	Curso de Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	462,00	29	01/08/2011
2011	113	12/7 a 20/7/2011	Curso de Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	1 000,00	32	01/10/2011
2011	190	01/03 a 14/03/2011	Curso de familiarização em navios-tanque petroleiros e Químicos e de gases liquefeitos (CFNTPQGL)	660,00	20	01/04/2011
2011	190	01/03 a 14/03/2011	Curso de familiarização em navios-tanque petroleiros e Químicos e de gases liquefeitos (CFNTPQGL)	40,00		01/04/2011
2011	44	6/12 a 10/12/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	280,00	6	28/02/2011
2011	44	13/12 a 17/12/2010	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	350,00	11	28/02/2011
2011	44	14/9 a 16/9/2011	Curso de condução de embarcações de salvamento rápido	500,00	24	01/10/2011
2011	44	14/9 a 16/9/2011	Curso de condução de embarcações de salvamento rápido	40,00		01/10/2011
2011	27	6/12 a 10/12/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	440,00	11	28/02/2011
2011	27	6/12 a 10/12/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	40,00		28/02/2011
2011	27	13/12 a 17/12/2010	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	28/02/2011
2011	27	13/12 a 17/12/2010	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de	80,00		28/02/2011



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
			Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)			
2011	27		Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	40,00		01/04/2011
2011	27	17/1 a 25/1/2011	Curso Cuidados de saúde para responsáveis pelos cuidados médicos a bordo	60,00		01/04/2011
2011	27	09/03/2011	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	40,00		01/04/2011
2011	27	10/3 a 11/3/2011	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	60,00		01/04/2011
2011	27	27/6 a 1/7/2011	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	520,00	16	01/07/2011
2011	27	27/6 a 1/7/2011	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		01/07/2011
2011	184	10/12/2010 06:00	Curso Bridge Resource Management (BRM)	440,00	11	28/02/2011
2011	184	10/12/2010 06:00	Curso Bridge Resource Management (BRM)	40,00		28/02/2011
2011	184	13 a 17/12/2010	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	550,00	17	28/02/2011
2011	184	13 a 17/12/2010	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		28/02/2011
2011	184	27/6 a 1/7/2011	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	520,00	16	01/07/2011
2011		27/6 a 1/7/2011	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	80,00		01/07/2011
2011	2011	20 /12 a 21 /12/2010	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	149,00	4	28/02/2011
2011	2011	10/3 a 11/3/2011	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	200,00	5	01/04/2011
2011	2011	1/3 a 14/3/2011	Curso de familiarização em navios-tanque petroleiros e Químicos e de gases liquefeitos (CFNTPQGL)	266,00	20	01/04/2011
2011	2011		Curso de familiarização em navios-tanque petroleiros e Químicos e de gases liquefeitos (CFNTPQGL)	40,00		01/04/2011
2011	42	29/6 a 30/6	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	108,00	5	01/07/2011
2011	42	14/9 a 16/9/2011	Curso de condução de embarcações de salvamento rápido	500,00	24	01/10/2011
2011	42	14/9 a 16/9/2011	Curso de condução de embarcações de salvamento rápido	40,00		01/10/2011
2011	150	7/2 a 8/2/2011	Curso de Familiarização em navios Ro-Ro de passageiros	568,40	20	01/04/2011
2011	150	7/2 a 8/2/2011	Curso de Familiarização em navios Ro-Ro de passageiros	40,60		01/04/2011
2011	150		Curso de especialização para Oficial de Segurança/Proteção do navio e da Companhia (Ship and Company Security Officer)	514,50		01/04/2011
2011	150		Curso de especialização para Oficial de Segurança/Proteção do navio e da Companhia (Ship and Company Security Officer)	36,75		01/04/2011
2011	150	7/4 a 8/4/2011	Curso de Familiarização em navios Ro-Ro de passageiros	710,50	20	01/05/2011
2011	150	7/4 a 8/4/2011	Curso de Familiarização em navios Ro-Ro de passageiros	50,75		01/05/2011
2011	150	26/5 a 27/5/2011	Curso de Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de passageiros	400,00	10	01/06/2011
2011	150	26/5 a 27/5/2011	Curso de Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de passageiros	40,00		01/06/2011
2011	59	20/12 a 21 /12/ 2010	Curso Crowd Management Training- Controle de Multidões	30,00		28/02/2011
2011	59	6/12 a 10/12/2010	Curso Bridge Resource Management (BRM)	30,00		28/02/2011
2011	59	03/10/2010	Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros ( STPADP)	20,00		28/02/2011
2011	59	13/10/2010	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	20,00		28/02/2011
2011	59	13/12 a 17/12/2010	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de	60,00		28/02/2011



# Tribunal de Contas

Ano	N.º Mecanográfico	Data	Descrição da ação	Valor bruto	Nº Horas	Data PAP
			Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)			
2011	59	1/3 a 14/3/2011	Curso de familiarização em navios-tanque petroleiros e Químicos e de gases liquefeitos (CFNTPQGL)	40,00		01/04/2011
2011	59		Curso de especialização para Oficial de Segurança/Proteção do navio e da Companhia (Ship and Company Security Officer)	36,75		01/04/2011
2011	59		Curso de Segurança para tripulantes que prestem assistência direta a passageiros (STPADP)	40,00		01/04/2011
2011	59	7/2 a 8/2/2011	Curso de Familiarização em navios Ro-Ro de passageiros	40,60		01/04/2011
2011	59	17/1 a 26/1/2011	Curso Cuidados de saúde para responsáveis pelos cuidados médicos a bordo	60,00		01/04/2011
2011	59	09/03/2011	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	40,00		01/04/2011
2011	59	10/3 a 11/3/2011	Curso Crowd Management Training-Controle de Multidões	60,00		01/04/2011
2011	59	01/04/2011	Curso de Segurança de passageiros	20,00		01/05/2011
2011	59	30/03/2011	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	20,00		01/05/2011
2011	59	7/4 a 8/4/2011	Curso de Familiarização em navios Ro-Ro de passageiros	50,75		01/05/2011
2011	59	26/5 a 27/5/2011	Curso de Segurança de passageiros, carga e integridade do casco em navios Ro-Ro de passageiros	40,00		01/06/2011
2011	59	4/5 a 6/5/2011	Curso de Gestão de Crise e Comportamento Humano	40,00		01/06/2011
2011	59	06/05/2011	Curso de Segurança de passageiros	20,00		01/06/2011
2011	59	28/06/2011	Curso Familiarização em Navios de Passageiros	10,00		01/07/2011
2011	59	29/6 a 30/6/2011.	Curso Crowd Management Training-Controle de Multidões	20,00		01/07/2011
2011	59	27/6 a 1/7/2011	Curso de Sistemas de Informação e Visualização de Carta Electrónica de Navegação- Electronic Charts Display Information Systems (ECDIS)	60,00		01/07/2011
2011	59	11/7 a 19/7/2011	Curso de Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	60,00		01/08/2011
2011	59	14/9 a 16/9/2011	Curso de condução de embarcações de salvamento rápido	50,00		01/11/2011
2011	59	12/7 a 20/7/2011	Curso de Operador Geral do Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)	40,00		01/11/2011
2011	54	20/12 a 21/12/2010	Curso Crowd Management Training-Controle de Multidões	149,00	4	28/02/2011
2011	54	10/3 a 11/3/2011	Curso Crowd Management Training-Controle de Multidões	120,00	3	01/04/2011
2011	54	29/6 a 30/6/2011.	Curso Crowd Management Training-Controle de Multidões	86,00	4	01/07/2011
<b>TOTAL</b>				<b>109 087,87</b>		

## Mapa XXIV – TRABALHO SUPLEMENTAR

Unidade: Euro

N.º MECANOGRÁFICO	Categoria/Carreira	1.ª	2.ª	Descanso Semanal	Mês	Pago
207	Coordenadora Técnica	0	0	6	maio	59,71
183	Assistente Técnica	0	0	8	maio	61,79
310	Técnica Superior	3	3	16	setembro	220,99
207	Coordenadora Técnica	3	3	16	setembro	211,53
47	Assistente Técnica	4	2	0	outubro	37,47
149	Assistente Operacional	20	8	24	outubro	263,88
308	Assistente Técnica	13	6	0	outubro	155,36
209	Assistente Técnica	29	18	0	outubro	350,61
213	Assistente Técnica	4	1	0	outubro	25,14
6	Assistente Técnica	5	4	0	outubro	81,51
310	Técnica Superior	0	0	24	dezembro	249,54
149	Assistente Operacional	0	0	14	novembro	76,94
149	Assistente Operacional	10	10	24	dezembro	228,17
207	Coordenadora Técnica	0	0	24	dezembro	238,84
<b>TOTAL</b>						<b>2.261,48</b>

Fonte: SIAG



# Tribunal de Contas

## Mapa XXV – AMOSTRA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Unidade: Euro

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	NÚMERO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	DATA DOCUMENTO	VALOR	PAGAMENTO
201020000	901	Galp Energia Petróleos de Portugal-Petrogal SA	1912	31-12-2014	473,6	31-12-2014
201020000	846	Galp Energia Petróleos de Portugal-Petrogal SA	275056	17-12-2014	5.171,61	31-12-2014
201020000	246	Galp Energia Petróleos de Portugal-Petrogal SA	2232452489	29-04-2014	6.103,74	20-05-2014
201020000	247	Galp Energia Petróleos de Portugal-Petrogal SA	2232451078	21-04-2014	2.692,99	20-05-2014
201020000	19	Galp Energia Petróleos de Portugal-Petrogal SA	2232420321	27-01-2014	6.139,98	03-02-2014
201050000	870	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316066049	22-12-2014	3.372,37	31-12-2014
201050000	867	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	8316005078	09-12-2014	-38,18	31-12-2014
201050000	803	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316065737	30-11-2014	5.869,36	17-12-2014
201050000	752	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	6004979	24-11-2014	-33,41	17-12-2014
201050000	751	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	8316004978	24-11-2014	-26,25	17-12-2014
201050000	869	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	7316000090	31-10-2014	3.637,26	31-12-2014
201050000	750	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	6064609	31-10-2014	3.912,73	17-12-2014
201050000	749	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	6063791	30-09-2014	1.965,91	17-12-2014
201050000	480	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316062815	31-07-2014	988,72	28-08-2014
201050000	481	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316062808	01-07-2014	342,43	28-08-2014
201050000	413	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316061956	30-06-2014	1.634,23	30-07-2014
201050000	383	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	8316004534	19-06-2014	-167,28	30-07-2014
201050000	381	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316061690	19-06-2014	167,28	30-07-2014
201050000	382	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316061100	31-05-2014	3.750,61	30-07-2014
201050000	364	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316061121	31-05-2014	746,27	10-07-2014
201050000	263	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316060214	30-04-2014	2.761,50	22-05-2014
201050000	184	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316059527	31-03-2014	4.231,99	15-04-2014
201050000	148	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316059	28-02-2014	4.682,26	10-04-2014
201050000	44	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316058114	31-01-2014	2.201,01	24-02-2014
201080000	874	Monteiro & Morais	2014/00719	18-12-2014	49,2	31-12-2014
201080000	836	Monteiro & Morais	2014/00706	15-12-2014	836,84	31-12-2014
201080000	747	Monteiro & Morais	2014/00628	24-11-2014	281,42	17-12-2014
201080000	564	Monteiro & Morais	2014/00361	15-09-2014	891,75	29-10-2014
201080000	396	Monteiro & Morais	FA 2014/223	03-07-2014	453,13	23-07-2014
201080000	376	Monteiro & Morais	2014/00195	23-06-2014	29,52	30-07-2014
201080000	375	Monteiro & Morais	2014/00196	23-06-2014	29,52	30-07-2014
201080000	377	Monteiro & Morais	2014/00178	19-06-2014	12,55	30-07-2014
201080000	316	Monteiro & Morais	2014/00161	13-06-2014	359,95	04-07-2014
201080000	191	Monteiro & Morais	fa/1403	02-04-2014	14,15	15-04-2014
201080000	190	Monteiro & Morais	FA/1405	02-04-2014	235,67	15-04-2014
201080000	155	Monteiro & Morais	1387	24-03-2014	56,58	10-04-2014
201080000	154	Monteiro & Morais	1386	24-03-2014	46	10-04-2014
201080000	85	Monteiro & Morais	FA/1317	27-02-2014	1.033,20	10-03-2014
201080000	84	Monteiro & Morais	FA/1318	27-02-2014	16,56	10-03-2014
201080000	83	Monteiro & Morais	FA/1319	27-02-2014	50,58	10-03-2014
201080000	86	Monteiro & Morais	FA/1276	14-02-2014	73,14	10-03-2014
201080000	64	Monteiro & Morais	FA/1263	07-02-2014	404,81	10-03-2014
201080000	63	Monteiro & Morais	FA/1264	07-02-2014	68,12	10-03-2014
201080000	62	Monteiro & Morais	FA/1269	10-02-2013	169,74	10-03-2014
201080000	607	INFORDELTA	1400/001509	19-09-2014	40,22	29-10-2014
201080000	532	INFORDELTA	1327	13-08-2014	250,67	23-09-2014
201080000	465	INFORDELTA	1220	25-07-2014	83,52	13-08-2014
201080000	457	INFORDELTA	14/001161	17-07-2014	120,78	18-08-2014
201150000	613	Fernando Santos Sucessores, Lda.	2014/140197	03-10-2014	1.829,63	29-10-2014
201150000	570	Fernando Santos Sucessores, Lda.	2014/140188	26-09-2014	3.606,98	13-10-2014
201150000	507	Fernando Santos Sucessores, Lda.	140168	27-08-2014	2.404,65	10-09-2014
201170000	875	Surolec, Lda	648/2014	17-12-2014	994,28	31-12-2014
201170000	616	Surolec, Lda	517/2014	15-10-2014	690,03	29-10-2014
201170000	398	Surolec, Lda	317/2014	03-07-2014	32,99	23-07-2014
201170000	397	Surolec, Lda	303/2014	27-06-2014	1.683,93	23-07-2014
201170000	96	Pérola Lusa - Construções, Lda.	201423	17-02-2014	498,15	10-03-2014
201170000	848	Aliatron - Sistemas e Equipamentos Técnicos, Lda	1400/000349	18-12-2014	528,53	31-12-2014
201170000	393	Aliatron - Sistemas e Equipamentos Técnicos, Lda	1400/179	01-07-2014	384,69	23-07-2014
201170000	188	Aliatron - Sistemas e Equipamentos Técnicos, Lda	1400/000064	17-03-2014	530,01	15-04-2014
201200000	703	Aliatron - Sistemas e Equipamentos Técnicos, Lda	1400/000294	04-11-2014	1.410,85	27-11-2014
201210000	509	Surolec, Lda	394	14-08-2014	56,27	24-09-2014
201210000	20	Surolec, Lda	56/2014/FA	31-01-2014	375,27	10-02-2014
201210000	508	Surolec, Lda	391	12-08-2014	329,34	24-09-2014
201210000	87	Surolec, Lda	103/2014	27-02-2014	210,64	10-03-2014
201210000	373	Four Winds, Lda	M-28	26-06-2014	79,95	23-07-2014
202010000	859	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	21377297	09-12-2014	2.155,93	31-12-2014
202010000	852	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	94379181	09-12-2014	5.734,00	31-12-2014
202010000	781	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	101360899	13-11-2014	5.757,95	17-12-2014
202010000	721	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	101360128	13-11-2014	796,7	28-11-2014
202010000	637	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	91340534	10-10-2014	1.230,31	29-10-2014
202010000	638	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	101339568	09-10-2014	5.070,59	29-10-2014
202010000	593	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	9786	08-09-2014	9.507,91	13-10-2014
202010000	582	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	81319846	08-09-2014	698,63	13-10-2014
202010000	517	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	81303492	13-08-2014	225,58	10-09-2014



# Tribunal de Contas

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	NÚMERO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	DATA DOCUMENTO	VALOR	PAGAMENTO
202010000	518	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	81300500	07-08-2014	8.686,79	10-09-2014
202010000	445	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	61282152	10-07-2014	8.035,24	30-07-2014
202010000	455	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	281083	09-07-2014	898,98	29-08-2014
202010000	351	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	41260654	09-06-2014	881,59	27-06-2014
202010000	356	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	81259724	06-06-2014	6.727,69	04-07-2014
202010000	286	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	81240772	09-05-2014	755,08	11-06-2014
202010000	288	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	91239422	08-05-2014	3.856,62	11-06-2014
202010000	212	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	101220845	08-04-2014	1.418,29	28-04-2014
202010000	205	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	101220947	08-04-2014	6.212,90	07-05-2014
202010000	137	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	91198921	11-03-2014	4.030,67	31-03-2014
202010000	136	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	111523	07-03-2014	514,08	31-03-2014
202010000	59	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	51181203	10-02-2014	485,56	24-02-2014
202010000	60	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	71180195	07-02-2014	4.093,13	24-02-2014
202010000	15	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	81160897	19-01-2014	4.929,00	31-01-2014
202010000	16	SMAS Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	41159087	09-01-2014	493,12	31-01-2014
202010000	891	EDP-Energias de Portugal,S.A.	621886	22-12-2014	9.281,78	06-01-2015
202010000	768	EDP-Energias de Portugal,S.A.	10551527476	22-11-2014	9.167,86	16-12-2014
202010000	672	EDP-Energias de Portugal,S.A.	9295488	22-10-2014	8.059,94	14-11-2014
202010000	581	EDP-Energias de Portugal,S.A.	7119996	23-09-2014	4.950,18	13-10-2014
202010000	554	EDP-Energias de Portugal,S.A.	44965022	25-08-2014	3.970,11	24-09-2014
202010000	469	EDP-Energias de Portugal,S.A.	10542707033	22-07-2014	6.014,40	18-08-2014
202010000	390	EDP-Energias de Portugal,S.A.	10540615623	22-06-2014	6.512,64	23-07-2014
202010000	291	EDP-Energias de Portugal,S.A.	10538313985	22-05-2014	7.499,03	11-06-2014
202010000	239	EDP-Energias de Portugal,S.A.	10536057904	22-04-2014	8.139,55	12-06-2014
202010000	200	EDP-Energias de Portugal,S.A.	10533786623	22-03-2014	8.631,24	15-04-2014
202010000	202	EDP-Energias de Portugal,S.A.	10531447237	22-02-2014	13.178,08	15-04-2014
202010000	50	EDP-Energias de Portugal,S.A.	10528901944	22-01-2014	9.346,05	27-02-2014
202020000	857	NCC - Facility Services	5193/2014	16-12-2014	3.735,51	31-12-2014
202020000	856	NCC - Facility Services	5194/2014	16-12-2014	2.012,28	31-12-2014
202020000	812	NCC - Facility Services	4876/2014	30-11-2014	2.012,28	26-12-2014
202020000	766	NCC - Facility Services	4786/2014	30-11-2014	3.735,51	26-12-2014
202020000	712	NCC - Facility Services	4372/2014	31-10-2014	3.735,51	26-12-2014
202020000	711	NCC - Facility Services	4373/2014	31-10-2014	2.012,28	26-12-2014
202020000	621	NCC - Facility Services	3969/2014	30-09-2014	3.735,51	26-12-2014
202020000	620	NCC - Facility Services	3970/2014	30-09-2014	2.012,28	26-12-2014
202020000	541	NCC - Facility Services	3460/2014	25-08-2014	3.735,51	23-09-2014
202020000	540	NCC - Facility Services	3461/2014	25-08-2014	2.012,28	23-09-2014
202020000	497	NCC - Facility Services	3115/2014	31-07-2014	3.735,51	28-08-2014
202020000	496	NCC - Facility Services	3116/2014	31-07-2014	2.012,28	28-08-2014
202020000	387	NCC - Facility Services	2686/2014	30-06-2014	3.735,51	23-07-2014
202020000	386	NCC - Facility Services	2687/2014	30-06-2014	2.012,28	23-07-2014
202020000	296	NCC - Facility Services	2250/2014	30-05-2014	2.012,28	11-06-2014
202020000	292	NCC - Facility Services	2249/2014	30-05-2014	3.735,51	11-06-2014
202020000	261	NCC - Facility Services	1790/2014	30-04-2014	2.012,28	22-05-2014
202020000	260	NCC - Facility Services	1789/2014	30-04-2014	3.735,51	22-05-2014
202020000	201	NCC - Facility Services	1342/2014	31-03-2014	3.735,51	15-04-2014
202020000	194	NCC - Facility Services	1341/2014	31-03-2014	2.012,28	15-04-2014
202020000	118	NCC - Facility Services	873/2014	28-02-2014	2.012,28	31-03-2014
202020000	117	NCC - Facility Services	872/2014	28-02-2014	3.735,51	31-03-2014
202020000	43	NCC - Facility Services	377/2014	31-01-2014	2.012,28	24-02-2014
202020000	42	NCC - Facility Services	376/2014	31-01-2014	3.735,51	24-02-2014
202030000	843	Terraços de Prata - Unipessoal, Lda	1400/000074	17-12-2014	6.145,82	31-12-2014
202030000	617	Pérola Lusa - Construções, Lda.	118	17-10-2014	13.653,00	14-11-2014
202030000	610	Pérola Lusa - Construções, Lda.	108	01-10-2014	2.859,75	14-11-2014
202030000	609	Pérola Lusa - Construções, Lda.	107	01-10-2014	922,5	14-11-2014
202030000	573	Pérola Lusa - Construções, Lda.	102	12-09-2014	7.976,55	13-10-2014
202030000	492	Pérola Lusa - Construções, Lda.	84	31-07-2014	473,55	28-08-2014
202030000	489	Pérola Lusa - Construções, Lda.	85	31-07-2014	528,9	28-08-2014
202030000	471	Pérola Lusa - Construções, Lda.	86	31-07-2014	6.432,90	18-08-2014
202030000	424	Pérola Lusa - Construções, Lda.	201474	11-07-2014	3.560,85	25-07-2014
202030000	420	Pérola Lusa - Construções, Lda.	201473	09-07-2014	965,55	24-07-2014
202030000	423	Pérola Lusa - Construções, Lda.	201472	08-07-2014	553,5	25-07-2014
202030000	89	Pérola Lusa - Construções, Lda.	201427	27-02-2014	5.768,70	10-03-2014
202030000	65	Pérola Lusa - Construções, Lda.	201419	12-02-2014	362,85	10-03-2014
202030000	7	Pérola Lusa - Construções, Lda.	201413	28-01-2014	129,15	03-02-2014
202030000	9	Pérola Lusa - Construções, Lda.	201412	20-01-2014	1.107,00	03-02-2014
202030000	612	Pérola Lusa - Construções, Lda.	110	01-10-2014	1.045,50	14-11-2014
202030000	611	Pérola Lusa - Construções, Lda.	109	01-10-2014	270,6	14-11-2014
202030000	574	Pérola Lusa - Construções, Lda.	99	12-09-2014	553,5	13-10-2014
202030000	511	Pérola Lusa - Construções, Lda.	90	18-08-2014	2.152,50	24-09-2014
202030000	510	Pérola Lusa - Construções, Lda.	89	18-08-2014	3.911,40	24-09-2014
202030000	830	MST - Multiserviços Técnicos	20140116	12-12-2014	18.587,43	31-12-2014
202030000	831	MST - Multiserviços Técnicos	20140112	11-12-2014	6.133,87	31-12-2014
202030000	818	MST - Multiserviços Técnicos	V042/20140119	15-12-2014	331,25	31-12-2014
202030000	830	MST - Multiserviços Técnicos	20140116	12-12-2014	2.344,78	31-12-2014
202030000	829	MST - Multiserviços Técnicos	20140111	11-12-2014	259,17	31-12-2014



# Tribunal de Contas

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	NÚMERO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	DATA DOCUMENTO	VALOR	PAGAMENTO
202030000	643	MST - Multiserviços Técnicos	20140093	15-10-2014	149,36	14-11-2014
202030000	824	MASCEA, Lda	1400/000121	12-12-2014	2.091,00	31-12-2014
202030000	605	MASCEA, Lda	1400/000091	06-10-2014	408,83	29-10-2014
202030000	400	ENGITOM - Engenharia e Construções Unipessoal Lda	NFa 14B 14	02-07-2014	5.134,03	23-07-2014
202030000	101	ENGITOM - Engenharia e Construções Unipessoal Lda	9	27-02-2014	1.449,31	12-03-2014
202030000	792	Aliatron - Sistemas e Equipamentos Técnicos, Lda	1400/000334	09-12-2014	984	31-12-2014
202030000	792	Aliatron - Sistemas e Equipamentos Técnicos, Lda	1400/000334	09-12-2014	1.820,40	31-12-2014
202030000	618	Aliatron - Sistemas e Equipamentos Técnicos, Lda	1400/000263	09-10-2014	1.783,50	29-10-2014
202110000	149	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316059275	28-02-2014	135,92	10-04-2014
202110000	98	Luís Filipe Baptista	A/339	24-01-2014	33	10-03-2014
202110000	74	Centro Comercial Espargal Charcutaria Café O Chico	4781	10-02-2014	250	10-03-2014
202110000	102	Maria Lurdes Rosendo	99/2	24-02-2014	170	12-03-2014
202110000	141	Centro Comercial Espargal Charcutaria Café O Chico	5300	27-03-2014	288	10-04-2014
202110000	142	Luís Filipe Baptista	A/1325	28-03-2014	187,4	10-04-2014
202110000	322	Luís Filipe Baptista	2698	03-04-2014	63,85	23-06-2014
202110000	323	Luís Filipe Baptista	A/1517	07-04-2014	48,6	23-06-2014
202110000	324	Luís Filipe Baptista	447/001	04-04-2014	38,9	23-06-2014
202110000	252	Luís Filipe Baptista	5641/2014	23-04-2014	81,65	20-05-2014
202110000	326	Luís Filipe Baptista	A/2232	23-05-2014	73,17	23-06-2014
202110000	321	Luís Filipe Baptista	fev-61	28-05-2014	47,9	30-07-2014
202110000	328	Luís Filipe Baptista	A/2328	29-05-2014	38,61	30-07-2014
202110000	335	Maria Lurdes Rosendo	99/6	29-05-2014	50	27-06-2014
202110000	327	Luís Filipe Baptista	fev-56	04-06-2014	57,7	30-07-2014
202110000	372	Luís Filipe Baptista	A/2693	23-06-2014	29,9	30-07-2014
202110000	368	Luís Filipe Baptista	A2812	30-06-2014	71,55	29-08-2014
202110000	368	Luís Filipe Baptista	A/2747	27-06-2014	46,8	29-08-2014
202110000	448	Luís Filipe Baptista	A2862	04-07-2014	38,25	30-07-2014
202110000	625	José Borges e Gonçalves, Lda	A/4436	09-10-2014	44,25	27-10-2014
202110000	681	Luís Filipe Baptista	8246	06-11-2014	56,6	18-11-2014
202110000	734	Luís Filipe Baptista	5044	14-11-2014	15,75	27-11-2014
202110000	735	Luís Filipe Baptista	Div.	27-11-2014	87,3	27-11-2014
202110000	735	Luís Filipe Baptista	Div.	27-11-2014	87,66	27-11-2014
202110000	735	Luís Filipe Baptista	Div.	27-11-2014	117,05	27-11-2014
202110000	744	Luís Filipe Baptista	5280	28-11-2014	36	28-11-2014
202110000	807	Luís Filipe Baptista	A/5479	09-12-2014	85,63	16-12-2014
202110000	817	Luís Filipe Baptista	5518	12-12-2014	50,4	26-12-2014
202110000	815	Luís Filipe Baptista	5575	15-12-2014	73,17	26-12-2014
202110000	889	José Borges e Gonçalves, Lda	5607	16-12-2014	66,06	31-12-2014
202110000	862	Luís Filipe Baptista	154/11102	26-12-2014	40	29-12-2014
202110000	890	José Borges e Gonçalves, Lda	5879	30-12-2014	36,9	31-12-2014
202110000	900	Luís Filipe Baptista	8937	31-12-2014	30	31-12-2014
202130000	310	Viagens Abreu SA	1140177854	20-05-2014	78,95	27-06-2014
202130000	174	Viagens Abreu SA	1140078144	18-03-2014	4.537,00	16-04-2014
202130000	173	Viagens Abreu SA	1140077917	18-03-2014	3.639,72	16-04-2014
202160000	115	AIP Feiras Congressos e Eventos	3610133959	14-03-2013	3.145,11	31-03-2014
202180000	868	Securitas-Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	24035614	12-12-2014	10.191,51	31-12-2014
202180000	806	Securitas-Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	24033681	30-11-2014	10.191,51	17-12-2014
202180000	710	Securitas-Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	24030681	31-10-2014	10.191,51	27-11-2014
202180000	622	Securitas-Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	24027477	30-09-2014	10.191,51	29-10-2014
202180000	539	Securitas-Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	24024569	31-08-2014	10.191,51	23-09-2014
202180000	479	Securitas-Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	24021579	31-07-2014	10.191,51	28-08-2014
202180000	388	Securitas-Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	FTV/24018393	30-06-2014	10.191,51	23-07-2014
202180000	303	Securitas-Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	24015565	31-05-2014	10.191,51	27-06-2014
202180000	262	Securitas-Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	FTV/24012636	30-04-2014	10.191,51	22-05-2014
202180000	177	Securitas-Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	FTV/24009494	31-03-2014	10.191,51	15-04-2014
202180000	119	Securitas-Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	FTV/24006595	28-02-2014	10.191,51	31-03-2014
202180000	53	Securitas-Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	FTV/24003678	31-01-2014	10.191,51	24-02-2014
202180000	801	MASCEA, Lda	1400/000119	11-12-2014	20.000,00	31-12-2014
202180000	801	MASCEA, Lda	1400/000119	11-12-2014	430,3	31-12-2014
202250000	462	Pérola Lusa - Construções, Lda.	79	24-07-2014	393,6	18-08-2014
202250000	425	Pérola Lusa - Construções, Lda.	2014075	11-07-2014	184,5	25-07-2014
202250000	92	MST - Multiserviços Técnicos	V042/20140005	07-02-2014	535,92	10-03-2014
202250000	342	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316060212	30-04-2014	607,72	30-06-2014
202250000	341	ITAU Instituto de Alimentação Humana, S.A.	9316059529	31-03-2014	610,87	01-07-2014
202250000	632	Impacto Catering e eventos	2014/232	02-10-2014	8.763,75	29-10-2014
202250000	362	Four Winds, Lda	M-27	23-06-2014	858,54	04-07-2014
202250000	232	ENGITOM - Engenharia e Construções Unipessoal Lda	21	28-04-2014	1.149,84	12-05-2014
202250000	716	BELTRÃO COELHO (ALEM TEJO) – Equipamentos de Escritório LDA	14408152	06-11-2014	1.726,44	28-11-2014
202250000	450	BELTRÃO COELHO (ALEM TEJO) – Equipamentos de Escritório LDA	6026	18-07-2014	2.534,35	30-07-2014
202250000	345	Centro Comercial Espargal Charcutaria Café O Chico	5461	10-04-2014	320	23-06-2014
202250000	169	Centro Comercial Espargal Charcutaria Café O Chico	5363	02-04-2014	192	16-04-2014
202250000	337	Maria Lurdes Rosendo	99/5	23-04-2014	150	30-06-2014
202250000	338	Maria Lurdes Rosendo	99/9524	23-04-2014	44	30-06-2014
202250000	343	Maria Odete da Conceição Maria	13550	05-05-2014	42	30-06-2014





# Tribunal de Contas

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	NÚMERO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	DATA DOCUMENTO	VALOR	PAGAMENTO
202250000	343	Maria Odete da Conceição Maria	13569	06-05-2014	35	30-06-2014
202250000	343	Maria Odete da Conceição Maria	13589	07-05-2014	35	30-06-2014
202250000	343	Maria Odete da Conceição Maria	13626	08-05-2014	35	30-06-2014
202250000	343	Maria Odete da Conceição Maria	13662	09-05-2014	35	30-06-2014
202250000	343	Maria Odete da Conceição Maria	13675	10-05-2014	133	30-06-2014
202250000	343	Maria Odete da Conceição Maria	13683	11-05-2014	133	30-06-2014
202250000	343	Maria Odete da Conceição Maria	13687	11-05-2014	35	30-06-2014
202250000	343	Maria Odete da Conceição Maria	13676	10-05-2014	35	30-06-2014
202250000	344	Maria Odete da Conceição Maria	13430	28-04-2014	266	30-06-2014
202250000	344	Maria Odete da Conceição Maria	13460	29-04-2014	133	30-06-2014
202250000	344	Maria Odete da Conceição Maria	13399	27-04-2014	133	30-06-2014
202250000	344	Maria Odete da Conceição Maria	13392	26-04-2014	133	30-06-2014
202250000	344	Maria Odete da Conceição Maria	13397	27-04-2014	140	30-06-2014
202250000	344	Maria Odete da Conceição Maria	13393	26-04-2014	133	30-06-2014
202250000	344	Maria Odete da Conceição Maria	13380	25-04-2014	133	30-06-2014
202250000	344	Maria Odete da Conceição Maria	13371	25-04-2014	133	30-06-2014
202250000	344	Maria Odete da Conceição Maria	13325	24-04-2014	126	30-06-2014
202250000	340	Maria Lurdes Rosendo	99/3	30-04-2014	304	30-06-2014
202250000	453	Maria Odete da Conceição Maria	14132	24-05-2014	133	30-07-2014
202250000	339	Maria Lurdes Rosendo	99/4	29-05-2014	304	30-06-2014
202250000	576	Maria Lurdes Rosendo	99	16-09-2014	85	29-10-2014
202250000	577	Maria Lurdes Rosendo	99	16-09-2014	90	29-10-2014
202250000	649	José Borges e Gonçalves, Lda	4750	27-10-2014	61,65	30-10-2014
202250000	649	José Borges e Gonçalves, Lda	4767	28-10-2014	53,1	30-10-2014
202250000	894	O Cantinho Real	720A	31-12-2014	1.906,50	31-12-2014
701080000	789	Advanced Resources, Eng. Int. Aplic. Sistemas, Lda	2014/9454	10-12-2014	12.300,00	31-12-2014
020205A000	716	BELTRÃO COELHO (ALEM TEJO) - EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO LDA	14408152	06-11-2014	2.556,91	28-11-2014
020205A000	403	BELTRÃO COELHO (ALEM TEJO) - Equipamentos de Escritório LDA	14405221	01-07-2014	4.283,35	30-07-2014
020205A000	302	BELTRÃO COELHO (ALEM TEJO) - Equipamentos de Escritório LDA	14404701	05-06-2014	1.726,44	27-06-2014
020205A000	287	BELTRÃO COELHO (ALEM TEJO) - Equipamentos de Escritório LDA	14404199	27-05-2014	4.283,35	11-06-2014
020205A000	76	BELTRÃO COELHO (ALEM TEJO) - Equipamentos de Escritório LDA	14401373	19-02-2014	4.283,35	10-03-2014
020209A000	854	PT - Empresas.	701376032	02-12-2014	189,72	31-12-2014
020209A000	709	PT - Empresas.	701351492	01-11-2014	189,72	28-11-2014
020209A000	636	PT - Empresas.	30124713	18-10-2014	189,42	29-10-2014
020209A000	558	PT - Empresas.	1302692	03-09-2014	189,72	24-09-2014
020209A000	422	PT - Empresas.	701255154	03-07-2014	189,72	30-07-2014
020209A000	349	PT - Empresas.	701231781	03-06-2014	189,72	27-06-2014
020209A000	274	PT - Empresas.	701208482	06-05-2014	189,72	22-05-2014
020209A000	207	PT - Empresas.	701185410	01-04-2014	189,72	12-05-2014
020209A000	128	PT - Empresas.	701162705	20-03-2014	189,72	10-04-2014
020209A000	129	PT - Empresas.	701140342A	19-02-2014	0,3	10-04-2014
020209A000	57	PT - Empresas.	701140342	03-02-2014	189,42	24-02-2014
020209A000	482	PT - Empresas.	701278628	08-01-2014	189,72	28-08-2014
020209A000	32	PT - Empresas.	701117821	03-01-2014	189,72	10-02-2014
020209C000	883	PT - Empresas.	A581758785	19-12-2014	21,75	31-12-2014
020209C000	855	PT - Empresas.	821219	10-12-2014	570,11	31-12-2014
020209C000	772	PT - Empresas.	A579028784	19-11-2014	21,75	17-12-2014
020209C000	720	PT - Empresas.	578086831	10-11-2014	574,12	28-11-2014
020209C000	674	PT - Empresas.	122232	20-10-2014	21,75	14-11-2014
020209C000	635	PT - Empresas.	247832	11-10-2014	607,09	29-10-2014
020209C000	580	PT - Empresas.	3437687	20-09-2014	21,75	17-10-2014
020209C000	579	PT - Empresas.	640782	10-09-2014	439,4	17-10-2014
020209C000	535	PT - Empresas.	819634	19-08-2014	21,75	23-09-2014
020209C000	521	PT - Empresas.	52634	10-08-2014	591,25	10-09-2014
020209C000	467	PT - Empresas.	A568233421	20-07-2014	22,03	18-08-2014
020209C000	446	PT - Empresas.	567461562	10-07-2014	625,12	30-07-2014
020209C000	380	PT - Empresas.	5628845	20-06-2014	22,46	23-07-2014
020209C000	350	PT - Empresas.	A564851128	10-06-2014	782,24	27-06-2014
020209C000	290	PT - Empresas.	A563001789	19-05-2014	22,59	11-06-2014
020209C000	228	PT - Empresas.	A560352792	20-04-2014	21,95	12-05-2014
020209C000	227	PT - Empresas.	A559560546	11-04-2014	687,16	12-05-2014
020209C000	157	PT - Empresas.	A557720341	20-03-2014	21,95	10-04-2014
020209C000	127	PT - Empresas.	A556923013	10-03-2014	564,45	10-04-2014
020209C000	77	PT - Empresas.	A555069221	19-02-2014	21,95	10-03-2014
020209C000	58	PT - Empresas.	A554280475	10-02-2014	774,57	24-02-2014
020209C000	31	PT - Empresas.	A552409090	20-01-2014	21,95	10-02-2014
020209C000	14	PT - Empresas.	A551622284	11-01-2014	582,72	01-02-2014
020209C000	289	PT - Empresas.	A562217394	10-05-2013	561,5	11-06-2014
020209D000	17	PT - Empresas.	1502159547	24-01-2014	150	05-02-2014
020212B000	688	Liberty Seguros, S.A.	21617777	18-10-2014	4.582,50	27-11-2014
020212B000	578	Liberty Seguros, S.A.	50014988	17-09-2014	1.526,81	29-10-2014



# Tribunal de Contas

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	NÚMERO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	DATA DOCUMENTO	VALOR	PAGAMENTO
020212B000	176	Liberty Seguros, S.A.	18582679	15-03-2014	1.461,99	16-04-2014
020219B000	451	Digitalis - Distribuição e Gestão de Informática, Lda.	2014154	07-07-2014	2.956,96	30-07-2014
020219B000	107	Digitalis - Distribuição e Gestão de Informática, Lda.	2014038	26-02-2014	2.956,96	31-03-2014
020219C000	800	INFORDELTA	14/002011	10-12-2014	309,71	17-12-2014
020219C000	615	Genuino Verão - Serviços Unipessoal Lda.	1400/000074	17-10-2014	553,5	29-10-2014
020220A000	853	SIAG - Sistema Integrado de Apoio à Gestão, SA	321	02-12-2014	4.098,36	31-12-2014
020220A000	707	SIAG - Sistema Integrado de Apoio à Gestão, SA	297	03-11-2014	4.098,36	27-11-2014
020220A000	634	SIAG - Sistema Integrado de Apoio à Gestão, SA	279	21-10-2014	4.098,36	29-10-2014
020220A000	8	SIAG - Sistema Integrado de Apoio à Gestão, SA	S1/140000001	20-01-2014	922,5	03-02-2014
020220A000	826	Digitalis - Distribuição e Gestão de Informática, Lda.	2014285	11-12-2014	1.255,19	31-12-2014
020220C000	671	Terraços de Prata - Unipessoal, Lda	1400/000058	28-10-2014	1.282,80	17-12-2014
020220C000	294	SIAG - Sistema Integrado de Apoio à Gestão, SA	S1/14/00132	29-05-2014	12.127,80	11-06-2014
020220C000	95	Pérola Lusa - Construções, Lda.	20124	20-02-2014	1.205,40	10-03-2014
020220C000	892	Natanael Soares dos Reis	PServ.	16-10-2014	2.686,32	31-12-2014
020220C000	470	Natanael Soares dos Reis	11	01-08-2014	4.132,80	18-08-2014
020220C000	513	MST - Multiserviços Técnicos	20140067	08-08-2014	2.735,19	10-09-2014
020220C000	778	Mind Move, Lda	Formação	28-11-2014	2.835,15	31-12-2014
020220C000	594	Mind Move, Lda	2014/13	30-09-2014	2.835,15	13-10-2014
020220C000	851	M. Rodrigues e Associados, Sociedade de Advogados, RL	contrato	01-12-2014	2.143,28	31-12-2014
020220C000	783	M. Rodrigues e Associados, Sociedade de Advogados, RL	2014A/178	18-11-2014	7.527,60	16-12-2014
020220C000	838	INSERMARGEM - Prestação de Serviços de Consultadoria, Lda.	1400/000040	13-12-2014	6.088,50	31-12-2014
020220C000	45	Impact Catering e eventos	12/2014FA	29-01-2014	1.722,00	24-02-2014
020220C000	361	Genuino Verão - Serviços Unipessoal Lda.	1400/00037	20-06-2014	430,5	04-07-2014
020220C000	835	Four Winds, Lda	M-65	09-12-2014	5.153,70	31-12-2014
020220C000	774	Four Winds, Lda	M-62	01-12-2014	1.722,00	16-12-2014
020220C000	773	Four Winds, Lda	M-59	11-11-2014	1.722,00	16-12-2014
020220C000	623	Four Winds, Lda	M-48	01-10-2014	1.722,00	29-10-2014
020220C000	537	Four Winds, Lda	M-40	01-09-2014	1.722,00	29-10-2014
020220C000	519	Four Winds, Lda	M-34	05-08-2014	1.722,00	10-09-2014
020220C000	498	Four Winds, Lda	M-29	02-07-2014	1.722,00	28-08-2014
020220C000	363	Four Winds, Lda	M-20	03-06-2014	1.722,00	04-07-2014
020220C000	279	Four Winds, Lda	M-15	02-05-2014	1.722,00	11-06-2014
020220C000	213	Four Winds, Lda	M-11	02-04-2014	1.722,00	28-04-2014
020220C000	178	Four Winds, Lda	M-7	05-03-2014	1.722,00	15-04-2014
020220C000	97	Four Winds, Lda	M-2	03-02-2014	1.722,00	10-03-2014
020220C000	181	CilNet - Comunicações e Projectos Especiais, S.A.	1/127	24-02-2014	319,8	15-04-2014
020220C000	861	BELTRÃO COELHO (ALEM TEJO) – Equipamentos de Escritório LDA	14410199	29-12-2014	1.291,12	31-12-2014
020220C000	885	AIP Feiras Congressos e Eventos	Proforma	17-12-2014	6.151,48	31-12-2014
020220C000	893	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	539	30-12-2014	6.000,00	31-12-2014
020220C000	454	AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	512 E 513	31-07-2014	25.500,00	01-08-2014
060203A000	297	EDP-Energias de Portugal,S.A.	10537545746	15-06-2014	57,58	11-06-2014
060203A000	443	EDP-Energias de Portugal,S.A.	1736	01-07-2014	6,46	30-07-2014
060203A000	371	EDP-Energias de Portugal,S.A.	10540015246	01-06-2014	12,93	02-07-2014
060203A000	220	EDP-Energias de Portugal,S.A.	10535456516	01-04-2014	14,18	12-05-2014
070107B0B0	171	Surolec, Lda	162/2014	02-04-2014	221,4	16-04-2014
070107B0B0	827	REGRA - Gabinete de Processamento Electrónico de Dados, SA	2014/2210	12-12-2014	303,42	31-12-2014
070107B0B0	434	INFORDELTA	1143	14-07-2014	60,87	18-08-2014
070107B0B0	248	INFORDELTA	FT14/000702	29-04-2014	755,84	20-05-2014
070107B0B0	314	INFORDELTA	1140177854	30-05-2014	23.759,91	04-07-2014
070107B0B0	221	INFORDELTA	FT14/644	15-04-2014	113,41	12-05-2014
070107B0B0	463	Equiditec Equipamentos e Formação,Lda	54/2014	29-07-2014	4.163,69	18-08-2014
070107B0B0	438	CilNet - Comunicações e Projectos Especiais, S.A.	1/615	14-07-2014	3.667,34	30-07-2014
070107B0B0	357	CilNet - Comunicações e Projectos Especiais, S.A.	1/460	06-06-2014	5.931,93	04-07-2014
070107B0B0	181	CilNet - Comunicações e Projectos Especiais, S.A.	1/127	24-02-2014	5.407,97	15-04-2014
070108B0B0	412	SIAG - Sistema Integrado de Apoio à Gestão, SA	S1/14/0000167	30-06-2014	5.141,40	15-07-2014
070108B0B0	553	ITEN Solutions - Sistema de informação,S.A.	407768	26-08-2014	12.097,25	30-09-2014
070108B0B0	434	INFORDELTA	1143	14-07-2014	1.000,00	18-08-2014
070108B0B0	435	Famo Comercial- Mobiliário de Escritório, Lda	140369	16-07-2014	1.165,49	30-07-2014
070108B0B0	438	CilNet - Comunicações e Projectos Especiais, S.A.	1/615	14-07-2014	1.206,29	30-07-2014
070109B0B0	233	Surolec, Lda	185/2014	09-04-2014	2.590,38	06-05-2014
070109B0B0	810	REGRA - Gabinete de Processamento Electrónico de Dados, SA	2014/2208	10-12-2014	34.282,79	31-12-2014
070109B0B0	837	Genuino Verão - Serviços Unipessoal Lda.	1400/000093	09-12-2014	910,2	31-12-2014
070109B0B0	614	Genuino Verão - Serviços Unipessoal Lda.	1400/000072	15-10-2014	2.091,00	29-10-2014
070109B0B0	483	Genuino Verão - Serviços Unipessoal Lda.	1400/000054	08-08-2014	1.033,20	28-08-2014
070109B0B0	426	Genuino Verão - Serviços Unipessoal Lda.	1400/000043	10-07-2014	1.156,20	30-07-2014
070109B0B0	67	Genuino Verão - Serviços Unipessoal Lda.	1400/000011	17-02-2014	848,7	10-03-2014
070109B0B0	66	Genuino Verão - Serviços Unipessoal Lda.	1400/000012	17-02-2014	1.033,20	10-03-2014
070109B0B0	872	Famo Comercial- Mobiliário de Escritório, Lda	FVLSB140721	16-12-2014	1.368,74	31-12-2014
070109B0B0	871	Famo Comercial- Mobiliário de Escritório, Lda	FVLSB140713	15-12-2014	368,08	31-12-2014
070109B0B0	763	Famo Comercial- Mobiliário de Escritório, Lda	FVLSB140642	25-11-2014	1.238,12	17-12-2014
070109B0B0	754	Famo Comercial- Mobiliário de Escritório, Lda	140629	20-11-2014	3.667,49	17-12-2014
070109B0B0	693	Famo Comercial- Mobiliário de Escritório, Lda	140542	21-10-2014	1.271,43	28-11-2014
070110B0B0	565	MASCEA, Lda	1400/0087	24-09-2014	2.078,70	17-10-2014
070110B0B0	485	INFORDELTA	14/001305	07-08-2014	434,93	28-08-2014



# Tribunal de Contas

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	NÚMERO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	DATA DOCUMENTO	VALOR	PAGAMENTO
070110B0B0	418	INFORDELTA	FT/14/1118	08-07-2014	3.671,55	24-07-2014
070110B0B0	775	INFORDELTA	FT14/001960	01-12-2014	1.314,00	17-12-2014
070110B0B0	839	Industrial Laborum Ibérica, S.A.	201400798	15-12-2014	16.341,51	31-12-2014
070110B0B0	841	Equiditec Equipamentos e Formação,Lda	82/2014	15-12-2014	2.004,90	31-12-2014
070110B0B0	695	Equiditec Equipamentos e Formação,Lda	75/2014	30-10-2014	8.241,00	27-11-2014
070110B0B0	463	Equiditec Equipamentos e Formação,Lda	54/2014	29-07-2014	2.773,34	18-08-2014
070110B0B0	848	Aliatron - Sistemas e Equipamentos Técnicos, Lda	1400/000349	18-12-2014	17.543,95	31-12-2014
070110B0B0	848	Aliatron - Sistemas e Equipamentos Técnicos, Lda	1400/000349	18-12-2014	4.534,55	31-12-2014
070110B0B0	791	Aliatron - Sistemas e Equipamentos Técnicos, Lda	1400/000333	09-12-2014	4.403,40	31-12-2014
070110B0B0	569	Aliatron - Sistemas e Equipamentos Técnicos, Lda	1400/225	27-08-2014	739,59	13-10-2014
070110B0B0	789	Advanced Resources, Eng. Int. Aplic. Sistemas, Lda	2014/9454	10-12-2014	6.100,80	31-12-2014
<b>TOTAL</b>					<b>975.714,26</b>	

## Mapa XXVI – ADJUDICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS SEM PUBLICITAÇÃO NO PORTAL DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Unidade: Euro

FORNECEDOR	DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO CCP	DATA DA ADJUDICAÇÃO	PREÇO CONTRATUAL
Advanced Resources, Engenharia, Integração, Aplicações, Sistemas, Lda.)	Um simulador de instalação de turbina a gás Neptune	art.º 20.º n.º 1 a)	13/11/2014	14 960,00
AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	Serviços de mestrança	art.º 20.º n.º 1 a)	2/10/2013	14 000,00
AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	Serviços de mestrança	art.º 20.º n.º 1 a)	14/2/2014	11 500,00
AEMAR-Associação de Estudos e do Ensino para o Mar	Serviços de mestrança	art.º 20.º n.º 1 a)	31/12/2014	6 000,00
Aliatron - Sistemas e Equipamentos Técnicos, Ld	Equipamentos para os laboratórios de Telecomunicações e de Eletrónica	art.º 20.º n.º 1 a)	2/12/2014	18 379,70
Industrial Laborum Ibérica, S.A.)	Remodelação do Laboratório de Química	art.º 20.º n.º 1 a)	28/11/2014	13 285,78
INFORDELTA, Equipamentos e Soluções Informáticas, Lda	Aquisição de equipamentos informáticos para os simuladores de navegação	art.º 20.º n.º 1 a)	8/5/2014	19 317,00
M. Rodrigues e Associados, Sociedade de Advogados, RL	Serviços de assessoria jurídica	art.º 20.º n.º 1 a)	8/9/2014	25 500,00
MASCEA, Lda.;	Plano de emergência- Serviços de sistema de alarme de incêndios e sistema de corte de energia aos quadros elétricos	art.º 20.º n.º 1 a)	9/9/2014	16 610,00
MST - Multiserviços Técnicos	Remodelação da instalação sanitária e balneários do pavilhão desportivo	art.º 20.º n.º 1 a)	21/11/2014	17 018,06
Pérola Lusa - Construções, Lda.);	Serviços de Reparação da parede do edifício principal-fachada poente e fachada junto à entrada, reparação do algeroz do ventilador da cobertura do ginásio	art.º 20.º n.º 1 a)	26/6/2014	5 230,00
Pérola Lusa - Construções, Lda.);	Serviços de Remodelação da sala 0.27	art.º 20.º n.º 1 a)	19/8/2014	6 485,00
Pérola Lusa - Construções, Lda.);	Serviços de construção de 2 gabinetes nos pisos 2 e 3	art.º 20.º n.º 1 a)	22/8/2014	11 100,00
REGRA - Gabinete de Processamento Electrónico de Dados, SA	Aquisição de uma central telefónica e telefones VoIP	art.º 20.º n.º 1 a)	9/9/2014	27 872,19
SIAG - Sistema Integrado de Apoio à Gestão, SA	Serviços complementares de apoio na execução do SIAG-AP na área dos recursos humanos e na área financeira	art.º 20.º n.º 1 a)	16/10/2014	19 992,00